

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO**

LEILA PROCÓPIA DO NASCIMENTO

**REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO E
NA EDUCAÇÃO: RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DE PALMAS**

Governador Celso Ramos-SC

Florianópolis (SC), Abril de 2007.

LEILA PROCÓPIA DO NASCIMENTO

**REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO E
NA EDUCAÇÃO: RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DE PALMAS**

Governador Celso Ramos-SC

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação. Sob orientações da Prof.^a. Dr.^a. Valeska Nahas Guimarães e Co-Orientação do Prof. Dr. Ari Paulo Jantsch.

Linha de pesquisa: Trabalho e Educação

Florianópolis (SC), Abril de 2007.

Leila Procópio do Nascimento

**REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO E
NA EDUCAÇÃO: RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DE PALMAS**

Governador Celso Ramos-SC

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final, em 10 de abril de 2007, pelo (s) Orientador (es) e Membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:

Prof^a. Dr^a. Valeska Nahas Guimarães
Orientadora – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr. Ari Paulo Jantsch
Co-Orientador – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr^a. Cristiani Bereta da Silva
Membro – Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Membro – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr. Lucídio Bianchetti
Suplente – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Florianópolis (SC), abril de 2007.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento milhões de coisas vêm à mente. Recordações de tempos que não foram fáceis, alguns vividos, sozinha nesta cidade. Mas que por vezes, acompanhado pela ajuda de pessoas que mesmo sem saber significaram o princípio desta história. Da minha história de escolarização, até aqui.

Agradeço primeiramente à **minha mãe**, Dona Procópio M^a do Nascimento, mais conhecida como professora **Kotinha**, que venceu obstáculos não só financeiros, mas também culturais, para que eu viesse estudar em Florianópolis. E, também aos meus irmãos/ã: **Lígia, Lucas, Linard e Léo**. Principalmente aos “gêmeos”, que assumiram literalmente a casa e os cuidados com a saúde da mãe, ajudando-me de longe a ter ‘tempo e mente livre’ para estudar e escrever.

Na minha chegada em Florianópolis (ainda na Graduação) contei com a ajuda de duas pessoas especiais (talvez... meus pais espirituais nesta vida) **Marizete P. dos Anjos e Heriberto H. dos Anjos**, que no início dessa jornada, me acolheram em seu lar, sem contestar se quer um dia, minha tão invasora presença em suas vidas.

Agradeço em especial à minha Orientadora, Prof^a Dr^a. **Valeska Nahas Guimarães**, que sempre mostrou dedicação e zelo no ofício de educadora, a me orientar por caminhos lúcidos entre teoria e reflexão. Será meu exemplo, para sempre! De uma mulher de fibra, lutadora, verdadeiramente ‘voluntária’, por crer piamente num processo justo de educação possível para o Brasil.

Agradeço também ao meu Co-Orientador Prof. **Dr. Ari Paulo Jantsch**, que entre epistemologia e educação, me conduziu a estudos mais objetivos em torno de minha pesquisa.

O meu eterno carinho, aos dois orientadores, que por inúmeras vezes foram mais que professores foram amigos... Confidentes.

Às ‘meninas’ da Secretaria do PPGE, **Bethânia Negreiros, Patrícia D.S.da Natividade e Sônia M.R. Quintino**, pelo atendimento e apoio em vários momentos.

Aos **amigos** de verdade.

À minha cunhada “**Lu**”, que ‘sempre’ me fortalece com suas palavras de admiração em relação ao meu trabalho e à minha pessoa.

A toda/os a/os entrevistada/os no decorrer desta pesquisa.

Ao professor **Dr. Helton Ricardo Ouriques** pela composição na banca examinadora. Pelas indicações de leitura e sugestão para reestruturação da pesquisa. Recomendações que substancialmente foram importantíssimas para o delineamento e a finalização desta.

À professora **Dr^a. Cristiani Bereta da Silva** por integrar a banca examinadora. Pessoa espetacular que por um curto espaço de tempo tive a oportunidade de trabalhar lado a lado, num projeto de educação (que está sendo possível!). Momento onde processualmente, pude tomar conhecimento de seu engajamento na causa educacional e nas pesquisas desenvolvidas; e daí, passar a admirá-la.

À **Universidade Federal de Santa Catarina**.

A **CAPES** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento parcial da pesquisa.

A todos, que talvez tenha esquecido de mencionar nestas linhas, mas que de alguma forma contribuíram, mesmo que por vezes sem perceber, para a realização deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Com amor... Ao meu esposo Cristiano da Silva Teixeira, que surgiu magicamente em minha vida e “nada deixou no lugar...” Mudando-a totalmente para melhor.

Com sobriedade, deu-me o impulso de que eu tanto necessitava para continuar meus estudos. Sem o seu carinho e atenção eu não teria, talvez, concluído este trabalho.

A todas as mulheres que fizeram história, em seu tempo... Em seu lugar... E com seus feitos provocaram grandes ou sutis mudanças...

Prognóstico da mulher do pescador

*Vai menina!
Nasce
Aprenda a andar...
Fale, silencie, observe
Amanheça e cotidianamente anoiteça*

Vai menina!

*Cresça
Aprenda a andar...
Limpe teu peixe, lave tua roupa
Veja, orgulhe-se, revolte-se, conclua
Crie, destrua*

Vai menina!

*Amadureça
Aprenda a andar...
Apaixone-se, iluda-se
Concretize, chore, ria
Indigne-se
Cale-se, deixa teus olhos falar
Construa, destrua*

Vai mulher!

*Dobre, passe
Perpetue-se
Aprenda a andar...
Seja, veja
Saia do casulo
Encontre-se, perca-se*

Vai mulher!

*Olhe o mar
Aprenda a amar...
A espera, o retorno
A maternidade, o milagre
A ciência*

Vai mulher!

*Olhe o mar...
Migre
Saia ou fique
Confunda-se, decida-se
Mas, aprenda a andar... Mude o teu
lugar...*

Autora: Leila P. do Nascimento
(inverno de 2006)

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS, MAPAS e FOTOS

a) FOTOS

Foto 01: Morador de Palmas comercializando seus produtos em Ganchos	68
Foto 02: Inauguração da estrada de Palmas em 1971	70
Foto 03: Pescadores artesanais na época de arrastão da tainha e a participação das crianças nesta atividade	71
Foto 04: Foto aérea de Palmas ano de 1978.....	75
Foto 05: Imagem aérea de Palmas do ano de 2004 (satélite)	77

b) QUADROS

Quadro 01: Mulheres Entrevistadas – Etapa Exploratória	24
Quadro 02: Evolução da Produção Baleeira na área Catarinense	62
Quadro 03: Exportação do pescado oriundo das localidades catarinenses em 1964.....	65
Quadro 04: Idade	81
Quadro 05: Estado Civil	82
Quadro 06: Número de filhos	84
Quadro 07: Cidade onde nasceu	85
Quadro 08: Grau de escolaridade	87
Quadro 09: Área de formação	89
Quadro 10: tipos de cursos profissionalizantes	90
Quadro 11: Onde trabalharam nos últimos 03 anos	94
Quadro 12: Tipos de atividades que exercem	95
Quadro 13: Renda mensal individual (com base no salário mínimo = S M)	96
Quadro 14: Renda mensal da família (com base no salário mínimo = S M)	96

c) GRÁFICOS

Gráfico 01: Pessoas Economicamente Ativas (Brasil) - 2001-2004	49
Gráfico 02: Idade	81
Gráfico 03: Estado civil	82
Gráfico 04: Idade em que se casou	83
Gráfico 05: Número de filhos	84
Gráfico 06: Cidade onde nasceu	85
Gráfico 07: Grau de escolaridade	86
Gráfico 08: Área de formação	88
Gráfico 09: Tipos de cursos profissionalizantes realizados pelas mulheres de pescadores	89
Gráfico 10: Participa de algum grupo ou associação	90
Gráfico 11: Quem é responsável pelas atividades domésticas	92

Gráfico 12: Recebe ajuda nas atividades domésticas	92
Gráfico 13: Responsabilidades administrativas no lar.....	93
Gráfico 14: Onde trabalharam nos últimos 03 anos	94
Gráfico 15: Tipos de atividades que exercem	94
Gráfico 16: Renda mensal individual (com base no salário mínimo = S M)	95
Gráfico 17: Renda mensal da família (com base no salário mínimo = S M)	96

d) ANEXOS: MAPAS E ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Anexo 01: Roteiro para entrevista de caráter exploratório preliminar.....	139
Anexo 02: Roteiro de entrevista semi-estruturada para esposas de pescadores.....	140
Anexo 03: Mapa de localização da Vila de Palmas	143
Anexo 04: Mapa de uso do solo ano de 1978	144
Anexo 05: Mapa de uso do solo ano de 2000	145

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS, FOTOS E ANEXOS.....	VIII
RESUMO.....	XII
ABSTRACT.....	XIII

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO	21
1.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	21

CAPÍTULO II

2. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E RELAÇÕES DE GÊNERO: NOVAS EXIGÊNCIAS QUANTO À EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR	28
2.1 Resgatando o conceito de gênero e relações de gênero.....	28
2.2 Reestruturação econômica e divisão sexual do trabalho: apontamentos sobre o processo de precarização do trabalho feminino no capitalismo.....	36
2.3 Trabalho feminino e escolarização.....	50

CAPÍTULO III

3. O “LOCUS” DA PESQUISA: A VILA DE PALMAS	57
3.1 Contextualizando historicamente a Vila de Palmas e Governador Celso Ramos.....	57
3.2 Trabalho e Reestruturação econômica em Palmas: passado e presente	67

CAPÍTULO IV

4. DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM PALMAS E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES DE PESCADORES: AS RELAÇÕES DE GÊNERO NESSE CONTEXTO80

- 4.1 Alguns dados sobre o universo pesquisado: quem são e o que fazem as mulheres de pescadores de Palmas?80
- 4.2 O trabalho e os reflexos da reestruturação econômica para as mulheres de pescadores de Palmas: o crescimento do setor terciário e a atividade turística em perspectiva.....100
- 4.3 O processo de escolarização das mulheres de pescadores: algumas considerações em relação à profissionalização.....109

CAPÍTULO V

- 5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....120**
- REFERÊNCIAS.....130**
- ANEXOS.....138**

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as implicações da diversificação das atividades econômicas sobre o trabalho e as relações de gênero na Vila de Palmas, município de Governador Celso Ramos – SC. Este estudo foi conduzido de acordo com uma orientação crítica e concentrou esforços em investigar se houve mudanças nas relações de trabalho e de gênero face ao processo de escolarização e de inserção do trabalho feminino nesse grupo social – das mulheres de pescadores. Metodologicamente, a pesquisa classifica-se como um estudo de caso de caráter exploratório e descritivo, de natureza qualitativa. No entanto, utilizamos um pequeno aporte quantitativo para fornecer elementos mais significativos a respeito da condição sócio-econômica das mulheres entrevistadas. Os resultados indicam que as transformações econômicas da Vila de Palmas culminaram com a passagem das atividades agrícola-pesqueiras para as atividades no setor de serviços, especificamente relacionada ao desenvolvimento do turismo. Nesta comunidade existe forte presença feminina no âmbito das atividades domésticas e as relações de gênero ainda são muito conflituosas, estabelecidas a partir de uma nítida divisão sexual do trabalho dentro e fora do âmbito familiar. Constatamos que, a despeito das mulheres terem conseguido uma escolarização crescente, não houve transformações significativas nas relações de trabalho e de gênero. O fato de estarem os maridos – pescadores - afastados do lar, durante alguns meses, em virtude de seu trabalho na pesca industrial, conduziu à transferência para as mulheres das funções de condução e administração da casa e a responsabilidade direta pela educação da prole, mas não houve a transferência das funções de controle e autoridade nas decisões. Outra constatação importante deste estudo, é que a inserção do trabalho feminino nas atividades fora do lar reflete uma simples transposição das atividades realizadas do âmbito doméstico para o setor de serviços, tais como serviços de faxina/limpeza e preparação de alimentos, com a diferença que estas atividades antes desvalorizadas, assumem um caráter 'valorativo' para as mulheres trabalhadoras, pelo fato de se tornarem remuneradas.

Palavras-chave: Reestruturação econômica. Educação. Relações de gênero.

ABSTRACT

The present study had as objective to analyze the implications in diversification of the economic activities on the work and the relations of sort in Vila de Palmas, Governor Celso Ramos city – in SC. This study was leaded with a critical orientation and concentrated efforts in investigating if it had changes in the sort and work relations cause process of schooling and insertion of the feminine work in this social group - of the fisher's women. In methodology, the research is classified as a study of case to explore and to describe, of qualitative nature. However, we used small quantitative base to supply more significant elements regarding the partner-economic condition of the interviewed women. The results indicate that the economic transformations of the Vila de Palmas had culminated with the passage of the agriculturist-fishing activities for the activities in the sector of services, specifically related to the development of the tourism. In this community strong feminine presence in the scope of the domestic activities exists and the sort relations still are much conflict, established from a clear sexual division of the work inside and outside of the familiar scope. We evidence that, the spite of the women to have obtained an increasing schooling, did not have significant transformations in the sort and work relations. The fact that the husbands - fishers – were moved away from the home, during some months, in virtue of theirs work in industrial fishes lead to the transference the women of the functions in conduction and administration at house and the direct responsibility for the education of the descents, but it did not have the transference of the control functions and authority in the decisions. Another important to evidence in this study, is that the insertion of the feminine work in the activities is the home reflects in a simple transposition of the carried through activities of the domestic scope for the sector of services, such as labor detail services/food cleanness and preparation, with the difference that these activities before devaluated, assume 'of value' character for the diligent women, for the fact of if becoming remunerated.

Key-Words: Economic reorganization. Education. Gender relations.

CAPITULO I

1. INTRODUÇÃO

No século XIX, com o desenvolvimento da Revolução Industrial ocorre um monumental desenvolvimento tecnológico voltado para a produção de mercadorias e a acumulação de capital e nesse processo, verificamos uma intensificação da inserção feminina no mundo do trabalho. “Nessa época, havia uma forte indicação de que a força de trabalho era ‘sexualmente segregada’, e essa realidade implicava inevitavelmente a comprovação da existência prévia de uma divisão sexual do trabalho” Nogueira, (2004, p. 19).

Saffioti (1979, p. 32, 33) esclarece que, “a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social”. Entretanto, assinala a mesma autora que, “em todas as esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, a mulher sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não”.

Durante séculos a mulher trabalhou limitada ao espaço do lar, trabalhos estes, considerados improdutivos frente ao modo capitalista de produção, explica Amorim (2005, p. 14). No entanto, a tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem ser vistas isoladamente (SAFFIOTI, 1979, p. 33). E, completa a autora:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das camadas femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das

funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (ibid, p. 35).

Conforme assinala Nogueira, (2004, p. 32) “o capitalismo, no decorrer da história, metamorfoseou-se de inúmeras maneiras [...] e desencadeou um processo intenso de reestruturação das relações sociais”.

As mudanças no capitalismo nas últimas décadas têm provocado impactos radicais no mundo do trabalho, com conseqüências diretas na vida cotidiana dos trabalhadores. Nesse contexto, insere-se a mulher como protagonista, na busca por formação profissional e por superação das condições colocadas a ela, no mercado de trabalho. Para Amorim (2005, p. 14), isto decorre “da crise que sofre a sociedade do trabalho. Constata-se que as mulheres estão cada vez mais incorporando-se ao mercado de trabalho também em função da imposição do sistema capitalista”.

Nesta perspectiva, há diversos estudos que focalizam a reestruturação econômica, bem como questões relacionadas ao mundo do trabalho e às relações de gênero associadas ao fenômeno global de integração das economias. Autores como: Antunes (1995); Ianni (1994); Alves (2006); Scott (2002); Bruschini (1995); Saffioti (1979,1981); Hirata (1993), Holzmann (2000), Kovács (2005); Nogueira (2004); Ramos (2006), Silva (2003), entre outros, propõem-se a analisar as mudanças e as implicações engendradas no movimento dos processos sociais, cada qual, com suas especificidades¹.

Neste contexto, tomamos como referência nesta pesquisa a questão da reestruturação do sistema capitalista e a decorrente transformação nas relações de trabalho e gênero, bem como suas implicações a nível local. Especialmente em comunidades com modos de vida particular, que vêm a integrar este fenômeno. Nesta perspectiva, Pedro (1996, p. 73) alerta que,

Nunca é demais lembrar que o crescimento da troca de mercadorias – responsável pela delimitação da família perante a esfera da reprodução social – ao romper os limites da economia doméstica, provocou, no ocidente capitalista, uma nova divisão dos papéis sexuais, e a redução

¹ No que diz respeito aos estudos direcionados à reestruturação do sistema de produção capitalista; trabalho; sujeito histórico e gênero.

das mulheres aos papéis familiares. A mercantilização das relações sociais, advinda com a expansão do mercado capitalista, criou cargos e funções destinados exclusivamente aos homens. A complexidade adquirida pelas transações capitalistas criou especialidades, das quais as mulheres foram excluídas. Este projeto, composto inicialmente para a elite burguesa, e que foi formulado no interior de uma sociedade que mercantilizava, a cada dia, as suas relações sociais, percorreu os mais distintos caminhos, o que significa perceber as diferentes temporalidades instaladas nos diferentes lugares.

Bruschini (1985) assinala que em qualquer análise sobre o trabalho da mulher, um aspecto crucial é “o da sua posição na divisão sexual do trabalho [...] definida a partir de suas funções biológicas, o que a condiciona [...] à execução de uma série de afazeres indispensáveis para a casa e a família [...]”. A compreensão desse fato passa pela constatação de que a utilização da mão-de-obra feminina não é explicada por imperativos técnicos, explica Abreu (1994, p. 55). A autora também alerta que, “para poder entender as relações entre as técnicas e a divisão sexual do trabalho é necessário fazer uma passagem obrigatória pela questão da qualificação”.

No intento de analisar com propriedade os aspectos que envolvem a escolarização e a representatividade feminina no trabalho, tomamos como aporte teórico a análise da relação entre trabalho e educação na perspectiva marxiana.

Historicamente a educação sempre tendeu a evocar os valores conservadores, nutrindo uma tradição secular dos papéis masculino e feminino frente à ocupação de postos de trabalho. O que a história nos mostra até aqui, é o subsidiamento do sistema educativo, numa lógica de construção dos sistemas que decorrem da ponderação de várias condicionantes, que interpretam e concretizam interesses políticos-ideológicos, para a construção de processos educativos que valorizem esta ou aquela categoria de gênero.

No que concerne a uma análise relacionando o ensino com o trabalho, Nogueira (1993, p.91), assinala que “é antes de tudo uma tese política”, e explica

que para Marx (apud, Nogueira 1993, p. 92), é “uma realidade germinada a partir das contradições do capitalismo²”.

O tema da educação não ocupou um lugar central na obra de Marx. “Ele não formulou explicitamente uma teoria da educação, muito menos princípios metodológicos e diretrizes para o processo ensino-aprendizagem”, explica Santos (2005). Sabemos que sua principal preocupação foi o estudo das relações sócio-econômicas e políticas e seu desenvolvimento no processo histórico. “Deduz-se desta perspectiva que, para a compreensão do processo educativo, deve-se compreender aquele (processo) pelo qual os seres humanos produzem a sua existência, isto é, o processo produtivo, o mundo do trabalho e o âmbito de suas relações³”.

A educação na sociedade capitalista é, segundo Marx e Engels, “um elemento de manutenção da hierarquia social” (1993); ou o que Gramsci (1981) denominou como “instrumento da hegemonia ideológica burguesa”. Levantando a discussão para a questão da igualdade política, vista por eles como algo que é puramente formal e não passa de uma ilusão, visto que a desigualdade social é concreta e evidente. Para Marx e Engels (1993), um dos aspectos essenciais em jogo nessa questão era a luta das classes operária pelo acesso à cultura técnica⁴. Segundo eles,

A luta pelo saber relativo a atividade produtiva representa uma dimensão importante da luta de classes porque atinge em cheio a questão do poder no interior da fábrica. São os conhecimentos técnicos necessários à compreensão do processo de produção no seu todo que permitirão aos trabalhadores controlar esse processo – controle o qual foram historicamente apropriados. O que significa que o controle do saber dentro da fábrica constitui o ponto nevrálgico do controle do processo de trabalho pelos trabalhadores.

² Das quais a legislação fabril, ao estipular uma escolaridade obrigatória, representaria a ponta emergente do iceberg.

³ Para essa análise é preciso recorrer à situação da *divisão do trabalho*, o que permite considerar o grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade.

⁴ Em mais de uma passagem do livro primeiro de ‘O Capital’, Marx, referindo-se à noção de união ensino-trabalho – evoca, de maneira que deixa clara a sua importância, o pensamento e as experiências de Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837), pedagogos, socialistas utopistas. Porém, não pretendemos nos deter aqui nas apreciações dos seus predecessores a respeito da pedagogia do trabalho, que são objeto de outros estudos de história da educação e do pensamento pedagógico.

Nesse contexto, a educação assume o significado de uma arma importante nesse combate. Segundo Nogueira (1993, p. 91), “faz-se necessário que o trabalhador consiga não somente ter acesso a esse saber, mas que possa ainda chegar a controlar o processo de produção/reprodução (as condições de transmissão) dos conhecimentos científicos e técnicos”⁵.

No entanto, uma das possibilidades de viabilizar a superação das dicotomias existentes e da emancipação do ser humano reside na integração entre ensino e trabalho, afirma Santos (2005). Esta integração, necessária hoje, já foi discutida no passado por Marx e Engels, quando designam o ensino politécnico ou formação omnilateral⁶.

No seio desse processo de construção de um indivíduo cujas capacidades são múltiplas, Nogueira (1993, p. 92), afirma que “à educação caberia um importante papel. Ela deveria dispensar aos educandos uma formação politécnica que favorecesse a sua rotatividade entre os diversos postos de trabalho, o que contribuiria para a abolição do fenômeno da especialização”. Entretanto, é isso que nos parece importante em Engels e Marx.

Engels postula que a educação deveria estar intimamente associada ao trabalho, mesmo reconhecendo que tal fato só poderia se dar de modo pleno numa sociedade em que as relações entre os homens na produção fossem outras. Marx, por seu lado, exprimindo a outra face da mesma idéia, se mostra cético quanto à viabilidade desse ensino politécnico no ‘presente’, em razão dos obstáculos que a lógica da acumulação capitalista opõe a isso. Os dois concordam, portanto, com a idéia de que a emancipação do homem-produtor desse caráter de unilateralidade só se realizará completamente na ‘sociedade futura’ (NOGUEIRA, 1993, p.123).

⁵ “Há que se observar ainda que essa educação em associação com o trabalho não se confunde com a simples imitação da produção material, recriada fora do verdadeiro contexto da produção. Ao contrário, ela deveria se realizar na própria dinâmica do processo social de produção e sob as suas formas habituais, inclusive a do regime de trabalho assalariado” (NOGUEIRA, 1993, p. 91).

⁶ Por meio desta educação omnilateral o ser humano desenvolver-se-á numa perspectiva abrangente, em todos os sentidos.

A situação descrita pelos autores atualmente não é diferente, uma vez que, a perspectiva educacional ainda não superou as desigualdades de classe e gênero vivenciadas pela sociedade contemporânea⁷.

O processo de transformação econômica vem consolidando novas exigências, frente ao grau de instrução/profissionalização dos trabalhadores. E para as mulheres em especial, deflagra na constituição do processo, fatores de desigualdades, que dependendo do grupo social terá mais ou menos impacto sobre as relações de gênero justapostas a este fenômeno.

Assim, o que justifica o presente estudo, é a necessidade de compreendermos as relações entre educação e trabalho, considerando que o processo de reestruturação do sistema capitalista põe novas exigências à formação feminina para um mercado de trabalho que, na sua gênese, não constitui democraticamente a igualdade salarial, entre homem-mulher, em função da escolaridade.

Neste sentido, essa pesquisa concentrou seus esforços em analisar as novas exigências quanto à educação do trabalhador, em especial do universo feminino. Deste modo, verificamos o processo de escolarização vivenciado por um grupo de mulheres (esposas de pescadores) residentes na localidade Palmas, município de Governador Celso Ramos, S-C.

No capítulo intitulado “Reestruturação Econômica e Relações de Gênero: Novas exigências quanto à Educação do Trabalhador”, procuramos desenvolver discussões referentes aos elementos teóricos, preponderantes na literatura. Buscando traçar um referencial que subsidiasse com propriedade colocações e análises de pesquisadores/teóricos, visando um olhar para as questões relacionadas às mudanças estruturais configuradas no sistema de produção

⁷ O atual sistema educativo, sobretudo no Brasil, vem confirmando o que se diz sobre reprodução, exclusão e dominação e esta é uma problemática emergente na sociedade brasileira. Entretanto, nesta interlocução entre trabalho e educação, a intencionalidade da reflexão aqui levantada, debruça-se na sobre as influências que o sistema econômico tem na construção e definição do sistema educativo – na relação entre esses dois sistemas – atribuindo à educação um caráter produtivo e construtivo do tecido econômico e refletindo sobre a apropriação que a economia vai fazendo da educação. Bem como, as implicações nas relações de gênero, que vão tomando formas, à medida que dar-se-á na sociedade de classes, as apropriações de valores atribuídos ao papel do homem e mulher no mundo do trabalho.

capitalista. De modo que, em princípio é feito um resgate sobre o conceito de gênero e uma análise sobre os aspectos que envolvem as relações de gênero. Posteriormente, são discutidas a reestruturação econômica e a divisão sexual do trabalho e, neste contexto, o processo de precarização do trabalho feminino. Finalizando com uma breve reflexão sobre o trabalho feminino e o processo de escolarização neste íterim.

Por se tratar de um estudo de caso, no capítulo III resgatamos informações sobre a gênese do Município e da Vila de Palmas. Suscitamos uma breve reflexão para os períodos em que a ocupação vicentista-açoriana nos séculos XVII e XVIII contribuiu para delinear a história e o processo de estruturação sócio-econômica do litoral catarinense, bem como os reflexos destas ações para o Município de Ganchos⁸ – onde está localizada a Vila de Palmas, área onde foi desenvolvida a pesquisa; nosso objeto de estudo.

Alicerçada em entrevistas e em registros documentais, realizou um estudo sobre aspectos sócio-econômicos no passado (através dos relatos de moradores mais antigos) de Palmas. Posteriormente, é tratada a questão da inserção de Palmas na lógica capitalista e da expansão do capital imobiliário, abordando sobre o lugar na contemporaneidade e o advento do turismo como nova fonte econômica, relacionando-se essas processualidades às conseqüentes transformações nas relações de trabalho e de gênero para os moradores locais.

No capítulo IV, intitulado de “Diversificação das Atividades Econômicas em Palmas e o Processo de Escolarização das Mulheres de Pescadores: As Relações de Gênero nesse Contexto” – são colocadas informações a respeito das características sócio-econômicas das mulheres, bem como a área de formação e trabalho delas – através de seus relatos nas entrevistas.

⁸ Vamos neste trabalho preservar o nome “Ganchos” em respeito aos nativos que não concordam com o novo nome dado ao município para Governador Celso Ramos.

1.1 SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO

Considerando as transformações econômicas locais, decorrentes de um processo mais amplo que envolve a reestruturação do sistema de produção capitalista, estaria este fenômeno colocando novas exigências frente ao trabalho, às relações de gênero e à escolarização para um grupo de mulheres na Vila de Palmas, município de Governador Celso Ramos – SC?

Partindo desta problematização, tomamos como objetivo analisar a partir dos anos 1970⁹ (do século XX) as implicações da diversificação das atividades econômicas sobre o trabalho e as relações de gênero na Vila de Palmas (anexo 03: Mapa de Localização) – investigando se este processo colocou novas exigências quanto à educação formal para as mulheres. Para tanto, a pesquisa concentrou esforços em investigar se ocorreram mudanças nas relações de trabalho na vila de Palmas, em decorrência da reestruturação econômica local, bem como, em verificar como estavam configuradas as relações de gênero e a divisão sexual de trabalho nesta comunidade. Também investigamos se o processo de reestruturação econômica colocou novas exigências quanto à educação formal para as mulheres de pescadores.

1.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O percurso metodológico desta pesquisa envolveu as fases de seleção e definição do problema, sondagem exploratória preliminar, saídas a campo e busca por dados para estudar o objeto em questão, bem com os subsídios da fundamentação teórica que contribuíram durante todo o processo para avaliar as múltiplas interpretações sobre o objeto em estudo.

⁹ Momento em que segundo alguns autores, “o processo de urbanização é mais intensificado no litoral catarinense”, em decorrência da inserção nestes lugares das atividades ligadas principalmente ao setor turístico (LAGO, 2000).

Sobre a escolha do método a ser seguido, lembramos a orientação de Figueiredo (2004, p. 101) ao assinalar que “para estudarmos o fenômeno/ problema do estudo é necessário selecionar o método mais adequado para alcançarmos os objetivos propostos”. E pontua que muitas vezes “a escolha pelo método a ser utilizado é influenciado diretamente pelo domínio do autor sobre o método ou pela forma de perceber e pensar as abordagens teóricas”. Nesta perspectiva nos valem também das palavras de Minayo (1994, p. 16) que alerta sobre a necessidade de entendermos a metodologia como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”.

Figueiredo (2004, p. 102) nos lembra que, “desta forma, precisamos considerar que descrever a metodologia do estudo requer um amplo conhecimento sobre os diversos métodos, abordagens e tipos de investigação que podem ser utilizados para conduzir a pesquisa”. Para tanto, apresentamos a seguir a caracterização da pesquisa, as participantes, informações sobre os procedimentos para o levantamento, análise e interpretação dos dados e informações.

Caracterizando a pesquisa

Classificamos esta pesquisa como um estudo de caso descritivo e de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. O estudo de caso “possui o objetivo de aprofundar a descrição de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p.110). Favorecendo assim, a busca por subsídios práticos e teóricos para a elaboração de uma pesquisa de caráter mais autêntica.

Sobre a importância de se preservar os aspectos qualitativos num estudo de caso Triviños (1995), assinala que, “as bases teóricas da pesquisa qualitativa privilegiam a consciência do sujeito, entendendo a realidade social como uma construção humana”.

No entanto, a despeito da abordagem desta pesquisa ter sido predominantemente qualitativa, nos valem do uso de métodos quantitativos para nos fornecer elementos significativos sobre a condição sócio-econômica das

mulheres entrevistadas e subsidiar, a interpretação de seus relatos e falas presentes nas entrevistas na segunda etapa da investigação. Neste aspecto, Godoy ¹⁰ apud Amorim (2005, p. 111) esclarece que “mesmo que os estudos de caso sejam, em essência, pesquisa de caráter qualitativo, eles podem comportar dados quantitativos para esclarecer algum aspecto da questão investigativa (apud, AMORIM, 2005, p.108)”.

Justificando esse possível emprego de elementos quantitativos numa pesquisa de caráter qualitativo, Goode e Hatt (1973, p. 398, apud Richardson, 1999, p. 79), esclarecem que, “a pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos ‘qualitativos’ e ‘quantitativos’ [...] além disso, não importa quão precisas sejam as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade”.

Participantes da Pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, fez-se uso da amostragem não probabilística, classificada como amostra do tipo intencional, com “sujeitos escolhidos por determinados critérios” (Richardson, 1999, p. 160).

Para esta pesquisa, nos limitamos a analisar a representatividade da população feminina da Vila de Palmas, delineando assim que participariam desta investigação as mulheres dos pescadores artesanais e industriais. Isto não se deu pretensiosamente com intensão de privilegiar este grupo em especial. Mas sim no intuito de pesquisar um fenômeno particular que envolve o processo de escolarização e a inserção dessas mulheres no trabalho e na constituição familiar, num grupo culturalmente açoriano.

Num primeiro momento do estudo, no qual denominamos como etapa exploratória preliminar (1ª etapa), foram mapeadas 40 mulheres. No quadro a seguir, podemos visualizar quem foram as entrevistadas, o tipo de atividade que exercem e o local onde trabalham.

¹⁰ GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio-jun. 1995.

Quadro 01: **Mulheres Entrevistadas – Etapa Exploratória**

Local /empreendimento	Nº	Função/ atividade
Hotéis, casas de veraneio, pousadas e restaurantes	11	Cozinheira
	07	Camareira
	08	Diarista (faxineira)
Serviço público	07	Professora
Em casa	05	Dona de casa
Empresa própria	02	Outras funções
Total	40	---

Fonte: Dados primários.

Levantamento, análise e interpretação dos dados e informações

A primeira etapa da pesquisa ocorreu no período de julho a outubro de 2006. A pesquisadora aplicou, pessoalmente, um questionário com perguntas fechadas e abertas, para todas as 40 mulheres (roteiro no anexo nº 01), atingindo assim, todo o universo/população a qual se pretendia investigar. Este questionário teve como objetivo proporcionar dados para a caracterização socioeconômica da população pesquisada.

Após a aplicação do questionário sócio econômico, utilizamos o software MS-Excel para confeccionar tabelas e gráficos (circulares), contendo os números absolutos e respectivas porcentagens (%), com as informações obtidas nas saídas a campo sobre: idade, estado civil, número de filhos, cidade onde nasceu, grau de escolaridade, área de formação profissional, tipos de cursos profissionalizantes realizados, locais onde trabalharam nos últimos três anos, tipos de atividades que exerceram ou exercem no local de trabalho, qual a renda mensal individual e a renda mensal familiar.

A aplicação dos questionários, tanto na fase exploratória, quanto na segunda etapa, foi agendada preliminarmente por meio de telefonemas ou visitas.

Durante a aplicação do questionário, todas as mulheres contatadas receberam a pesquisadora com muito entusiasmo. Inclusive, a pesquisadora, ainda na fase exploratória, ao cogitar sobre a possibilidade de uma segunda visita para uma entrevista mais aprofundada, com uso de gravador, todas as mulheres se colocaram à disposição.

Na segunda etapa, foram entrevistadas 11 mulheres (entrevista semi-estruturada) o que despendeu um tempo maior na companhia de cada esposa. Sobriamente, com todo cuidado que se deve ter em relação ao objeto em estudo, algumas entrevistas provocaram na pesquisadora, momentos de intensa emoção. Ora pelas declarações emocionantes das mulheres, ao relatarem detalhadamente aspectos da vida conjugal e de suas trajetórias de vida, ora pelos desabafos, entre lágrimas, de algumas mulheres, ao relatar sobre como se sentem enquanto figura feminina, no casamento, na comunidade e na família.

As 11 entrevistas semi-estruturadas (roteiro no Anexo 02) foram realizadas com base nos resultados da primeira etapa e utilizou-se como critério de seleção o grau de escolaridade, para a obtenção de informações mais aprofundadas¹¹.

Com a intenção de termos uma amostra qualitativamente diversificada, foram selecionadas (intencionalmente) cinco mulheres que possuem o grau de formação superior (das quais quatro cursaram especialização); duas que completaram o ensino médio, três que cursaram apenas o ensino fundamental e uma analfabeta.

Além das entrevistas com as mulheres, levantou-se a hipótese de realizar entrevistas também com os respectivos esposos/pescadores. Na perspectiva de verificar o entendimento dos pescadores em relação à escolarização de suas mulheres, bem como o que pensam sobre a inserção delas no mercado de trabalho. Porém, não foi possível a participação deles nesse processo, por motivos de compromisso de trabalho, segundo a justificativa dos próprios pescadores. Inúmeras foram as tentativas, mas houve grande dificuldade para encontrá-los.

¹¹ Uma vez que, o principal aspecto que se pretendeu investigar foi o processo de escolarização das mulheres.

Alguns deles foram contatados anteriormente para agendar as entrevistas, mas não compareceram. Outros esposos negaram-se a conceder da entrevista¹².

Em relação ao tempo de duração de aplicação dos questionários e entrevistas, na primeira fase o processo foi mais rápido, pela praticidade do questionário contendo perguntas fechadas. As entrevistas semi-estruturadas tiveram um tempo de aplicação médio de uma hora e foram gravadas, com o prévio consentimento das 11 entrevistadas, o que possibilitou uma ampla interpretação das informações. Suas falas aparecem no decorrer deste trabalho, na forma de citações e enriquecem com propriedade este trabalho. As respostas foram transcritas pela pesquisadora, respeitando o linguajar local e ofereceram um amplo campo de questionamentos e reflexões que foram surgindo na medida em que as falas e as interpretações das mulheres se sucediam.

As entrevistadas não tiveram seus nomes identificados por recomendação delas próprias. Então identificamos cada entrevistada nesta pesquisa através de um número que foi dado gradualmente, conforme a ordem de entrevista. O que foi preservado em relação à identificação foi o cargo/função (trabalho) e/ou formação escolar e profissional e a idade das entrevistadas, para termos um referencial sobre as diferentes percepções em função da formação e da idade.

Um aspecto que foi observado pela pesquisadora, diz respeito à inibição de algumas mulheres no momento da entrevista, apesar de haverem aceitado prontamente conceder a entrevista¹³.

Na análise e interpretação das entrevistas foi adotado o procedimento recomendado por Michelat (1987): iniciou-se com a leitura vertical de cada entrevista e a sua releitura, até se conseguir "uma grande impregnação de seu conteúdo". A seguir foi efetuada uma leitura horizontal de cada questão, em todas as entrevistas, registrando-se as respostas, ou seja, no tratamento dos dados

¹² Conhecendo bem a cultura local, a pesquisadora pressupõe que os esposos temiam ter que falar algo que não lhes agradassem. No entanto, registramos aqui, que este limitador não comprometeu as análises finais. Uma vez que o objetivo principal não concernia em ter como subsídio esses relatos para uma análise comparativa. Este elemento apenas foi cogitado porque seguramente enriqueceria ainda mais esta pesquisa.

¹³ Foi possível observar a apreensão de algumas mulheres em expor detalhes mais relevantes para a pesquisa. No entanto, a pesquisadora permitiu a total liberdade de expressão e manifestação em todas as entrevistadas.

qualitativos, utilizou-se a análise do conteúdo descrita por Triviños (1987), que ao seguir as etapas de preparação e organização dos dados, transcreveu-se as falas gravadas e fez-se também a análise e interpretação horizontal de cada entrevista”.

Estes procedimentos metodológicos, com propriedade, possibilitaram abstrair da concretude do cotidiano, elementos importantes para a teorização sobre os processos organizativos coletivos e modificadores da estrutura sócio-econômica, bem como da constituição das novas modalidades de trabalho e relações de gênero vivenciadas pelas mulheres da Vila de Palmas.

Categorias de análise

As categorias são os conceitos básicos que refletem os aspectos essenciais, propriedades e relações dos objetos e fenômenos, “são o instrumento metodológico da dialética para analisar os fenômenos da natureza e da sociedade” (RICHARDSON, 1999, p. 49).

Podemos entender as categorias como, “formas de conscientização nos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essenciais da natureza, a sociedade e o pensamento” (TRIVIÑOS, 1987, p.110). Conforme Gomes (1994, apud AMORIM, 2005, p. 117), trabalhar com categorias significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Portanto, são fundamentais para o conhecimento científico e indispensáveis nos estudos de qualquer ciência e na vida social (RICHARDSON, 1999, p. 49, 50).

Para tanto, a análise dos dados obtidos nesta pesquisa, teve como referência, o desenvolvimento de um estudo pautado nas categorias: Trabalho, Educação e Relações de Gênero. As categorias foram assumidas na perspectiva de examinar alguns indicadores (do objeto em estudo) relacionados à reestruturação do sistema capitalista, à caracterização do tipo de trabalho; às condições de trabalho; à escolarização; à representatividade feminina no trabalho em função do grau de escolaridade; a divisão sexual do trabalho; a responsabilidade no lar e a condição feminina na instituição familiar.

CAPÍTULO II

2. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E RELAÇÕES DE GÊNERO: NOVAS EXIGÊNCIAS QUANTO À EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR

Em se tratando da importância da revisão de literatura, segundo Triviños (1987, p. 102), “o investigador, apoiado num conjunto de conceitos, de alguma maneira está iluminando uma parte da realidade e terá, sem dúvida, maior segurança para realizar sua ação”. Nesta perspectiva, este capítulo apresenta conceitos considerados fundamentais para se obter mais clareza a respeito dos temas, destacados no quadro teórico desta pesquisa. Para Triviños (1987, p. 99), é o delineamento de um bom quadro teórico que permite “ao pesquisador a familiarização com o assunto que lhe interessa”. Partindo desses aspectos, iniciamos este capítulo discutindo sobre a categoria gênero, presumindo que para o leitor, será imprescindível essa inicial ilustração acerca dos conceitos que envolvem esta categoria, para posterior relação com os demais assuntos – uma vez que esta categoria integra, nesta pesquisa, a discussão sobre a reestruturação do sistema de produção capitalista e as relações de gênero, bem como as novas exigências quanto à educação do trabalhador/a.

2.1 Resgatando o conceito de gênero e relações de gênero

Foi na década de 1980 que o conceito de gênero começou a ser difundido na academia. Tais estudos, conduzidos pelas próprias militantes dos movimentos sociais dos anos de 1960 e 1970, objetivavam a denúncia da opressão das mulheres. Tais investigações, entretanto, carregavam as marcas da militância.

No Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero acompanham os diferentes momentos dos movimentos feministas, segundo, Silva (2000, p. 01)

A partir da década de oitenta, o país começa a sair lentamente dos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar que começou em 1964. Mas desde meados dos anos setenta que as mulheres brasileiras já se mobilizavam contra o custo de vida, por creches e timidamente buscavam uma maior abertura política. Neste sentido, muitas pesquisadoras já demonstravam preocupação pela temática feminista e os principais trabalhos versavam sobre mulher e trabalho. Mas são nos anos oitenta que diferentes movimentos feministas começam a criticar a condição da mulher no Brasil. E na academia as pesquisadoras não ficam imunes aos apelos por uma maior igualdade social entre os sexos. As ciências humanas e sociais, particularmente a sociologia, a demografia e a história, produzem trabalhos abordando diferentes temáticas, com uma perspectiva de resgatar a mulher e seu papel nas diferentes sociedades e particularmente na sociedade brasileira contemporânea. Assim, os estudos de gênero no Brasil crescem em qualidade e quantidade durante os últimos 20 anos.

Nesse momento, as ciências sociais deparam-se com a fragmentação dos modelos clássicos e com a obsolescência de algumas noções como “classe social” (IANNI, 1990) e proclama-se uma crise que, real ou imaginária, questiona teorias, modelos ou paradigmas. E mais do que isso, as emergências de novos atores políticos deslocam e descentram as identidades do sujeito do ‘iluminismo e do sujeito sociológico’¹⁴.

A formulação do conceito de gênero se deu após várias tentativas de explicar teoricamente a opressão das mulheres. Existia um vazio em termos teóricos que articulasse os vários planos em que se dá a opressão sobre as mulheres (trabalho, família, sexualidade, poder, identidade) e, mais que isso, que apontasse com mais clareza os caminhos para a superação dessa opressão. O conceito de gênero veio reduzir essa lacuna, na medida que possibilitou a análise das relações de gênero e sobre a construção da identidade de gênero em cada pessoa.

Nesse sentido, o conceito de gênero procura interpretar as relações históricas e culturais entre mulheres e homens. O termo “gênero” se refere a uma forma de indicar construções históricas culturais ao designar a esfera da cultura

¹⁴ Essas expressões remetem a diferentes concepções de identidade. Segundo Hall (1996), o sujeito do iluminismo tem uma concepção individualista, em que o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. O sujeito sociológico tem sua identidade formada pela interação entre o eu e a sociedade.

como a origem dos papéis adequados para homens e mulheres. Assim, gênero é uma categoria social atribuída a um corpo sexuado, tornando-se uma expressão muito útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens ao longo da construção histórico-cultural, uma vez que, a perspectiva dialética observamos que esta construção histórica do ser social requer na análise de gênero relativizar a questão das relações de poder que são constituídas na prática social.

Gênero, portanto enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determinado pela sexualidade de forma direta. Segundo estudos realizados no Núcleo Temático de Gênero da Central Única dos Trabalhadores - CUT (Caderno não datado/ Gênero de Onde vens para onde vais? p. 15), o conceito de gênero surgiu após muitos anos de luta feminista e de formulação de várias explicações teóricas sobre a opressão das mulheres.

O conceito de gênero foi trabalhado inicialmente pela Antropologia e Psicanálise, situando a construção das relações de gênero na definição das identidades feminina e masculina, como base para a existência de papéis sociais distintos e hierárquicos. Este conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como masculino e feminino e os papéis sociais destinados a cada um. Por isso, gênero, uma palavra emprestada da pragmática, foi escolhida para diferenciar sexo biológico da construção social do masculino e feminino.

O gênero é considerado um importante instrumento que mostra a inadequação das diferentes teorias explicativas da desigualdade entre homens e mulheres por meio da natureza biológica (AMORIM, 2005, p. 69). Nesse sentido, a categoria gênero implica dois níveis de análise: o gênero como elemento constitutivo das relações sociais e o gênero como forma básica de representar relações de poder, onde as representações dominantes são dadas como naturais e inquestionáveis.

Consideramos então que gênero é o caráter simbólico que as diferenças entre mulheres e homens assumem nos diversos grupos sociais¹⁵, no transcorrer da história, pois as diferenças anatômicas e fisiológicas existentes entre os homens e as mulheres, ou seja, as características físicas e biológicas dos seres humanos, os definem como macho ou fêmea. Para Scott (1990, p. 13) gênero deve ser visto como,

Elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e como sendo um modo básico de significar relações de poder, ou seja, é o conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas de forma diferenciada de acordo com o sexo.

Nesse sentido, Segnini (1998) acrescenta que, “a ‘categoria analítica gênero’ possibilita a busca dos significados das representações tanto do feminino quanto do masculino, inserindo-as nos seus contextos sociais e históricos”. Portanto, consideremos que as características atribuídas ao gênero são estabelecidas social e culturalmente, de maneira que variam através da história e se referem aos papéis que a sociedade atribui ao homem ou a mulher.

De tal modo, gênero se realiza social e culturalmente, por ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico, dependendo também de cada grupo social. Tais formas estão associadas a apropriações político e sócio-econômicas que se dão como totalidades em lugares e períodos determinados – chamando a atenção para um sistema de relações que se perpetua e que também é determinado e polido por interesses, ainda que não tenham sido diretamente engendrados para tal fim – são as relações de gênero estabelecidas no âmbito social. De acordo com Amorim (2005, p. 69), “trata-se de mostrar que poderes atuam na divisão social do trabalho e na organização dos diferentes aspectos da vida em sociedade, ligados à relação entre homens e mulheres”.

¹⁵ Nesta mesma perspectiva Saffioti (1979) nos lembra que é de suma importância termos a dimensão de: [...] como gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica quer enquanto processo social o conceito deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais [...]

Isto nos remete a necessidade de analisar, neste estudo, a importância das relações entre gênero e *classe*, pois esta categoria nos permite constatar que no universo do mundo produtivo e reprodutivo vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, “onde os homens e mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho” (ANTUNES, 2002, p. 109).

Para Grossi; Miguel (1990) a idéia de que gênero é um produto das relações sociais e culturais, implica, segundo essas autoras, em considerar-se duas premissas:

[...] primeira: a idéia de que as identidades de gênero se constroem de forma relacional, ou seja, pelo contraste com o outro [...] segundo: pelo fato de que as relações entre homens e mulheres não serem estanques, mas dinâmicas. Constituindo-se o gênero como uma condição mutável e conjuntural (ibidem).

Ou seja, quando se fala em relações de gênero, já está implícito o seu caráter relacional e que este permeia todos os aspectos da experiência humana. O que não devemos, neste íterim, é ignorar as influências dessas relações. É nesta perspectiva de análise, sob a ótica da construção das relações de gênero de maneira sistematicamente comparada, que surge necessariamente a demanda por estudos de gênero. Estes tendem a contribuir para uma melhor compreensão da totalidade deste universo complexamente bilateral e intrinsecamente articulado, numa relação sócio-cultural de interdependência que o fazem existir e transpor gerações após gerações, na subjetividade humana.

Portanto, a análise das relações de gênero só é possível se considerarmos as condições gerais das pessoas. Incluindo aspectos como: raça, modo de vida, idade e o momento histórico, entre outros. Assim sendo, as relações de gênero inserem-se destacadamente no conjunto das relações sociais. Uma vez que o mundo do trabalho, da cultura e da política se organiza, conforme a inserção das mulheres nas relações estabelecidas nesta, a partir de seus papéis masculinos e femininos.

Por este mesmo motivo não podemos afirmar que existe propriamente uma luta geral e uma outra específica de relações de poder, entre mulheres e sociedade. Visto que, neste âmbito, gênero contribui para superar todas as antigas dicotomias entre produção e reprodução e mostra como a homens e mulheres estão, ao mesmo tempo, em todas as esferas e que a análise a compreensão de gênero e das relações de gênero é questão necessária na e para a sociedade em que vivemos.

Entretanto, enfatizamos que nesta pesquisa não é intenção verificar as relações de gênero na esfera do 'trabalho'. Nesse sentido, há diversos estudos e publicações no âmbito internacional, nacional e regional. No Brasil, diversos grupos de pesquisa e pesquisadores achem-se a investigar a inserção da mulher no trabalho, como Saffioti; Bruschini; Holzmann; Lavinias; Posthuma; Ouriques, Gelinski; Ramos; Nogueira; Lisboa; entre outros. Interessa-nos fazer uma apropriação específica sobre as relações de gênero¹⁶ que se estabelecem no âmbito familiar.

Neste caso, as relações de gênero configuradas na Vila de Palmas, principalmente no âmbito do lar (nas relações entre mulheres e esposos) são estabelecidas enquanto relações de poder e de dominação no âmbito familiar e configuram a trajetória de vida dessas mulheres. Destacamos aqui, além de uma noção de historicidade e de relações sociais construídas nestes espaços específicos, que, em regra, estão relacionadas também a questão da alienação no

¹⁶ Esclarecendo que não será na perspectiva "antropológica", pois neste tipo de estudo, geralmente o que prevalece é a análise sobre a diferença homem/mulher; onde suas relações estão sempre presentes, porém, não como objeto de estudo ou assunto a ser problematizado, mas como fatos que substantivam a problematização da organização social e do parentesco. Nesta perspectiva a noção de gênero transita pela Antropologia revitalizando a tensão básica que é inerente à disciplina, entre a relatividade e a universalidade das experiências humanas. Trata-se do conjunto de assuntos que chamamos, habitualmente, de "construção cultural do gênero" e tem seu ponto de partida na constatação inicial de que "mulher" e "homem" são entidades diferentes, preenchidas com conteúdos variáveis, através das sociedades. Introduce-se assim o "gênero" como uma questão antropológica, etnograficamente documentável. Até hoje, inúmeras teses em programas acadêmicos em Antropologia são produzidas para preencher esse cabeçalho e, com isso, contribuir, a partir do conhecimento sobre casos particulares, para um mapeamento geral das maneiras com que os gêneros tomam forma nos diversos grupos humanos. Contudo, esse caminho vem perdendo fôlego, ultimamente, consumido lentamente pela irrupção de temas e perspectivas filosóficas que deixam pouco espaço já para o nosso clássico instrumento do relativismo e que acabam por desenhar o gênero como uma área de estudos transdisciplinar, implodindo ou, em muitos casos, excedendo o olhar antropológico sobre o mesmo.

processo de trabalho – no que tange o entendimento (para discussão neste trabalho) do papel do trabalho doméstico no processo de produção da vida material. E questionamo-nos nesta pesquisa: em que perspectiva as atoras deste processo percebem seus ‘papéis’ nesse contexto? Ou seja, qual a determinação individual específica para essas mulheres? Quais são as subjetividades desse grupo social e como eles constituem a totalidade do que é produzido socialmente?

Remetemo-nos, mais especificamente, a questão da alienação em relação ao processo de trabalho, onde a teoria marxista contribui conceitualmente¹⁷. Nos Manuscritos Econômicos Filosóficos, o trabalho aparece como a objetivação primária do ser social e é por se objetivarem que os homens podem constituir sua subjetividade, sua personalidade enquanto determinação individual específica. Mas esta é determinada ontologicamente na totalidade das condições sociais, e é nelas e a partir delas que a subjetividade é historicamente formada e mudada. É mutável uma vez que as condições são produzidas pelo homem social, são o produto da autocriação humana.

Marx e Engels indicavam que a história de submissão da mulher começa quando ela é afastada da produção social e acreditamos que é nesta trajetória que o papel da mulher restrito (suas atividades) no âmbito familiar contribuiu para delinear a trajetória feminina (na perspectiva de opressão) no mundo do trabalho¹⁸. As relações de trabalho se modificaram, conforme o avanço do capitalismo.

¹⁷ É no desenvolvimento do modo de produção capitalista e de sua particular e específica forma de produção material que Marx desenvolve o conceito da alienação. Sua formulação teórico-conceitual situa-se particularmente no interior de duas obras: Os "Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844" e "Elementos para a Crítica da Economia Política" (1857-58). Para Marx, a definição teórico-analítica desta dimensão particular da categoria da alienação ocorre em função da análise do conjunto de mediações histórico-concretas responsáveis pela afirmação do valor de troca como forma determinante de intercâmbio econômico-social e de interação sócio-cultural da sociedade burguesa.

¹⁸ No Manifesto do Partido Comunista, em 1848, Marx e Engels fazem uma crítica sobre a burguesia e do lugar socialmente reservado às mulheres. Nele, afirmam que somente a socialização da propriedade pode fazer desaparecer a situação de submissão da mulher. Também nesse documento, Marx e Engels afirmam o papel da família na reprodução da opressão da mulher e indicam a possibilidade e a necessidade de transformar essa instituição.

Numa perspectiva de classe, onde os resultados da reestruturação produtiva, no contexto da mundialização do capital revelam-se complexos e contraditórios, atingindo a trabalhadora e o trabalhador de forma bastante diferenciada, cabe-nos analisar a forma como a subordinação feminina foi se estruturando e conformando ao longo da história. Ontologicamente falando, é a partir dessa idéia de classes e de subordinação da mulher como algo socialmente estruturado, temos o desafio de entender a complexidade que as interações sociais foram assumindo até o período contemporâneo.

2.2 Reestruturação econômica e divisão sexual do trabalho: apontamentos sobre o processo de precarização do trabalho feminino no capitalismo

É através do trabalho que o homem constrói e modifica o espaço que habita, adaptando os elementos que compõem a natureza em função das suas necessidades. Deste modo, os elementos que constituem o trabalho e a relação do homem com a natureza evidenciam a contigüidade engendrada nas formas de organização social e em relação à maneira como estas contribuem para a constituição dos valores culturais ao longo das vivências que são estabelecidas pela humanidade e/ou apenas, por um determinado grupo social.

O ser social em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza [...] (LUKÁCS, 1979 p. 17). A maneira como o ser social objetiva suas ações se desenvolve, conforme Lukács “[...] à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais [...]” e esse movimento, em sua propriedade existencial, é dialético. É, segundo Lukács (1979, p. 17), um processo histórico que “implica na superação tendencial das formas e dos conteúdos de serem meramente naturais em formas e conteúdos sociais mais puros, mais específicos”.

É neste processo intrinsecamente dialético, entre o movimento de transformar os conteúdos dispostos na natureza que, cotidianamente, o ser humano acrescenta sempre algo novo relacionado àquilo que vivencia e por este motivo dispõe das possibilidades de transformar o mundo em que vive. De maneira que estabelece também cotidianamente o dimensionamento atribuído aos valores de uso, ou seja, “[...] a junção entre os meios de subsistência e os meios de produção” (Marx, 2002, p. 58).

Ao conjunto de elementos que propiciam a satisfação direta das necessidades humanas chamamos *meios de subsistência*. Somente produzimos os meios de subsistência através do trabalho – como uma atividade metabólica no

sentido da produção da vida – tudo isso intermediado pelo trabalho humano. Para Marx (2002):

[...] O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e portanto, de manter a vida humana”.

Trata-se da dialética entre a capacidade humana de ordenar e organizar as coisas e destas, segundo seu ordenamento, determinam a consciência social e “[...] novas perspectivas vão se abrindo à possibilidade humana de criar, de transformar, de engendrar relações sociais” (SAFFIOTI, 1981, p.13), e é neste processo de produção e reprodução da vida humana que o homem estabelece as relações sociais e constitui os sistemas econômicos e produtivos. Entretanto, é justamente através do trabalho, como lembra Lukács (p. 16, 1979), que tem lugar uma dupla transformação para o homem:

Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza [...] por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho [...]

Os objetos naturais, todavia, “continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc. existem objetivamente, independente da consciência do homem [...]” (LUKÁCS, 1979, p. 16) sendo administrados, tão somente, através do conhecimento sobre estes, e isto se dará através do trabalho – estes elementos são postos em movimento (daí concerne a dialética deste fenômeno) e estes são convertidos em coisas úteis para o homem.

Ao longo da história da humanidade, variando com o nível cultural e com o estágio evolutivo de cada sociedade, o trabalho tem sido constituído de forma diferenciada. No entanto, desde os primórdios foi a necessidade de alimentar-se,

de abrigar-se, entre outras atividades, que determinaram a necessidade ou não de trabalhar. Nesta perspectiva, Lessa (2004, p. 50) assinala que para Lukács,

Nossas vidas são crescentemente determinadas socialmente. As determinações naturais, os processos naturais não determinam o conteúdo e o sentido da história humana. O devir-humano dos homens se consubstancia na constituição, historicamente determinada, de um gênero humano cada vez mais socialmente articulado e portador de uma consciência crescentemente genérica. E o impulso detonador desse processo é a tendência à generalização inerente ao trabalho: por isso o trabalho é a categoria fundante do ser social.

É nessa concepção de gênero humano que se entrelaça a proposta desse estudo. De um olhar sobre as relações de gênero, considerando que os aspectos que configuram as relações sociais são inteiramente interligados às forças produtivas. Uma vez que adquirindo novas forças produtivas os homens modificam o seu modo de produção e a maneira de ganhar a vida, modificam também todas as relações sociais e, por conseguinte, essas alterações também influenciam nas relações de gênero justapostas ao fenômeno. Sempre relacionadas ao trabalho neste contexto.

Compreende-se então que o trabalho é essencial para o funcionamento das sociedades. O trabalho é responsável pela produção de alimentos e outros produtos de consumo da sociedade. Sendo assim, sempre existirá o trabalho. Entretanto, o conceito, a classificação e o valor atribuído ao trabalho são sempre questões culturais. E, cada sociedade cria um conceito próprio, divide o trabalho em categorias e atribui-lhe um determinado valor. Quando essas condições se alteram, o trabalho também se altera, seja pela forma como se realiza (manual, mecânico, elétrico, entre outros), seja pelos instrumentos padrão que utiliza e assim por diante. Para Lessa (2004, p. 48),

É essa propriedade essencial ao trabalho – ser um tipo de reação ao ambiente que produz algo ontologicamente antes inexistente, algo novo – que possibilita ao trabalho destacar os homens da natureza. Em outras palavras, é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construírem um ambiente e uma história cada vez mais determinada

pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social.

Entretanto, a sociedade e seus agentes também variam na forma como organizam, interpretam e valorizam o trabalho, ou seja, a forma como uma sociedade decide quem vai organizar o trabalho e quem o realizará é a forma como o produto, a riqueza produzida pelo trabalho é distribuída entre os indivíduos da sociedade e isso determina a divisão de classes sociais. De modo que o trabalho é talvez o principal fator que determina a sociedade, suas estruturas e seu funcionamento.

Historicamente o trabalho processou-se de várias formas, adquirindo novas características em determinadas épocas e sociedades. Mas, “a ruptura fundamental da divisão de trabalho na civilização ocidental ocorre com a mudança da divisão social do trabalho, baseada no trabalho artesanal, para outra forma de divisão, a capitalista do trabalho” (SOUZA, 2000, p. 46).

Neste âmbito, Toffler (1995) defende a idéia de que a organização da produção e da distribuição da riqueza social vem passando por um processo de reestruturação e explica que a sociedade capitalista do século XIX vigorou uma fase de desenvolvimento desse modo de produção – atribuindo a esta reestruturação a padronização em massa e as exigências do novo mercado de consumo, e assinala que:

[...] esses princípios ou regras (padronização, especialização, sincronização, centralização e maximização), que deram sustentação e estruturaram a organização da produção e da distribuição da riqueza social, extrapolavam a esfera da produção para invadir e estruturar todas as outras dimensões da vida social.

Se a padronização eliminava estilos diversos e diferenciados de consumo, de produção, entre outros; a organização interna dos processos de trabalho demandava uma multidão de trabalhadores com diferentes especializações. Teixeira (1996, p. 20, 21), concorda com este aspecto e lembra que as mudanças

aconteceram além da sistematicidade da vida social, também, “[...] se reproduziam na esfera do sistema político [...] e atinge a esfera da cultura”.

Foi durante a Revolução Industrial que o valor e as formas atribuídas ao trabalho foram significativamente alteradas. Castells (1999, p. 270), explica que nesta perspectiva, a relação capital-trabalho, “afeta de maneira drástica a forma real do processo de trabalho e as conseqüências das mudanças para os trabalhadores”. Este advento está diretamente relacionado ao desenvolvimento tecnológico nas indústrias, e, é no interior delas que a questão da divisão sexual do trabalho entrelaça-se a própria questão da reestruturação econômica mundial, num contexto complexo e dinâmico que permeia o processo de globalização e a mundialização do capital – o fato é que, mulheres e homens irão participar deste processo de modo desigual.

É nesse contexto entre alterações globais no âmbito econômico e industrial que emergem ao nível macro e micro (das organizações industriais e de trabalho) que o trabalho feminino (assim como o infantil) tornou-se necessariamente importante no interior das fábricas, provocando uma reconfiguração nas relações de gênero. No âmbito brasileiro, Mattoso (1999) assinala que,

[...] o Brasil principalmente após 1945, transformou-se numa economia urbana e industrial, com elevada geração de empregos formais, isso se deu através de intenso êxodo rural. Tal fenômeno continuou evidente até 1980, embora possuindo diferenças de intensidade conforme a região geográfica e as perspectivas econômicas do local, gerando maior ou menor atração. A partir dos anos 80, com as crises econômicas, houve alteração na dinâmica do mercado de trabalho. Pela primeira vez surgiu o desemprego urbano. Foi a partir desse momento que se iniciaram as precarizações no mercado de trabalho.

Contudo, a partir dos anos de 1970, o sistema capitalista incidiu uma grave crise – acabando por modificar as grandes estruturas produtivas mundiais. Segundo Mattoso (1999), “foi a partir desse momento que a denominada internacionalização do capital passou a ter considerável impacto”. E, no decorrer deste período, a adoção do desenvolvimento tecnológico se intensifica, ao passo

que o processo de modernização conservadora¹⁹ vinha alternar drasticamente as medidas reguladoras da economia brasileira e especialmente influenciar alterações no mercado de trabalho.

É neste íterim que a reestruturação da economia, segundo Casaca (2006, p. 48) “compreendendo fenômenos como a globalização, a terceirização e a difusão das tecnologias de informação e comunicação, tem tido repercussões profundas ao nível do emprego”. Colocando novas exigências quanto à qualificação do trabalhador e despertando novas configurações a nível trabalho e das relações de gênero neste contexto.

Uma vez que consideremos, nesta ótica, que as novas injunções do mercado de trabalho interferem na organização da família, alteram as relações de gênero e afetam a distribuição interna de poder e a divisão do trabalho entre os diferentes membros de um determinado grupo familiar ou até mesmo numa sociedade²⁰. Queremos, pois, chamar a atenção para o fato de que tais fenômenos não devem ser vistos apenas como fatores determinados mecanicamente pelo mercado. Mas por um conjunto de relações que envolvem também questões culturais.

Neste aspecto, teorias tendem a “negligenciar o efeito das transformações socioeconômicas nas relações de gênero, algumas análises feministas [...] vêm acrescentar que as novas tecnologias perpetuam a exploração das mulheres nos domínios do trabalho remunerado e da esfera familiar”, (CASACA, 2006, p. 49). Contudo, Bruschini (1985, p. 02), pontua para outra questão importante, que é sobre a participação do sexo feminino na produção social, explicando que “esta

¹⁹ “A modernização conservadora foi um termo utilizado para conceituar o crescimento econômico do Brasil na época da revolução de 1964. A intenção era manter o capital em mãos de empresários brasileiros, ou empresas estatais. A abertura do comércio e a entrada do capital estrangeiro para investimentos no Brasil, após 1964, era feita de tal forma que sempre deveria haver um brasileiro para cargos de alta importância nas multinacionais que estariam sendo trazidas para o país.

²⁰ “Relativamente às mudanças em curso, damos conta na literatura de duas perspectivas dicotômicas: a otimista/acrítica, que encara a reestruturação economia e do emprego como essencialmente positiva geradora de mais e melhor emprego [...] Paralelamente, e no pólo oposto, as teses assentes num criticismo determinista perspectivam as transformações em curso com total ceticismo, entendendo que os meios tecnológicos potencializam a exploração dos/as trabalhadores/as [...]” (CASACA, 2006, p. 58).

não se define apenas pelas condições do mercado, pela estrutura de emprego ou, mais genericamente, pelo nível de desenvolvimento da sociedade, mas também por sua posição na família e pela classe social à qual pertence o grupo doméstico” (BRUSCHINI, 1985, p. 03)²¹.

A organização e a divisão do trabalho no capitalismo incluem a divisão sexual do trabalho que, segundo Holzmann (2002) “é a separação e distribuição das atividades de produção e reprodução social, de acordo com o sexo dos indivíduos”. Ainda para a mesma autora, “[...] qualquer sociedade possui definidas, com mais ou menos rigidez e exclusividade, esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou para outro sexo”.

Cattani, Holzmann (2006, p. 103), elucidam que “a divisão sexual do trabalho é um dos aspectos das relações sociais de sexo. Assim, a existência de trabalhos de homens e de trabalhos de mulheres expressa não as possibilidades e capacidades naturais de quem deva executá-los”, para os autores “[...] a assimetria das relações entre os sexos, definidoras da submissão das mulheres aos homens e da opressão que estes exercem sobre elas”.

Nesta perspectiva, o conceito de gênero veio trazer, segundo Cattani, Holzmann (2006, p. 103) “[...] uma importante contribuição à abordagem dos estudos sobre divisão sexual do trabalho, sendo entendido como processo histórico de construção hierárquica e interdependente de relações sociais de sexo²²”.

Em se tratando da sociedade contemporânea, a emergência de novas ocupações e a demanda de novas qualificações decorre das transformações em curso no trabalho e na produção redefinem e redimensionam a divisão sexual do trabalho, mas não a superam. E, tão pouco suplantam as diferenças atribuídas a homem e mulher na sociedade industrial.

²¹ Outra questão “[...] se refere ao entendimento de que o ingresso da mulher no mundo produtivo não é, por si só, condição suficiente para sua libertação (como apregoavam as correntes feministas da década de 60 nos países desenvolvidos), principalmente se for em atividades de baixa qualidade e remuneração e em sobreposição ao papel reprodutivo desempenhado na família. Mas poderá sê-lo se estas condições se transformarem” (BRUSCHINI, 1985, p. 04).

²² Na sociedade industrial, “[...] o espaço de trabalho foi separado do espaço doméstico e foi mantida a concepção de que o lugar natural da mulher seria a casa, e sua função primordial a de ter filhos e cuidar deles, concepção paradoxal” (HOLZMANN, 2002).

Em relação à expansão do trabalho feminino, este ainda tem significado inverso quando a abordagem da temática é a questão salarial – nesta situação há um abismo que separa a polaridade masculina e feminina na sociedade do trabalho – esfera em que segundo Antunes (2002, p. 105), “a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino”.

Ainda nesta perspectiva de análise Antunes (2002, p. 105) ao discorrer sobre algumas tendências associadas ao processo de globalização, destaca o aumento crescente do trabalho feminino e assinala que, “vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e têm sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho em tempo parcial” (part time²³), precarizado e desregulamentado. Marcados por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas. O mesmo autor lembra que, nesta tendência:

O capital tem sabido também se apropriar intensificadamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais vigentes, que são [...] uma construção sexuada – mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes em verdade, conformando níveis mais profundos de exploração), o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres (ANTUNES, 2002, p. 110)

Antunes (2002, p. 106) ao tratar dessa temática, sob o prisma da divisão sexual do trabalho, afirma que:

²³ “Refere-se ao trabalho com período de duração inferior ao de turno integral. Em alguns segmentos já é permitida a contratação de funcionários em tempo parcial para atender aos picos diários de demanda [...] a empresa reduz seus custos, pois os encargos trabalhistas são menores e se reduz a necessidade de utilização de horas extras. Já para o trabalhador representa uma menor remuneração, que, muitas vezes, obriga-o a buscar um segundo emprego” (PICCININI; OLIVEIRA; RÜBENICH, 2006, p. 104).

É visível a distinção entre os trabalhos masculino e feminino. Enquanto aquele atem-se na maior parte das vezes às unidades onde é maior a presença de capital intensivo (com máquinas mais avançadas), o trabalho das mulheres é muito freqüentemente restrito às áreas mais rotinizadas, onde é maior a necessidade de trabalho intensivo.

Neste contexto, destacamos também o fenômeno da globalização da economia, no que concerne aos processos de integração dos mercados e da reestruturação econômica como fatores de agravamento da condição de vida das mulheres trabalhadoras, ou seja, da precarização do trabalho em função da flexibilização deste. Neste sentido Alves (2005) adverte para o fato de que a “[...] precarização do trabalho possui uma particularidade socioeconômica diferenciada da precarização (e precariedade) de outras épocas históricas do capital [...]”. O mesmo autor explica que:

As categorias de *precariedade* e de *precarização* do trabalho são intrinsecamente histórico-concretas, além de serem, é claro, categorias multidimensionais (precariedade e precarização não são apenas do trabalho, mas dos modos de vida e da reprodução social). O que significa que assumem formas e modos de ser bastante diferenciados no decorrer da história e no interior de cada sociedade nacional. É claro que utilizamos *precariedade* como uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria²⁴.

Neste íterim, ainda que a globalização seja abordada, genericamente, como um conceito referente ao atual estágio do processo de integração da economia mundial, as diferenças que se apresentam em cada contexto nacional são resultantes da articulação política dos segmentos sociais, da representação de seus interesses no aparato do Estado e de sua capacidade de garantir sua defesa na definição de políticas econômicas e sociais (PICCININI; OLIVEIRA; RÜBENICH, 2006, p. 101). Deste fenômeno decorrem alguns aspectos que configuram a reestruturação do sistema de produção capitalista e, por

²⁴ Para Alves (2005) “O trabalho assalariado é condição ontologicamente precária de classe. Mas o que merece investigação, no caso, é a forma social e histórica que assumiu, por exemplo, a precariedade salarial em países de capitalismo hipertardio como o Brasil. É uma condição de classe que tem se alterado no decorrer do tempo. Por exemplo, ser bancário ou metalúrgico hoje não é o mesmo que há vinte ou trinta anos”.

consequente, o fenômeno da flexibilização do trabalho e suas conseqüências. Contudo, Piccinini; Oliveira; Rübenich (2006, p. 101), alertam que “apesar do fenômeno do aumento da flexibilização do trabalho ser observado globalmente, a forma como se dá é diferenciada conforme a situação e evolução socioeconômica da cada país”.

Nesse sentido, Lisboa (2004) afirma que “a terceirização surge como um elemento a mais na consideração do trabalho real, na medida em que, além de trazer como características [...] os baixos salários [...] sugere, também, um quadro mais perverso, que se caracteriza pela contratação de trabalhadores mais propensos à submissão.

Para Guimarães; Secchi (1999, p. 23) a terceirização suscita problemáticas relacionadas também à questão da estabilidade do trabalho, os autores explicam que nesta lógica de produção:

O trabalho estável, bem pago e qualificado, é privilégio de uma minoria. Ampliam-se os trabalhos de natureza instável, precário e informal e neste caso incluem-se mesmo trabalhadores com níveis mais altos de escolarização. Esta constatação insere-se na nova lógica de produção terceirizada.

O que suscita também a reflexão sobre a relação dessas questões com a globalização das economias, a flexibilização e a precarização do trabalho. Nesta perspectiva Souza (2000, p. 70) constata que,

O novo mundo do trabalho, em função da globalização e conseqüentemente da crescente concorrência, passa por sérias crises. A maioria dos trabalhadores está convivendo com o crescente desemprego e a precariedade de emprego e salário. Porém algumas pesquisas têm revelado que a situação da mulher é bem pior que a dos homens.

No caso brasileiro, Piccinini; Oliveira; Rübenich (2006, p. 101, 102), lembram que “o trabalho flexível foi sempre amplamente utilizado, sendo mais expressivo em determinados setores (como calçadista e têxtil-vestuário) e/ou regiões (sobretudo Sul e Sudeste)”.

No que diz respeito às formas flexíveis de emprego, na concepção de Kovács (2005, p. 49), “associadas, sobretudo à flexibilidade quantitativa, atualmente constituem uma maneira das pessoas integrarem-se (ou sentirem-se integradas) no mercado de trabalho”. O que consideravelmente implica no fato real de reconhecermos que uma significativa parcela dos trabalhadores com emprego flexível encontra-se nesta situação não por opção, mas porque não consegue encontrar um emprego estável.

O emprego flexível incide, principalmente, “sobre grupos etários mais jovens e sobre categorias socioprofissionais de baixo estatuto e tende a abranger mais as mulheres do que os homens” (KOVÁCS, 2005, p. 49), ou seja, o nível de formação profissional e de competitividade homem-mulher no mercado de trabalho, a escolarização é a ‘menina dois olhos’, almejada pela categoria feminina e uma vez adquirida, não há garantias de que a democratização salarial aconteça.

E, em se tratando justamente da participação feminina no mercado de trabalho, é possível verificar que o processo de reprodução das desigualdades de gênero continuam a se desdobrarem neste contexto, pois o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho está mais vinculado à expansão de atividades consideradas ‘femininas’ do que ao acesso a atividades consideradas exclusivamente ‘masculinas’.

Casaca (2006, p. 47) relaciona a participação feminina no mercado de trabalho com o advento das transformações econômicas, assinalando:

A participação maciça das mulheres no mercado de trabalho, a forte orientação de alguns segmentos relativamente à atividade profissional, o maior investimento em capital humano – aliás, expresso no incremento dos níveis de qualificação –, são fenômenos que decorrem a par das transformações econômicas, tecnológicas e organizacionais relevantes, bem como de uma crescente flexibilidade nas relações de emprego.

Neste âmbito, o processo de feminização do mercado de trabalho e o risco permanente em função da não estabilidade de emprego, coexistem como dois fenômenos que delineiam novos efeitos nas relações de gênero.

Convém destacar que “[...] as mulheres portadoras de níveis de escolaridade superiores apresentam-se, mais do que os homens, vulneráveis à precariedade contratual [...]” (CASACA, 2005, p. 55). As discriminações dos mercados de trabalho continuam se reproduzindo e a brecha salarial não foi reduzida (é maior quanto maior é o nível de instrução). A taxa de desemprego feminina continua sendo superior à dos homens – dando continuidade ao aumento na presença de mulheres nas ocupações das atividades mais precárias.

Com a expansão da escolaridade, as mudanças culturais levaram à revisão do papel social das mulheres – constatando-se sua maior participação nas lutas sociais, impulsionando uma nova visão do papel das mulheres na sociedade. Muitas delas encaminhando-se para um processo de educação formal e profissional, no anseio de extinguir as ‘diferenças’ culturais entre homem e mulher constituídas em nossa sociedade.

No entanto, os estudos que vinculam o impacto da escolaridade das mulheres no mercado de trabalho (SAFFIOTI, 1968, 1982; BRUSCHINI, 1985, AMORIM, 2005) indicam que as mais instruídas são as que mais trabalham fora. Por outro lado, a escolaridade não tem constituído um fator que permita às mulheres uma remuneração igualitária ou pelo menos próxima dos salários alcançados pelos homens, dando significado à veemente necessidade dos avanços femininos, seja através da escolarização ou por melhores condições de trabalho, o fato é que a luta das mulheres não tem sido suficientes para modificar de forma substancial a desigualdade sócio-econômica que foi estruturada historicamente.

Não há dúvida de que a presença da mulher na força de trabalho brasileira vem se ampliando sensivelmente nos últimos anos. Embora contraditoriamente as mulheres tenham conquistado novos espaços e notada inserção no mercado de trabalho, em meio a essas transformações, as desigualdades de gênero continuam em pleno século XXI.

Após observar que há uma tendência no mercado mundial do trabalho parcial estar mais reservado às mulheres; Nogueira (2004), explica que isto acontece devido ao fato de que “[...] o capital necessita também do tempo de trabalho das

mulheres na esfera reprodutiva já que isso lhe é imprescindível para o processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera doméstica”. Segundo esta autora (2004)

Essa crescente inserção da mulher, entretanto, é ofuscada pela brutal precarização das suas condições de trabalho. No mundo inteiro, elas recebem os piores salários, são as maiores vítimas de contratos parciais e temporários e as mais atingidas pelo subemprego e o desemprego. A farta documentação apresentada pela autora é inquestionável e deprimente e comprova sua tese “de que a divisão social e sexual do trabalho, na configuração assumida pelo capitalismo contemporâneo, intensifica fortemente a exploração do trabalho, fazendo-o, entretanto, de modo ainda mais acentuado em relação ao mundo do trabalho feminino.

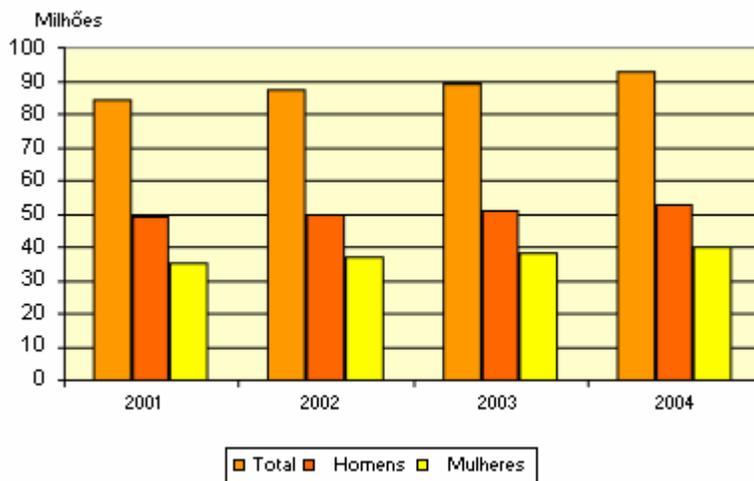
A mesma autora também constata que as mulheres têm sido ‘cobaias’ em vários experimentos do capital de precarização do trabalho, sendo pioneiras em formas de contratação temporária e parcial. Em muitos aspectos a mulher esta em desvantagem, como é constatado nos dados²⁵ a seguir que relaciona o trabalho e a educação no universo feminino em decorrência da ascensão masculina.

Mundialmente existem diferenças significativas entre a situação de vida de homens e de mulheres. Não há país onde a igualdade entre mulheres e homens, esteja completamente realizada; A maioria dos 1200 milhões de pobres neste mundo são mulheres; Mulheres trabalham mais do que 50% de todas as horas trabalhadas no mundo; Porém, só 30% do trabalho feminino auferem remuneração, enquanto esta percentagem para o trabalho masculino se situa nos 75%; Mulheres ganham acentuadamente menos que homens e ascendem muito mais raramente a cargos elevados; Mulheres, em especial as jovens, estão mais freqüente e mais longo expostas ao desemprego que homens; Uma em três mulheres é chefe de família, tendo que assumir sozinha o sustento e, ao mesmo tempo, a educação dos filhos; A maioria dos analfabetos são mulheres; Ainda hoje há menos meninas do que meninos no ensino básico; Em alguns países industrializados já há mais mulheres do que homens nas universidades. Em 2002, as mulheres representavam 50,4% dos estudantes que iniciaram um curso universitário na Alemanha, ao passo que na Tanzânia elas só correspondem a 22% dos estudantes.

²⁵ Disponível em: <http://www.misereor.org/Genero.7825.0.html?&L=3> – Acessado em 23 de janeiro de 2007.

No Brasil a taxa de atividade feminina, que relaciona as mulheres que trabalham com a população feminina de mais de 10 anos, passou de 18% em 1970 para quase 36% em 1983 (IBGE). Já em 2004 estas referências não se alteraram conforme dados do IBGE, no gráfico a seguir:

Gráfico 01: **Pessoas Economicamente Ativas (Brasil) - 2001-2004**



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

A participação feminina no mercado de trabalho em detrimento da participação masculina, continua décadas após décadas, a margem das diferenças processadas na esfera do trabalho e na sociedade em geral. Isto também se confirma diante das ascensões femininas no grau de instrução (formação profissional), sua inserção no mercado de trabalho e sua não igualdade salarial (comparada com os homens), com base na sua escolarização. As mulheres ganham menos que os homens, independentemente do desempenho da economia, da escolaridade, da função ou cargo exercido.

Para atingir o mesmo patamar salarial de seus companheiros/cônjuges do sexo masculino, as mulheres precisam estudar mais. Em todas as situações, com o mesmo grau de instrução, as mulheres têm remunerações inferiores à dos homens – questão esta que verificaremos a seguir.

2.3 Trabalho feminino e escolarização

Nos dois decênios que antecederam a Proclamação da República, “era intensa a agitação de idéias, diretamente inspiradas no liberalismo e cientificismo estrangeiros, que, desta ou daquela maneira, equacionavam as mudanças exigidas pela estrutura social brasileira”, explica Saffioti (1979, p. 205). Neste ínterim, os papéis da mulher e suas necessidades de instrução integravam-se às processualidades das reformas sociais e políticas do país.

Neste contexto histórico, cada corrente de pensamento assume uma vertente política em relação ao papel da mulher na sociedade brasileira. Saffioti (1979, p. 206), assinala que neste período “a igreja Católica representou um pensamento conservador [...] numa tentativa de preservar a estrutura patriarcal da família”. Justificavam tais ações “alegando as diferenças básicas entre o homem e a mulher, uma correspondente desigualdade no plano das capacidades civis e políticas” (1979, p. 205). Argumentação que se valia de uma necessidade moral e social de preservação da família, como meio de justificar o baixo nível de educação feminina. Segundo Saffioti (1979, p. 206):

Acreditando que, de fato a mulher apresentava uma inferioridade mental em relação ao homem, não a atribuía, entretanto, a fatores de natureza anatômica ou fisiológica. O desuso do cérebro a que a sociedade condenava a mulher, negando-se a instruí-la, seria o responsável pela menor evolução verificada das capacidades mentais femininas. Ora, se a desigualdade de capacidades intelectuais entre os sexos se devia a fatores de caráter histórico, a mulher não estava condenada a persistir na ignorância e, portanto, na inferioridade mental e social. A solução encontrava-se na educação feminina, capaz de permitir uma recuperação do atraso a que esteve sujeita o cérebro da mulher.

Frente à necessidade de expansão política do Estado, a Igreja Católica toma como expressão para suas ações, o liberalismo, com a retórica da liberdade de ensino. Na verdade, os interesses da Igreja se confundiam com os do Estado, por uma preservação da ordem estabelecida, como explica Saffioti (1979, p. 208), “o

liberalismo da Igreja expresso na liberdade de ensino, tinha, portanto, raízes na identidade de interesses seus, enquanto religião de Estado, de direito ou apenas de fato, e os do próprio Estado”.

Não obstante a reclusão da mulher no lar, em relação à instrução feminina, o positivismo alicerça a corrente de pensamento que decorre de uma visão de diferenças entre os sexos e dos respectivos papéis sociais que estes venham desempenhar. Saffioti (1979, p. 210), explica que nesta corrente de pensamento, ‘não é a emancipação da mulher que está em perspectiva’. Para a autora, o que o positivismo objetiva não é a emancipação da mulher, ao contrário quer é:

[...] ressaltar sua condição heteronômica na sociedade em geral e na família, pois, nesta, só quem trabalha exteriormente é o chefe [...] assim, o positivismo situando no terreno moral a contribuição da mulher à tarefa regeneradora da humanidade e à instauração do estado positivo, desvincula os papéis femininos dos masculinos, segrega os sexos [...] no próprio ato de situar a contribuição feminina num terreno específico impermeabiliza as esferas de atuação dos homens e mulheres, acentua as diferenças [...] não havia, em suma, no sistema positivista, lugar para a libertação da mulher. Sua preeminência moral constituiria meramente um disfarce para sua heteronomia social, econômica e política (1979, p. 210).

Mas, neste momento da história, a necessidade de se educar a mulher seria reconhecida não apenas com vistas a uma justiça de sua equiparação social com o homem. A idéia era de que, na constituição familiar, os cônjuges apresentassem o mesmo nível de evolução intelectual. Para tanto, foi atribuído à educação o papel central de um programa de reformas sociais. Papel que foi delineado pela influência do cientificismo liberal, com a formulação de teses que colocariam a educação como fator de mudança social e, possivelmente, de resolução para os problemas femininos na época.

No entanto, as décadas se processaram e no decorrer dos tempos o que se viu em relação à representatividade da mulher, no que diz respeito a escolarização, foi limitadamente singular, diante do que se tinha em perspectiva. Fator este delineado paulatinamente pela burguesia, para responder a perspectiva capitalista. Saffioti (1979, p. 212, 213), esclarece que neste sentido,

[...] a educação enquanto processo socializador responderia pela formação daqueles traços de personalidade que, como requisitos do sistema social em que operam os agentes, promoveriam o ajustamento individual nas várias esferas de atuação dos indivíduos na sociedade capitalista. Desta perspectiva, a instrução, que no caso do magistério primário seria inicialmente uma mera qualificação técnica da força de trabalho do professor de nível elementar, iria, progressivamente, integrando-se no conjunto de respostas aos requisitos sociais do sistema capitalista de produção.

De modo que a formação econômico-social capitalista, estágio mais avançado das sociedades “baseadas na propriedade privada dos meios de produção, se configura como aquela que, por ter desnudado o fundamento econômico de si própria, necessita construir a mais ampla e bem elaborada capa e sob a qual ocultar as injustiças sociais” (SAFFIOTI, 1979, p. 234).

Neste ínterim, o advento do capitalismo industrial e a inserção da mulher (neste contexto) não fizeram, se não, tornar evidente o papel da mulher nas funções econômicas, pois estas desempenhavam atividades ocupacionais fora do lar. Para Saffioti (1979, p. 235), o engajamento de certo número de mulheres em ocupações remuneradas e realizadas fora do lar “[...] constitui suficiente evidência da ampla aceitação de que supostamente goza o trabalho feminino e da liberdade que a sociedade de classes deixa à mulher para, numa pretensa determinação pessoal e voluntária de sua existência”. Deixando parecer que é de sua livre escolha seguir uma carreira profissional, escolarização, casamento, ou ainda, administrar a junção entre eles.

Historicamente a mulher precisou transpor todas essas barreiras de ordem social, política e cultural. Entretanto, vários desses aspectos anteriormente mencionados foram sobrepujados (ou sutilmente superados) diante da inserção da mulher no mundo do trabalho e dos níveis de escolarização alcançados pelas mesmas.

O crescimento do número de mulheres trabalhadoras é inegável. Motivo também decorrente da emancipação feminina durante os anos 1960 e do movimento feminista, segundo Amorim (2005, p. 14), quando as mulheres procuravam se libertar da condição de submissão de pais e/ou maridos. Apesar

disso, alerta a autora “no mercado de trabalho, o trabalho feminino está longe de mostrar os mesmos níveis ocupacionais ou salariais e a regularidade com que se apresenta o trabalho masculino”.

Como decorrência da inserção no mercado de trabalho, as mulheres buscaram ampliar a educação formal e a qualificação profissional. Mas, ainda hoje, a remuneração inferior indica que a maior escolaridade feminina ainda não aponta para uma garantida inserção e ascensão no mercado de trabalho, demonstrando que a luta pela própria representação, por parte da mulher, nestas duas esferas (educação e trabalho) continua constante.

O estudo divulgado por Lage (2005) revela que as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho, “acumularam mais anos de estudos e ainda assim recebem uma remuneração média cerca de 30% menor do que os homens”. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000), “a explicação para a remuneração em média 30% inferior a dos homens decorre das características de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Elas costumam concentrar sua atuação no setor de serviços e em ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração”. A trajetória profissional das mulheres também costuma ser marcada pela menor ocupação de cargos de comando ou chefia e não é por falta de estudo que elas ainda ganham menos.

Em 2003, “a Síntese dos Indicadores Sociais revela que elas estudam em média sete anos. Os homens estudam 6,8 anos. Os homens permanecem menos tempo na escola em razão da entrada mais precoce no mercado de trabalho”, divulga o IBGE²⁶. Além disso, as transformações socioeconômicas decorrentes da entrada da mulher no mercado de trabalho e a maior contribuição para a provisão da renda familiar fizeram com que as mulheres aumentassem a busca por um grau de escolaridade maior.

Segundo dados do IBGE, as mulheres empregadas estudam em média cerca de um ano a mais do que os homens. “Entre as ocupadas, a média chega a

²⁶ IBGE detecta mudanças na família brasileira.
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774

8,4 anos e supera o número mínimo necessário para a conclusão do ensino fundamental. Cerca de 55% das mulheres no mercado de trabalho apresentavam pelo menos o ensino fundamental. Entre os homens, o percentual é de 45%”. A defasagem entre os salários não diminui com o aumento da escolaridade. Mulheres com 11 anos ou mais de estudo ganham 58,6% menos do que homens com mesmo nível de escolaridade.

Com vistas a esse fenômeno, Casaca (2005, p.55, 56) afirma que, “Esta tendência assume feição fortemente ambígua: tanto compreende um processo de força de trabalho feminina laboral [...]” dessa forma “[...] pode ser tida como, potencializadora de maior igualdade entre os homens e mulheres, como simultaneamente, pode traduzir um fenômeno de diferenciação e de segregação social”. Ora a participação da mulher no mercado de trabalho e a busca pela escolarização, delinearam novas relações de gênero decorrentes da inserção feminina no mercado. Por conseguinte, pôs a mulher diante de um processo de precarização com vistas a uma tendência à desvalorização salarial, em relação à educação profissional conquistada pelas mulheres²⁷.

Sobre as atividades que envolvem trabalho remunerado, há maior concentração de mulheres nos ramos de alimentação, educação, saúde e serviços sociais e especialmente, serviços domésticos. Segundo Holzmann (2000) este crescente ingresso das mulheres no mercado de trabalho, fenômeno de abrangência quase universal, tem ocorrido predominantemente em situação periférica:

Em ocupações mal remuneradas, banalizadas pela fragmentação das tarefas ou pela automação ou sob condições de desregulamentação das relações de trabalho obstaculizando as expectativas de ascensão alimentada nos anos 60. A persistência de relações de dominação no seio da família e na sociedade, recriadas com novas roupagens em contextos de rápidas transformações econômicas e culturais, baliza essa tendência [...] Para tanto, contribuiu o estigma das diferenças

²⁷ As dificuldades de ascensão profissional; discriminação explícita ou implícita na contratação de mulheres casadas, com mais de 35 anos e com filhas; exigência de exame de gravidez antes da contratação; abusos e/ou discriminação por parte das chefias, encarregados ou outros; assédio sexual; punição por faltas e atrasos para cuidados das filhas; condições ambientais e de saúde adversas; trabalho repetitivo ou penoso, entre outras, dificultam o acesso e a permanência das mulheres no trabalho. Núcleo Temático de Gênero (Caderno não datado, p. 26).

naturalizadas, construídas e sedimentadas na família e na sociedade. Assim também as novas tecnologias de base microeletrônica não têm o poder mágico de subverter estruturas de dominação que perpassam todo o tecido social [...] se mantém, articulado com o capital para duplamente explorar as mulheres.

Para Casaca (2005, p. 55), isto acontece “[...] porque muitas das atividades ali integradas são tidas como [...] puramente femininas”. Desta forma, compreende-se que as possibilidades de acesso aos postos elevados nas hierarquias ocupacionais são bastante modestas para a maioria. Apesar de que, segundo afirma Souza (2000), o incremento significativo na força de trabalho “[...] um contingente expressivo é composto por mulheres, caracterizando um outro traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora”.

Neste sentido, Bruschini (1995) assinala que, “ainda que permaneça a discriminação em relação à força de trabalho masculina, estão em curso um aumento progressivo da participação da mulher no mercado de trabalho e significativas mudanças no âmbito familiar”.

De forma idealista, há uma parcela da população que sonha com a concretização dessa “igualdade” no âmbito do mercado de trabalho, das questões salariais e da representatividade feminina no contexto familiar. Este idealismo por uma equidade de gênero, ao passo que se manifesta socialmente, dá margem a alimentar expectativas em torno de uma possível democratização salarial entre homem-mulher e demonstra, pois, a outra face deste fenômeno, onde está inserida a mulher, abrindo perspectivas diante da protagonização feminina perante questões sociais e políticas em nossa sociedade.

Por estes elementos constitutivos que se entrelaçam entre as transformações no mundo do trabalho e a escolarização feminina, ao passo que subsidiam à emergência do capitalismo, com propriedade, são enriquecidas com pesquisas que privilegiam estudos descritivos.

Nesse estudo, a questão da escolarização da mulher investigada na Vila de Palmas, requer considerar com propriedade seu protagonismo diante das mudanças nas relações de gênero e sua representatividade enquanto ser social, ou seja, “a apropriação crítica, pelas mulheres, dos saberes desenvolvidos por

elas durante a vida, reforça seu protagonismo individual” (FISCHER, 2004, p. 55, 56).

Manifestações que se concretizarão na medida em que as mulheres vivenciam, cotidianamente, os resultados de suas buscas por melhor formação profissional. Dessa forma, passam a reconhecerem-se enquanto seres sociais, integrantes de um processo de reestruturação econômica que vai além do espaço delimitado em que vivem – embora seja este, rico em detalhes e valores culturais – não obstante, a mulher percebe-se inserida numa economia que está modificando as formas de trabalho e ao reestruturar-se coloca novas exigências quanto à educação e qualificação do trabalhador.

CAPÍTULO III

3. O “LOCUS” DA PESQUISA: A VILA DE PALMAS

Suscitamos neste capítulo uma breve reflexão para os períodos em que a ocupação vicentista-açoriana, nos séculos XVII e XVIII, contribuiu para delinear a história e o processo de estruturação sócio-econômica do litoral catarinense. Bem como os reflexos destas ações para o Município de Ganchos – onde está localizada a Vila de Palmas, área onde foi desenvolvida a pesquisa, nosso objeto de estudo. Para tanto, no decorrer deste, aparecem além da pesquisa bibliográfica e documental, registros de estudo de campo (entrevistas) que foram anteriormente desenvolvidas.

3.1 Contextualizando historicamente a Vila de Palmas e Governador Celso Ramos

Consideramos então a compreensão da produção do espaço litorâneo de Santa Catarina que leva em conta, na concepção de Campos; Machado; Silva (1997, p. 468)

[...] o entendimento de sua constituição histórica. E, particularmente, no que se refere à área litorânea temos que nos reportar à gênese açoriana, isto é, à formação social dos Açores, em meados do século XVIII, momento em que esta cultura desloca-se de seu território e aparece em terras do litoral sul brasileiro.

No sul do Brasil e particularmente em Santa Catarina, havia razões para que fossem destinadas áreas à colonização. Uma vez que na referida época os vazios demográficos eram imensos e a economia dos núcleos se encontrava estagnada. Assim, “[...] o abandono do Sul e o iminente perigo da penetração espanhola fizeram com que Portugal se preocupasse em ocupar a região e a integrasse

definitivamente à Colônia, criando diferentes mecanismos que propiciassem o alcance de suas pretensões” (CAMPOS, 1991, p. 20).

Nesse propósito, Portugal elaborou uma política de povoamento e colonização para o Sul do país e o espaço litorâneo catarinense na época colonial fez parte do projeto do governo português no Brasil meridional. Este visava não somente o povoamento do território, mas também a instalação de bases político-militares (como as fortificações) e armações para as grandes produções pesqueiras (com ênfase na atividade da captura de baleias) integradas à intermediação comercial portuguesa e vilas de povoamento onde se desenvolvia a pequena produção mercantil.

A ocupação do território catarinense teve início ainda em meados do século XVII, com a chegada de uma pequena população proveniente da região de São Vicente – São Paulo, acompanhada de índios destribalizados e alguns negros dando origem a três núcleos ao longo do litoral: São Francisco, Desterro e Laguna.

Primeiramente foi estruturado o núcleo de São Francisco em 1645, em seguida, o núcleo de Desterro foi estabelecido em 1651, e por fim, em 1676 o núcleo de Laguna. Em 1738, em decorrência da criação da capitania de Santa Catarina houve a necessidade de um reforçamento militar para a costa catarinense acarretando na vinda de todo um corpo administrativo militar e civil para residir na região. Posteriormente, em 1748 chegaram os açorianos e madeirenses para povoarem a região. Como registrou Campos:

[...] a provisão de 9 de agosto de 1747 mandou instruções para a colocação de colonos na Ilha de Santa Catarina. O deslocamento destes efetivar-se-ia no ano de 1748, chegando na primeira viagem 461 pessoas, conforme provisão de 20 de novembro de 1749, dirigida ao governo. De 1748 a 1756, cerca de 6.000 pessoas chegaram ao litoral de Santa Catarina [...] Tudo isto confirma os objetivos e interesses da Coroa portuguesa no Atlântico Sul. Por conseguinte, a vinda de imigrantes para a região e a conseqüente formação da pequena produção açoriana, desempenhou importante papel dentro da estratégia de povoamento e ocupação do litoral sul brasileiro (1991, p. 23, 24).

Entretanto, a colonização açoriana no litoral catarinense deu-se por circunstâncias da conjuntura política e econômica configurada pela fase depressiva em que se encontrava o comércio português durante a metade do século XVIII²⁸, pois,

[...] à medida que Portugal via diminuída sua lucratividade e na tentativa de um reforço de seu capital comercial [...] sentia a necessidade de um melhor aproveitamento dos recursos portugueses, tanto na metrópole quanto na colônia [...] O litoral catarinense passou então a fazer parte mais efetiva do interesse político-econômico da metrópole [...] (CAMPOS, 1991, p. 21).

Numa perspectiva macro de análise conjuntural política-econômica, em princípios do século XIX, França e Inglaterra confrontam-se no sentido de disputar a liderança da expansão e o controle político-econômico no âmbito europeu e mesmo mundial – é neste quadro tenso que Portugal imprime sua resistência, aliando-se aos britânicos que nas negociações exigem a abertura dos portos ao comércio mundial e a transferência da corte lusa para o Brasil Colônia em 1808. O resultado desse confronto de nações delineava o processo de expansão do modo de produção capitalista.

A influência destes acontecimentos políticos para a formação social brasileira foi direta e imediata, e tem-se como reflexo das lutas político-econômicas, a intensificação da transferência dos capitais mercantis portugueses para o Brasil. Estes capitais eram provenientes da classe hegemônica e construir-se-iam numa força nascente no território brasileiro. Mas, em termos locais, este momento conjuntural coincidiu com o retorno da manufatura baleeira às mãos da iniciativa privada (1816).

Assim, a possibilidade de substituição de importações, ensejada por este momento conjuntural, no plano local, igualmente se configurou pela presença de

²⁸ Dos problemas em relação à colonização até 1850, grande parte dos historiadores realçam os seguintes aspectos: o número limitado de imigrantes, o isolamento relativo das populações, o uso de áreas impróprias para os empreendimentos (seja pela qualidade do solo ou pela topografia), a falta de assistência governamental, falta de critérios para a escolha dos imigrantes e organização das colônias, inadequação das práticas agrícolas dos colonos europeus com a tropicalidade acentuada do território catarinense e as permanentes incursões indígenas (LENZI, 1997, p. 67).

fazendas. Estas unidades, em última instância, reproduziram o ajuste processado no modo de produção dominante na formação social brasileira e imporiam, a nível micro econômico, formas diversas de se articular à pequena produção mercantil (como é o caso de Ganchos e territórios circunvizinhos).

A partir de então, os ajustes econômicos processados no interior da nação brasileira foram realizados através da substituição de importações pelos produtos cultivados nas fazendas, onde se utilizou recursos, na época ociosos, como terras e escravos. Em termos de formação social local, este momento coincide com o forte desenvolvimento econômico desencadeado em vários setores da economia – em atividades relacionadas à pesca – principalmente a pesca da baleia, que ampliou as atividades econômicas, em especial no sul brasileiro, surgindo diversas armações por toda a costa dinamizando a economia no litoral catarinense.

Ao longo do litoral de Santa Catarina surgiram as seguintes armações²⁹: “[...] Piedade – 1741 (Ganchos), Lagoinha – 1772 (Pântano do Sul), São Joaquim da Garopaba – 1795, Itapocoróia – 1778 (Penha) com suplemento em 1807 – ilha da Graça – barra norte do rio São Francisco” (SILVA, 1992).

A instalação que foi erguida na Armação da Piedade, localizada no município de Ganchos, se estruturou no maior e mais importante núcleo de captura e industrialização de óleo de baleia do Brasil meridional. Sua produção era vendida para o Rio de Janeiro e enviada para Portugal. Neste período (em 1741), a captura da baleia, impulsionou a economia nessas localidades e colocou Ganchos no contexto econômico nacional.

A partir de então a formação de novos núcleos populacionais como: Ganchos e Palmas surgem, predominando nestes locais a atividade pesqueira. Mais tarde, houve a decadência do ciclo da baleia³⁰ e em 1847 a vinda de 150 imigrantes alemães para Ganchos, mas sem grandes alterações no quadro econômico.

²⁹ As armações localizadas no litoral do Brasil foram empreendimentos coloniais dedicados à pesca da baleia e ao beneficiamento das partes econômicas deste cetáceo. Os nomes “armação”, presentes na toponímia em muitas regiões do litoral brasileiro, advêm na instalação destas unidades produtivas ou simplesmente da realização da pesca da baleia, em que era necessário “armar-se” para o confronto com o ‘grande peixe do mar’.

³⁰ Esta verdadeira indústria na América portuguesa serviu, especialmente, para fornecer óleo de baleia para a iluminação dos engenhos, de casas e fortalezas; para a calafetagem de barcos nos estaleiros e ao preparo de argamassa para construção civil. E também para a fabricação de

No período colonial, podemos afirmar que o território de Ganchos articulava-se a outros territórios situados ao longo do litoral brasileiro através da manufatura baleeira. Em conjunto com outros portos da costa brasileira, conectava-se a estruturas mundiais. Uma vez que a atividade econômica relacionada à pesca das baleias alimentava as burguesias mercantis metropolitanas e contribuía – ao lado de outros produtos coloniais – para acelerar o processo de acumulação do capital na Europa. Prova irrefutável disto, é que constantemente os territórios circunscritos à Armação da Piedade – Costeira e Fazenda da Armação, Palmas, Ganchos, etc; – imbricavam-se a esta complexa rede de relações comerciais que eram estabelecidas entre as cidades portuárias, ao longo do litoral brasileiro.

A localidade de Armação da Piedade³¹ constituía a estrutura para a extração do óleo da baleia e as comunidades vizinhas relacionavam-se ao processo de produção deste, ao passo que contribuía com mão-de-obra e embarcações para o escoamento da produção para outros portos ao longo do litoral brasileiro, posteriormente o produto era encaminhado para o exterior. Tão significativa era a participação da localidade de Piedade no contexto econômico da produção baleeira na área catarinense, que esta característica pode ser melhor verificada no quadro a seguir:

sabões e velas. Além do aproveitamento de outros produtos, como a própria carne, que servia de alimento. No entanto, já por volta do século XIX, como era intensa a pesca em todas as partes do mundo, e praticada por vários países, aparecem os primeiros sinais de escassez das baleias em águas do hemisfério norte. Esse fato, portanto provocou o deslocamento de baleeiros estrangeiros para as águas do sul, onde abriram acirrada competição pelo precioso animal. Diante dessa situação, o fim do monopólio (da coroa portuguesa) em 1801 deixou livre esta atividade na costa brasileira. Também contribuíram para este processo de decadência, o desenvolvimento de novas técnicas de iluminação advindas do emprego do gás, do petróleo e da eletricidade. Então, teve início a decadência e posterior desaparecimento da atividade de pesca da baleia na América Portuguesa.

³¹ Localizada no município em questão.

Quadro 02: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BALEEIRA NA ÁREA CATARINENSE³²

ANOS	QUANTIDADE DE ANIMAIS		TOTAL EM PIPAS DE AZEITE*	ARMAÇÕES
	MÉDIA ANUAL POR ARMAÇÃO	TOTAL ANUAL		
1748-50.....	500	500	8.000	Piedade
1754-65.....	200	200	2.200	Piedade
1765-77.....	250	500	8.000	Piedade e Lagoinha
1785.....	133	400	6.400	Piedade, " e Itapocoróia
1793.....	84	253	4.048	Idem
1795.....	63	254	4.064	Piedade, ", " e Garopaba
1796.....	49	248	2.968	Piedade, ", ", " e Imbituba
1801.....	23	163	2.608	Idem
1812-15.....	14	352	5.632	Idem
1816.....	39	71	1.136	Idem
1817-19.....	12	73	1.168	Idem

Fonte: SILVA, Célia Maria e. Ganchos/SC: Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

Observando os dados expostos no quadro, concluímos que eram significantes em termos quantitativos e estas relações comerciais sustentavam-se através das produções provenientes da classe senhorial e pequena produção mercantil, uma vez que se estabeleciam negociações com outros portos para a comercialização dos produtos derivados da captura da baleia. Outro aspecto a ser mencionado, é que observando os dados referentes ao ano e as respectivas quantidades de animais capturados, é perceptível o declínio na quantidade em relação ao ano de 1748 a 1750, que destacava a média anual de 500 animais por armação, em vista do registro de captura de apenas 12 animais por armação, já nos anos de 1817 a 1819. O que deflagra uma queda na produção do óleo extraído das baleias – o que possivelmente deve ter, também, ocasionado o declínio desta atividade.

A geografia das enseadas, com efeito, propiciava a ancoragem de embarcações, destacando-se a enseada de Ganchos, que possui a vantagem de estar protegida das rajadas de vento sul. As características naturais favoreciam a ocupação e conseqüentemente a exploração econômica no local. Assim a

³² *Estimativa baseada em Jacinto J. Anjos que afirma: "cada baleia proporciona em média 36 pipas de azeite, apud ARAÚJO, J. de S. A".

necessidade de comercialização das mercadorias exigia a implementação de novos arranjos espaciais – sobretudo, próximo à enseada de Ganchos.

Mas, em 1741 foram estruturadas vinte e cinco unidades fazendeiras por todo o município. Das quais, destacam-se nestas a construção de casas grandes, senzalas e engenhos nas seguintes vilas: Canto dos Ganchos, com a criação de gado e cultivo de arroz e café; Ganchos, com forte cultivo de mandioca; a vila de Palmas, com a criação de gado e cultivos diversos e Jordão, onde havia cultivo de mandioca, milho, café e arroz, além da extração de madeira³³.

Diversos exemplos destas unidades assim estabelecidas podem ser citados, tais como:

[...] em *Ganchos*, Manoel José Sabino construiu uma casa-grande, senzala, engenho de beneficiar mandioca e paióis [...] em *Palmas*, a sobressalente Fazenda do Cônsul norte-americano, Robert Sens Cathcart, com diversas produções, cumpunha-se de casa-grande, senzala, engenhos e criação de animais (SILVA, 1992 p. 80).

No interior dessas unidades fazendeiras, em que seus proprietários evoluíram de classe senhorial para latifundiários escravistas, e assim, passaram a utilizar o trabalho escravo proveniente do período colonial. Mas o que veio a contribuir significativamente para o fortalecer estas unidades fazendeiras (em meados de 1830) foi o fato da queda na captura das baleias – a atividade tornou-se economicamente inviável para os moradores e as fazendas tornaram-se focos de comercialização e referências para a busca por trabalho.

Com a decadência da atividade baleeira, particularmente a Vila de Armação da Piedade sofre uma grande evasão de pessoas, enquanto que na Vila de Ganchos a população cresce, impulsionada pela agricultura, a extração de madeira e o fortalecimento econômico gerado por seu porto, onde atracavam barcos de médio porte – chamados, baleeiras – com pescados capturados em alto mar.

³³ Informações obtidas da pesquisa desenvolvida pelo acadêmico ALVES JR, Almir. Estudante do Curso de Geografia, da Universidade Estadual de Santa Catarina. *Governador Celso Ramos: ocupação histórica*. 2002/02.

No plano local, esta foi a forma que os senhores utilizaram para se ajustarem aos imperativos da conjuntura econômica brasileira até meados do século XVIII, diversificaram a capacidade produtiva de suas unidades fazendeiras com cafezais, bananais, laranjais, teares, entre outras atividades econômicas – marcando o primeiro processo substituidor de importações.

Contudo, a expansão do mercado mundial entre o período de 1847 a 1873 aprofundaria os níveis da divisão internacional do trabalho, reincorporando diversos países periféricos ao sistema internacional com o intuito não só de obter matérias-primas, mas de articular um mercado consumidor que absorvesse as produções decorrentes das inovações tecnológicas.

No plano local, as evidências empíricas apontaram na direção de uma produção latifundiária que combinava o trabalho escravo com o trabalho servil. Esta evidência é fornecida por um levantamento populacional da Vila de São Miguel – na qual Ganchos e territórios circunvizinhos se inseriam – que em 1841, acusava 3.070 pardos e 136 pretos, totalizando 3.206 pessoas na condição de libertos. Por outro lado, os referidos dados estatísticos apontavam 1.077 pretos e 101 pardos, num total de 1.178, na condição de escravos. Esta constatação permite que se infira que, igualmente, emergia na área em estudo a classe dos latifundiários feudais, como dissidência progressista da classe dos senhores de escravos, tendo como parâmetro fundamental a propriedade jurídica da terra e a implantação da servidão [...] (SILVA, 1992, p. 83)

Foi essa complexidade relativa à força de trabalho que propiciou o ingresso dessas grandes unidades produtivas no mercado agroexportador. Em Ganchos e territórios circunvizinhos as pequenas unidades voltavam-se, sobretudo, para as produções de madeiras e cereais (principalmente arroz e milho). Estes produtos “eram exportados através do porto de Ganchos, para onde, diariamente, pequenas embarcações, utilizando-se da via marítima” (SILVA, 1992, p. 84).

Estabeleceu-se então na localidade de Ganchos, um importante ponto comercial, pois ali chegavam pessoas de todas as localidades vizinhas. Traziam consigo os excedentes da agricultura e também da pesca artesanal. Ali estabeleciam suas trocas de mercadorias. Trocavam farinha de mandioca, batata doce, cachaça, milho, arroz, café, por fósforos, medicamentos, roupas, utensílios

domésticos, entre outros produtos. Essas negociações pouco eram feitas com a mercadoria dinheiro³⁴ – uma vez que, ainda naquela época, o dinheiro era uma mercadoria de pouca circulação neste local, predominando a prática do escambo (troca de mercadoria por outra).

A agricultura era diversificada e foi de grande relevância para a subsistência das famílias e esta atividade resistiu até meados dos anos de 1980 do século XX. A pesca artesanal garantiu o sustento de muitas famílias durante décadas, pois servia de rica fonte de alimento. Entretanto, numa pesquisa sobre a estrutura econômica do município, Silva (1992) verifica que no período de 1964 indústrias pesqueiras estabeleceram-se no território de Ganchos. Estas tiveram grande importância econômica a considerar os dados expostos no quadro a seguir sobre a quantidade de pescado proveniente das localidades do município de Ganchos:

Quadro 03: EXPORTAÇÃO DO PESCADO ORIUNDO DAS LOCALIDADES CATARINENSES EM 1964

LOCAL	QUANTIDADE (kg)
Piedade.....	360.478
Canto dos Ganchos.....	547.854
Ganchos do Meio e Fora.....	1.356.298
Itajaí.....	1.477.375
Imaruí.....	1.007.482
Florianópolis.....	3.611.638
Garopaba.....	1.106.043
Porto Belo.....	593.852

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, Santa Catarina (1964, apud Silva (1992).

³⁴ A perspectiva de análise marxiana (a qual consideramos aqui) aponta o dinheiro como mercadoria. Para entendermos melhor, consideremos então que se alguma coisa tem valor de uso para mim ela não é *mercadoria*. Se não tem mais valor de uso para mim, agora pode ter valor de troca = mercadoria. Mas a condição é que esta coisa tenha valor de uso para o outro. Neste caso, dinheiro não é capital. Ele se transforma em capital conforme o processo. É um meio de circulação, é o que está no meio deste processo. O dinheiro então, é uma mercadoria e só surge como dinheiro a partir da mercadoria.

Estes dados demonstram participação das localidades que constituíam o município de Ganchos (Governador Celso Ramos), destacando-se as comunidades de Piedade, Canto dos Ganchos, Ganchos do Meio e Ganchos de Fora e o quanto estas unidades forneciam de pescados para o comércio exterior – a participação neste processo comercial era de relevante significância. Cabe registrar também, que a localidade de Palmas não está citada neste quadro possivelmente pelos aspectos geográficos que não contribuíam para este intercâmbio comercial. A praia de Palmas, ao contrário das outras localidades mencionadas, não está numa área de enseada e este fator não propiciou a construção dos pequenos portos e atracadouros, como nas demais localidades. O pescado que era capturado lá, posteriormente era destinado a Ganchos do Meio ou Ganchos de Fora para comercialização.

É evidente que com o passar dos tempos (especialmente a partir de 1980) as atividades econômicas e as formas de trabalho foram se reestruturando no município e a oferta e demanda de trabalho acompanharam estas mudanças, ensejando novas relações de trabalho.

A atividade pesqueira industrial contribuiu para o desenvolvimento econômico de algumas vilas como a Fazenda da Armação, Ganchos do Meio, Ganchos de Fora, Canto dos Ganchos e Calheiros. Uma vez que, foram nestes espaços que algumas indústrias, aproveitando-se das condições marítimas e geográficas da região, estabeleceram-se ali. Estas contribuíram para os desdobramentos econômicos processados no lugar e dinamizaram as atividades no município.

Mas, até o ano 1980, como estava configurado o trabalho na Vila de Palmas? Em termos de reestruturação econômica, como ficou a Vila neste contexto? E como as alterações provocadas pelo advento das novas atividades econômicas se processaram até a atualidade e influenciaram nas relações de gênero na vila? Estas questões serão abordadas a seguir.

3.2 Trabalho e Reestruturação econômica em Palmas: passado e presente

A Vila de Palmas ficou por muito tempo condicionada a uma economia baseada na pesca artesanal e na agricultura de subsistência, já que na área de praia, as águas muito revoltas não ofereciam condições para a construção de atracadouros para as embarcações ligadas à pesca industrial. O que não impossibilitou que vários de seus moradores fossem trabalhar nas indústrias pesqueiras, estabelecidas em outras comunidades vizinhas, como Ganchos, Ganchos do Meio, Calheiros, Ganchos de Fora e Armação da Piedade.

No transcorrer deste texto veremos depoimentos que se entrelaçam aos pressupostos teóricos adotados nesta pesquisa. Falas que fortalecem a teoria de que muitos aspectos socioeconômicos configurados em Palmas estabeleciam, até meados de 1980, relações de trabalho muito particulares desta vila e do modo de viver dos moradores com a mescla de características mercantilistas e, ainda, de uma economia de subsistência. Aspectos que também revelam como era constituído o trabalho em Palmas e a participação feminina neste contexto e principalmente a forma com que estas características se alteraram.

Para delinear esta reflexão, lembramos, pois, que a economia de algumas localidades de Ganchos, por volta de 1980, ainda encontravam-se alicerçadas na pequena produção mercantil, calcada numa relação de trabalho familiar e com base na agricultura de subsistência – o comércio estabelecido nesta época, era pautado na oferta dos pescados provenientes da atividade artesanal e do excedente oriundo da agricultura.

Os produtos provenientes da pesca artesanal e da roça eram levados para serem comercializados nas localidades vizinhas, como Armação da Piedade, Ganchos de Fora e principalmente em Ganchos do Meio. As dificuldades para comercialização destes produtos não se constituíam apenas na utilização do modesto meio de transporte, o carro de boi ou o cavalo, mas também na estrada que era um limitador que dificultava o trajeto de quase 5 km entre morros, pois quando chovia o acesso era praticamente impossível. Mesmo assim, os nativos

enfrentavam todos essas dificuldades e iam vender e/ou trocar seus produtos em Ganchos.

Haja vista o registro fotográfico a seguir, que mostra o Senhor Sebastião Medeiros³⁵ em 1972 em Ganchos com seu carro de boi (do qual tinha uma frota), comercializando pescados, farinha-de-mandioca produzida no engenho de sua propriedade em Palmas e dos derivados da farinha como roscas, beiju e cuscuz (estes produzidos através do trabalho feminino) entre outros alimentos excedentes de sua roça:

FOTO 01: MORADOR DE PALMAS COMERCIALIZANDO SEUS PRODUTOS EM GANCHOS, COM SEU CARRO-DE-BOI



Fonte: Registro fotográfico de 1972, arquivo de família.

Segundo este morador, a localidade de Ganchos era a mais procurada para a atividade comercial, pois lá estava estruturado o Porto de Ganchos e algumas empresas de beneficiamento de pescado onde atracavam barcos provenientes de toda a costa catarinense e até mesmo de outros locais do litoral brasileiro,

³⁵ Sebastião Francisco Izaque Medeiros (73 anos de idade). É ex-proprietário de Engenho de farinha, agricultor e pescador artesanal.

expandindo as comercializações para âmbito do mercado nacional e até mesmo mundial³⁶.

Entretanto, para os empresários (proprietários de empresas de beneficiamento de pescados/salgas) a realidade financeira era diferenciada dos demais moradores, principalmente em relação aos pescadores artesanais e aos agricultores, que ficavam a mercê do comércio e dos valores estabelecidos por estas empresas. Como registra o mesmo morador, ao falar sobre as dificuldades encontradas logo no início do povoamento de Palmas, enfatizando as relações comerciais estabelecidas com a comunidade de Ganchos, através do escambo.

[...] Eu vou contar [...] quando nós viemos pra aqui, isso aqui era só um caminho, era mais ou menos 1930, não me alembro bem, não tinha ninguém morando aqui. Meu pai tinha um engenho lá em cima e depois viemos aqui pra baixo. O seu Manoel Honório tinha um engenho de cana-de-açúcar, engenho de farinha ele não tinha, ele tinha um alambique de cachaça, aí depois o meu pai veio pra cá e colocou um engenho de farinha pra ele e desprezou o engenho de cana, porque dava mais dinheiro vender farinha. Quantas meia quarta de farinha eu carreguei nas costas, pra trocar lá nos Ganchos! Às vezes a troca não era tão justa, não. Mas a gente não tinha saída, porque ir para Florianópolis saía caro de barco e de carro de boi, levava um dia de viagem.

Outro relato interessante mostra a existência das relações comerciais entre pequenos produtores da região de Ganchos, é mencionado alguns tipos de produtos e sobre a participação das crianças neste processo:

Quando era pequeno, nós ia lá pra Ganchos, nós tinha uns 10 anos, o pai mandava. A gente trocava o que dava. Porque nem tudo a gente conseguia vende. Era farinha por sardinha. Quando era ovo de galinha eu era desastrado, quebrava tudo e depois apanhava! Levava goiaba e laranja e sabão de 'baga de anóz' (semente da árvore anogueira) pra

³⁶ Silva (1992) explica que: [...] as condições objetivas para ingresso nesse mercado nacional e mundial somente se completariam com a utilização das embarcações a vapor [...] cada empresa possuía suas respectivas datas estabelecidas para o trajeto, saindo do Rio de Janeiro para onde deveriam regressar. Na área meridional do continente, exerciam a cobertura de diversos destes capitais [...] para Santa Catarina, nos primeiros e terceiros sábados de cada mês, com escalas por Santos, Cananéia, Iguapé, Paranaguá, Antonina, São Francisco, Itajaí, Florianópolis. A intensificação do uso dos vapores possibilitou a abertura de linhas diretas de vários pontos do país em direitura ao Rio de Janeiro, o que também ocorreria a partir do porto de ganchos, como se pode perceber através do expediente publicado nos veículos de comunicação da cidade: *'zarpou do porto de Ganchos, para o Rio de Janeiro, o Vapor de Bragança do Lloyd brasileiro que ali veio receber mercadorias a pedido do comércio exportador desta praça'*.

trocá quando tinha carne seca, fósforo, sal, querosene. Era uma felicidade. Ah! Subia o morro e nem cansava! Quando voltava às vezes tinha que escalar peixe e ainda tinha que ajudá a torrâ o café. Que saudade daquele cheirinho do café torrado ³⁷.

Como havia naquela época muitas dificuldades para se adquirir a mercadoria dinheiro, e por sua vez, produtos industrializados, as famílias que residiam na Vila de Palmas garantiam o sustento desenvolvendo a agricultura de subsistência e prática da pesca artesanal. Deslocavam-se uma ou duas vezes por semana para vender os excedentes em Ganchos e logo depois com a inauguração da estrada de Palmas esse processo de comercialização pode ser mais freqüente.

Segundo uma das moradoras mais antigas³⁸ a estrada de Palmas foi construída em 1971 “[...] o pessoal da Prefeitura que trabalhava nela. O meu sogro e o meu pai fizeram a primeira estrada pra os carros de boi passar só pra poder vender as mercadorias lá em Ganchos”, afirma ela. Conforme podemos observar na fotografia a seguir:

FOTO 02: INAUGURAÇÃO DA ESTRADA DE PALMAS EM 1971



Fonte: Registro fotográfico de 1971, arquivo de família.

³⁷ Ex-agricultor, pescador artesanal e industrial (57 anos de idade). Entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharel em Geografia -NASCIMENTO, Leila Procópio do. 2007, UFSC.

³⁸ Ilda Pereira Medeiros. Dona-de-casa, artesã, ex-agricultora e proprietária de engenho de farinha (71 anos de idade). Entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharel em Geografia -NASCIMENTO, Leila Procópio do. 2007, UFSC.

A abertura da estrada trouxe possibilidade de crescimento para a comunidade local e facilitou o intercâmbio dos produtos provenientes da pesca e da agricultura. Da agricultura os moradores de Palmas e arredores mantinham o cultivo de vários alimentos, como arroz, feijão, batata-doce, taiá, amendoim, milho, café, entre outros alimentos. De maior importância econômica, voltada inclusive ao comércio, se dava o cultivo da mandioca e da cana-de-açúcar que eram beneficiados nos engenhos de farinha e nos alambiques. Em todo o processo de produção, desde o plantio ao beneficiamento nos engenhos, o trabalho era coletivo, pois além dos 'chefes' de família (os esposos) participavam das tarefas também as mulheres e as crianças. Cabe ressaltar que a mulher além dos afazeres do lar, também participava do beneficiamento nos engenhos – era ela que descascava a raiz da mandioca e processava várias etapas da produção da farinha.

Consideravelmente a pesca artesanal garantia abundância de alimento para as famílias (que eram constituídas por elevado número de membros). Mas esta atividade era também, por vezes, um momento de lazer. Onde as crianças também participavam, como podemos verificar na fotografia a seguir:

FOTO 03: PESCADORES ARTESANAIS NA ÉPOCA DE ARRASTÃO DA TAINHA E A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NESTA ATIVIDADE



Fonte: Registro fotográfico de meados da década de 1970, arquivo de família.

Notadamente, no passado, o cotidiano dos moradores da Vila de Palmas estava estreitamente ligado à agricultura de subsistência e à pesca artesanal – o que caracteriza Palmas como uma Vila ‘agrícola-pesqueira’. Homens, mulheres e até mesmo crianças, trabalhavam cotidianamente em suas pequenas plantações. Asseguravam ‘o de comer’, na luta diária com a terra. Mas, curiosamente, nesta mesma relação de subsistência os moradores já estabeleciam relações mercantilistas, ao passo que comercializavam os produtos excedentes (usando-os como mercadoria de troca) com vistas a suprir suas necessidades.

Os plantios eram diversificados e eram literalmente frutos de muito trabalho braçal. É o que deixa subtender a moradora³⁹, em parte de seu depoimento:

Nós plantamos tanta mandioca lá no morro dos Ilhéus [...] Nós colhemos tanto taiá branco e amarelinho! Dava pra família e trocava nos Ganchos. Nós arrendava o terreno pra plantá. Plantava-se mandioca, plantava cana, feijão, taiá, melancia, milho e plantava até arroz e ainda tinha a chácara de café e banana!

Entretanto, a abundância de pescado e a agricultura de subsistência não superava todas as necessidades que cresciam – dados o número elevado de filhos nas famílias. As dificuldades econômicas vividas por estas, foram com o passar dos anos aumentando cada vez mais e as condições de sobrevivência se agravando.

Outra hipótese levantava nesta pesquisa em relação às dificuldades subjetivadas pelos moradores, pode estar ligada ao fato da propriedade das terras cultiváveis não serem de posse do agricultor. Estas eram arrendadas (alugadas) por eles, como confirma Dona Ilda em sua fala: “algumas vezes nós arrendava o terreno pra plantá”. Segundo ela, os proprietários eram pessoas que nem residiam em Palmas e às vezes nem eram do município.

Outro aspecto que era característico do modo de vida desses moradores era a existência das terras de uso comum. Espaços onde todos criavam seus gados

³⁹ Ilda Pereira Medeiros. Dona-de-casa, artesã, ex-agricultora e proprietária de engenho de farinha (71 anos de idade). Entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharel em Geografia - NASCIMENTO, Leila Procópio do. 2007, UFSC.

livremente e, por vezes, cultivavam mandioca e melancia. Em relação à caracterização dessas terras consideradas de uso comum Campos (1991, p. 41), afirma que, “o uso comunal da natureza remonta às origens do homem. Ninguém era, no sentido jurídico da palavra, dono da terra. O homem retirava dela tudo o que necessitava (produtos de caça, pesca, coleta, etc) sem que se considerasse seu proprietário individual”.

Cabe lembrar que esse uso comunal nada tem a ver com propriedades comuns, como explica Campos (1991, p. 42) “[...] é bom lembrar que o fato das pessoas se utilizarem de terras de uso comum não significa que ocorra a ‘propriedade comum’ como acontecia com os povos germânicos. Na verdade, ocorre apenas a sua utilização como se fosse uma terra comum”. Mas, com o passar dos tempos o surgimento do interesse privado pela propriedade que até então expressava liberdade de uso comum do solo – numa abundância de solo disponível ao uso coletivo – muda estes aspectos em relação ao uso do solo. Campos (1991, p. 41, 42), explica que:

Este ‘excesso de solo’ parece ter sido predominante entre áreas comunais. Tais áreas constituíam-se, na verdade, naquilo que inicialmente não havia interesse e que pudesse atrair a atenção do interesse privado. O desaparecimento de tais terras deu-se quando não mais ocorreu esse ‘excesso de solo’.

É possível que de fato os aspectos aqui mencionados tenham contribuído para o fim dessas áreas de uso comum e para o desaparecimento de numerosa quantidade de engenhos que também existiam na respectiva época, uma vez que a atividade nos engenhos dependia do que era produzido na roça. Mas havia também outros motivos, conforme relata Dona Ilda:

“[...] nós acabamos com o engenho e paramos de plantar e não colhemos mais porque chegou essa moda do IBAMA. Esse IBAMA é que as pessoas que não quer que a gente corte um pau, na terra dos outros, sabe? Aí proibiu de roçá inté vassoura! Como é que a gente ia plantá mandioca? Não tinha mas nem como a gente solta os gados pra pastar. Acho que os engenho se acabaram por causa disso! Eu tenho muita saudade [...] Nós vendia pras venda nos Ganchos.

Grandes alterações relacionadas à propriedade, à questão do uso da terra configuraram no espaço de Palmas novas formas de uso deste. As terras de uso comuns identificadas no mapa⁴⁰ de uso do solo em Palmas, no ano de 1978 (Anexo 04), entre outros aspectos mostram que ainda no final da referida década havia predominância desta prática por parte dos moradores – prática esta que logo deixou de existir, se compararmos a configuração do uso do solo em Palmas, no mapa de 2000⁴¹ (Anexo 05).

Outra questão levantada por um morador é o destaque da existência de dois pequenos portos (suas localizações também podem ser observadas nos mapas de 1978 e de 2000 em anexo) ao longo do Rio da Casa Grande⁴², cuja importância era extrema para os moradores.

Tinha o Rio da Casa Grande ou da Ponte Grande, nós chamávamos assim. Tinha bastante peixe e camarão nele, acho que é porque tinha o mangue aqui no começo. Na entrada do rio perto da casa grande tinha o 'Porto do Barbosa' e mais pra dentro tinha o 'Porto do Chagas'. As embarcações entravam aqui. Tinha barco que vinha e ia de Biguaçu, Florianópolis e Tijucas. A gente vendia e trocava as coisas. Fazia frete, indo levar as pessoas também pra esses lugares.⁴³

A transição econômica do município entre as décadas de 1960 a 1980 (do século XX) foi bastante marcada pela forte inserção da atividade pesqueira industrial e considerando que muitos moradores estavam desestimulados pelas dificuldades econômicas que enfrentavam cotidianamente na roça e na pesca artesanal, viram nesta nova fase econômica a 'chance' de ter melhores ganhos financeiros em curto prazo e sem exigências de uma formação profissional para exercer esta atividade. Fato este que estimulou a ida de muitos homens (de várias comunidades) a trabalhar na pesca industrial.

Foi no decorrer deste processo (mais acentuado a partir da década de 1980) que o papel de 'chefe de família' se inverteu. Os homens, ainda muito jovens,

⁴⁰ Elaborado pela autora.

⁴¹ Elaborado pela autora.

⁴² Também chamado de Rio da Ponte Grande.

⁴³ Ex-pescador industrial. Atualmente vive do aluguel de suas casas, para turistas durante a temporada de verão, 56 anos de idade.

cortaram seus laços com a terra indo trabalhar em outro setor da economia, neste caso na pesca industrial. As mulheres assumiram a posição de educadoras e administradoras da família. Algumas delas buscando, também, qualificação para o trabalho através da escolarização.

Ao final de 1970 já é possível diagnosticar que os interesses privados (no setor imobiliário) manifestavam-se diante da paisagem de Palmas. Fato este deflagrado por esta foto aérea de 1978:

FOTO 04: FOTO AÉREA DE PALMAS ANO DE 1978



Fonte: Secretaria do Mercosul. Governo do Estado de Santa Catarina.

É possível verificar o aparecimento de loteamentos, estes próximos à área de praia. Porém, ainda não edificadas. Neste período o que há de habitação, limita-se a vila dos nativos (no canto inferior esquerdo, da foto) com suas casas localizadas próximo às encostas. Contudo, o processo de urbanização do lugar, em função das atividades relacionadas ao setor turístico foi a atividade que mais contribuiu para alterações no trabalho e nas relações de gênero, antes dispostas em Palmas.

O turismo proporcionou ‘desenvolvimento’⁴⁴, ao passo que desencadeou um processo de desigualdade social. Ora, se no trabalho voltado para a subsistência, mesmo sem possuir dinheiro, o pescador artesanal e pequeno agricultor pôde se sentir seguro por um bom tempo com relação ao sustento da família, ao mudar a busca pelo sustento da prole, na pesca industrial, tornou-se assalariado. E, este antigo agricultor-pescador torna-se vítima de um processo que, inevitavelmente, para esta sociedade (alicerçada no modo de produção capitalista) teria que se consumir, ao nosso ver, mais cedo ou mais tarde.

Este mesmo trabalhador, neste mesmo processo de transição, encontrou ambigüidades que demonstram, ora, uma facilidade maiores ganhos financeiros e em curto prazo, na pesca industrial. Por outro lado, o trabalhador tem que romper com seu cotidiano antes voltado para as atividades agrícola-pesqueiras artesanais e, então, passa a correr riscos ao estabelecer relações trabalhistas em atividades sazonais – como é o caso da pesca industrial.

Lago (1983, p.123), confirma esta hipótese ao lembrar que “[...] numa economia monetarizada as pessoas podem, em tese, adquirir uma grande variedade de bens de consumo. Mas isto vai depender do dinheiro de que dispõem, e do nível de salários que recebem”. Este aspecto é relevante se considerarmos que até os dias de hoje o pescador profissional, não tem base salarial e recebe por seu trabalho conforme a quantidade de pescados que captura e que esta atividade gerou outro padrão de vida e de consumo para as famílias de Palmas.

Nesta perspectiva de análise, consideramos que a maior transformação na vida dos moradores de Palmas e na própria configuração socioeconômica do lugar, está ligada à monetarização da economia, ou seja, uma economia que era essencialmente caracterizada pela pesca artesanal e agricultura de subsistência, em que as trocas eram muito freqüentes. Passou, através dessas alterações nas relações de trabalho e atividades econômicas, a depender fundamentalmente da

⁴⁴ Entendido na sua concepção como limitado, no que se refere a ‘planejamento’ e ‘sustentabilidade social’.

mercadoria dinheiro, o que provocou profundas alterações na vida desses moradores.

Há que se ressaltar que embora as mudanças sejam mais claramente percebidas no nível local elas não estão desvinculadas do contexto nacional, e mesmo mundial – estando bem relacionadas à questão da apropriação e/ou expansão capitalista e ao forte processo de urbanização das áreas litorâneas do Brasil. Afinal a ocupação do espaço geográfico configura um processo dinâmico social e historicamente construído.

Se compararmos esta imagem aérea de Palmas de 2004 com a imagem anterior de 1978, poderemos observar a alteração no espaço natural, em virtude do crescimento urbano e, conseqüentemente, teremos uma dimensão do quanto a atividade turística influenciou nas alterações paisagísticas do lugar e redimensionou as atividades econômicas, o trabalho e as próprias relações de trabalho decorrentes.

FOTO N^o 05: **IMAGEM AÉREA DE PALMAS EM 2004 (SATÉLITE)**



Fonte: Digital Google Foto/imagem satélite - Governador Celso Ramos, 2004.

A praia de Palmas com seus 2,6 km é a de maior em extensão territorial do município de Ganchos (Governador Celso Ramos) e por disponibilizar uma significativa área plana a ser 'explorada', em meados dos anos de 1980 tem início no lugar um forte processo de especulação imobiliária. Intensificando a criação de projetos privados para construção de loteamentos à beira-mar. Surgem na Vila de Palmas inúmeros loteamentos, com intuito de comercialização de lotes individuais. Ações estas dominadas por poucos moradores e/ou investidores locais, mas também por inúmeros empresários do setor hoteleiro da região da grande Florianópolis.

As terras de uso comum desaparecem nesta nova paisagem, os loteamentos expandem-se tomando novas formas, os portos que serviam de atracadouro para pequenos e médios barcos, já não existem mais. E, o 'Rio da Casa Grande', este, hoje nem oferece mais condições de adentrar com as embarcações ali. Uma vez que sua foz encontra-se assoreada⁴⁵ e só permite a entrada de pequenas embarcações, como lanchas e caiaques.

O processo de parcelamento do solo na vila e próximo à praia, deflagrou o início da urbanização no lugar. Todavia, lembra Peluso Jr (1991, p. 21) que "[...] o fenômeno da urbanização não pode ser focalizado, apenas, em qualquer área isolada. Ele faz parte do movimento que se processa em quase todas as sociedades humanas". E este processo torna-se mais acentuado no litoral brasileiro, a partir da década de 1980, através de iniciativas públicas e privadas. Campos; Machado; Silva (1997, p. 474) confirmam neste sentido, que:

[...] no cenário político-econômico das transformações sócio-espaciais [...] o Estado assume fortemente o comando dos processos ditos modernizantes, viabilizando, por exemplo, o processo de urbanização dos balneários, buscando, traduzir no território catarinense as orientações de uma lógica em curso a nível nacional, expressas pelas relações político-econômicas e difusas espacialmente.

⁴⁵ É a obstrução por sedimentos, areia ou detritos quaisquer, de um estuário, rio, ou canal. Pode ser causador de redução da correnteza. Os processos erosivos, causados pelas águas, ventos e processos químicos, antrópicos (ação humana) e físicos, desagregam solos e rochas formando sedimentos que serão transportados. O depósito destes sedimentos constitui o fenômeno do assoreamento. O que provoca a redução da profundidade.

Estas intervenções de âmbito estatal e/ou privado não reestruturaram apenas a dinâmica econômica a nível regional, mas a nível local, o que contribuiu em grande parte para as inúmeras mudanças nas formas de trabalho (atividades) e para as novas configurações nas relações gênero na vila.

A maneira com que isto se processou e as influências nas formas de trabalho, no surgimento de novas atividades, nas relações de gênero e nas novas exigências quanto à escolarização, principalmente para as mulheres de pescadores, são aspectos que serão abordados no capítulo a seguir, onde estão apresentados os resultados da pesquisa de campo.

CAPÍTULO IV

4. DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM PALMAS E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES DE PESCADORES: AS RELAÇÕES DE GÊNERO NESSE CONTEXTO

Na efervescência, entre o debate que envolve a discussão sobre trabalho e educação, reestruturação econômica e relações de gênero, até aqui desenvolvidas, aflorou a presença de um polêmico debate em torno das mudanças na organização e funcionamento do sistema de produção capitalista e das novas demandas qualificacionais exigidas do trabalhador. Nesta perspectiva, esse capítulo, num primeiro momento, integra uma análise sobre as categorias trabalho, educação, gênero e relações de gênero, tendo como fonte as informações sobre as características socioeconômicas das mulheres de pescadores. Em seguida, faz-se a análise sobre os reflexos da reestruturação econômica e do trabalho para as mulheres de pescadores, e a decorrente das atividades turísticas. Por fim, são expostas informações a respeito das percepções da escolarização das mulheres e a percepção delas diante da conquista da profissionalização, colocando como está configurada, nesta comunidade, a questão da inserção feminina no trabalho e da sua representatividade no lugar – em função da escolarização obtida.

4.1 Alguns dados sobre o universo pesquisado: quem são e o que fazem as mulheres de pescadores de Palmas?

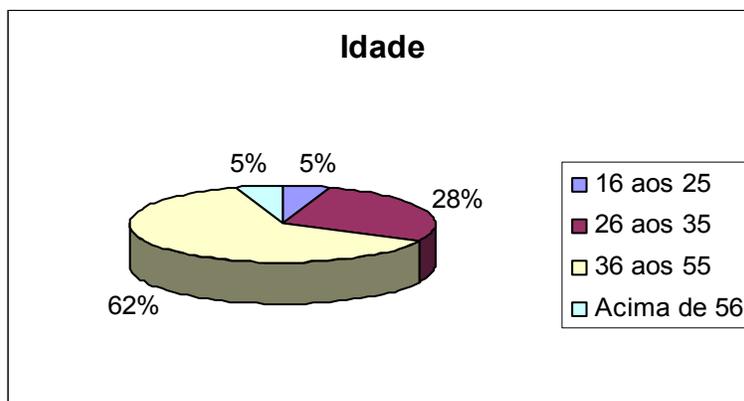
As categorias de análise: trabalho, educação e relações de gênero, definidas nos procedimentos metodológicos subsidiaram a elaboração do questionário socioeconômico, a fim de reconhecer quem são e como vivem

(sobrevivem) as mulheres de pescadores, da Vila de Palmas no município de Ganchos.

Em relação às categorias supramencionadas, foram analisados indicadores que dizem respeito das responsabilidades no lar, divisão sexual do trabalho participação em grupos e/ou associações, subsidiadas pelas categorias gênero e relações de gênero.

Quanto às categorias trabalho e educação, observou-se indicadores relativos a: tipo, natureza, condições de trabalho da mulher, área de formação e grau de escolaridade. Dessa forma, a análise que se apresenta a seguir assenta-se nas observações registradas nas visitas de campo e nos dados quantitativos coletados com a aplicação do questionário semi-aberto, realizado pela própria pesquisadora (na fase exploratória/preliminar). Para enriquecer a interpretação de alguns indicadores socioeconômicos, valemo-nos das falas acrescentadas pelas respondentes.

Gráfico 02:



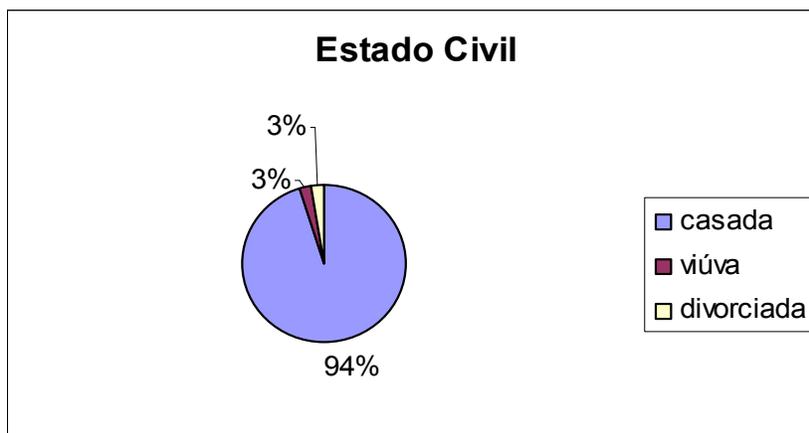
Fonte: Dados primários.

Quadro 04: **IDADE**

Idade	Número de mulheres
16 aos 25	02
26 aos 35	11
36 aos 55	25
Acima de 56	02
Total de entrevistadas	40

Fonte: Dados primários.

Gráfico 03:



Fonte: Dados primários.

Quadro 05: ESTADO CIVIL

Situação	Quantidade
Casada	38
Viúva	01
Divorciada	01
Total de entrevistadas	40

Fonte: Dados primários.

As mulheres de pescadores possuem as mais variadas idades, desde a faixa etária dos 16, identificada através das entrevistas, até os 56 anos de idade. Fato que marcou este momento foi a observação dos dados referentes á idade, justapostos aos dados do estado civil. Uma vez que estes revelam que das 40 mulheres, 34 casaram-se antes de completar 16 anos de idade. Tendo algumas delas, em momentos de entrevista argumentado o porque desta precocidade em se casar, como relatou esta esposa⁴⁶:

Ah! Tem gente que não acredita que me casei com 12 anos. Foi assim: o rapaz tava ganhando bastante dinheiro no barco, minha mãe e meu pai tinham mais 12 filhos além de mim. Eu só dava gasto, despesa. Fora os crivos que eu já fazia. Para mim foi porque eu precisava e foi a melhor coisa que fiz. Quando ele voltou do barco nós fujimo. Um ano depois já ganhei minha primeira filha. Claro que não foi tudo um mar de rosas, mas não me arrependo não, porque senão o que tinha sido de mim. Hoje tava enalhada e sem casa. Já pensou?

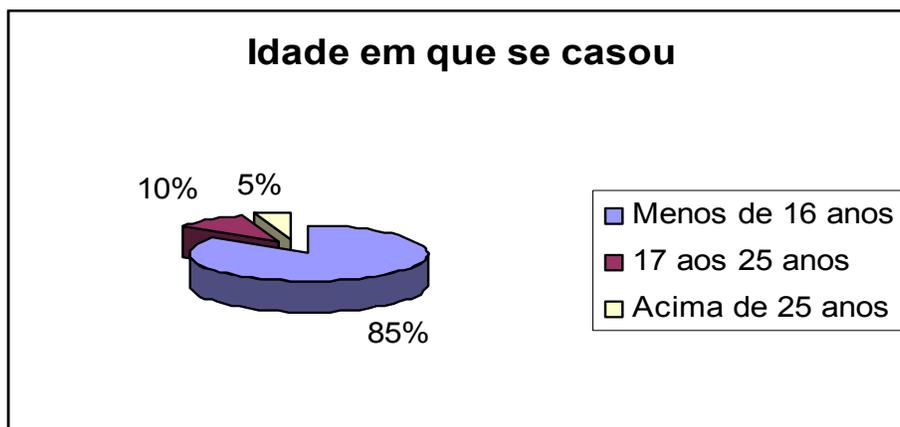
⁴⁶ Esposa 34: Dona de casa, faxineira/diarista e artesã.

Outra esposa⁴⁷, cujo casamento só veio ocorrer aos 25 anos de idade, relatou assim:

Aqui, moça solteira que ia pra cidade estudar, ia pra negociar o corpo, pra virar mulher de programa, eles pensavam isso. Inclusive uma vez falaram para minha família que minha virgindade tinha ficado, talvez em algum lugar onde os barcos atracavam em Florianópolis. Eu sofri muito, mas não desisti de estudar. Demorei pra arranjar namorado. Com certeza eu não era moça direita pra casar, na visão deles. Apesar de eu ter me casado virgem! Meu marido me fez sofrer muito com isso, nem queria deixar eu trabalhar. Foi uma luta.

As mulheres associam o casamento precoce às dificuldades econômicas enfrentadas, no passado, pelas famílias que eram numerosas e pela rotina em que aparentemente viviam as mulheres, algumas delas, ainda crianças. Outro aspecto analisado e que comparando os relatos, a mulher que buscava, já no passado, estudar; esta era recriminada. Motivo este, disse a mesma esposa que se casou aos 25 anos: *“por causa disso, pra não ter que enfrentar tanto trabalho de ser recriminada e ficar mal falada as gurias daqui se casavam bem cedo. Tenho certeza”*.

Gráfico 04:



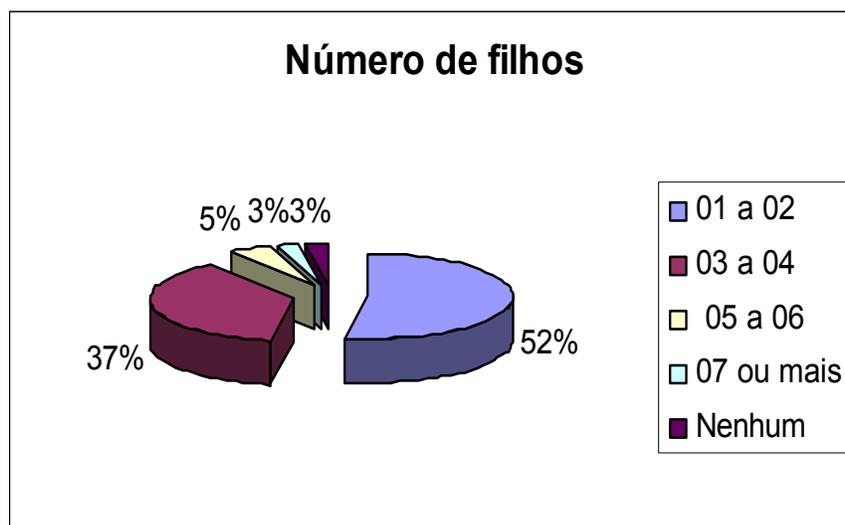
Fonte: Dados primários.

Tratando-se do número de filhos, as evidências nos hábitos familiares não se processaram com tanta intensidade, como outros aspectos culturais. Há algumas décadas então houve uma grande mudança nos hábitos. As mulheres que das

⁴⁷ Esposa 22: Professora/Magistério e Dona de casa. 56 anos de idade.

gerações anteriores tinham muitos filhos. As famílias constituíam-se em média com seis a doze filhos, conforme assinala esta esposa⁴⁸ “*hoje em dia a gente tem menos filhos, acho que porque a maioria já pode estudar e tomar anticoncepcional. Antigamente as nossas mães nem podiam tomar, os maridos não gostavam, não era bem visto, não. Minha sogra teve 12 filhos, minha mãe 11*”. Hoje este aspecto mudou, conforme se pode observar nos dados a seguir:

Gráfico 05:



Fonte: Dados primários.

Quadro 06: NÚMERO DE FILHOS

Número de filhos	Número de mulheres
01 a 02	21
03 a 04	15
05 a 06	02
07 ou mais	01
Nenhum	01
Total de entrevistadas	40

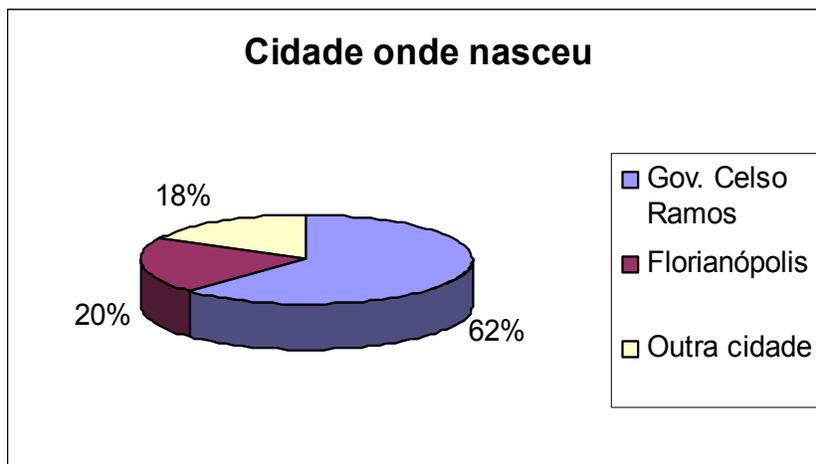
Fonte: Dados primários.

Mais da metade das famílias (21) possuem apenas um ou dois filhos, sendo que em 36 famílias, que representam 89% do total, o número de filhos não ultrapassa a 04, significando uma mudança cultural decorrente, em parte, da maior

⁴⁸ Esposa 22: Professora/Magistério e Dona de casa. 56 anos de idade.

escolarização das mulheres e conseqüente acesso a mais informações sobre o planejamento familiar.

Gráfico 06:



Fonte: Dados primários.

Quadro 07: **CIDADE ONDE NASCEU**

Local	Quantidade
Ganchos/Governador Celso Ramos	25
Florianópolis	08
Outra cidade	07
Total de entrevistadas	40

Fonte: Dados primários.

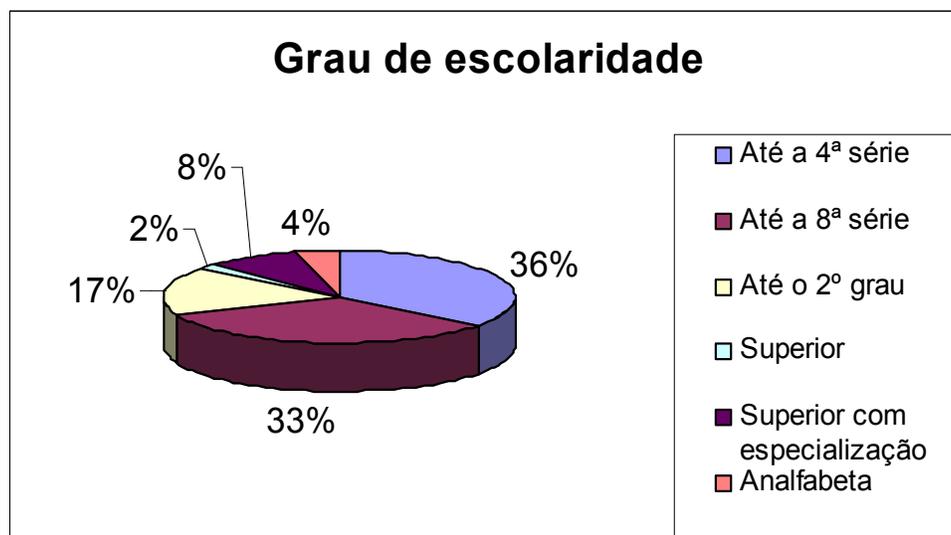
A maioria das mulheres entrevistadas nasceu no município de Ganchos, sendo que das 25 nascidas no município, quatro delas nasceram em outras comunidades vizinhas à Palmas. As mulheres com registro de nascimento em outra cidade (que não Florianópolis) são na maioria dos casos, advindas de cidades portuárias, como Santos (SP), Itajaí (SC) e Rio Grande (RS), onde conheceram seus cônjuges e depois acabaram migrando para Ganchos. As 08 mulheres com registro de nascimento em Florianópolis se consideram nativas,

uma vez que suas mães foram ter o parto em maternidades da capital. Como relata esta entrevistada⁴⁹:

Nossas mães passaram trabalho. Tinham um monte de filhos. Tudo com ajuda de parteira. Quando a parteira não podia, ou dava pra adiantar, saber quando o bebê ia nascer, programava pra ir ganhar lá em Florianópolis. Mas de carroça era perigoso, porque pulava muito. Daí elas iam de barco. Minha avó ganhou dois filhos no meio do mar. Credo, que trabalho. Eu nem posso falar muito, porque apesar de na minha época já ter carro aqui, tive 4 dos meus 5 filhos, com parteira. Não tinha dinheiro pra pagar táxi.

Este relato, além de revelar características relacionadas às dificuldades encontradas pelas mulheres, no passado, em virtude da estrutura econômica e viária do lugar; também evidencia as más condições de saúde que as mesmas eram, evidentemente, expostas.

Gráfico 07:



Fonte: Dados primários.

⁴⁹ Esposa 22: Professora/Magistério e Dona de casa. 56 anos de idade.

Quadro 08: GRAU DE ESCOLARIDADE

Grau de escolaridade	Número de mulheres
Estudou até a 4ª série (Ensino Fundamental)	17
Estudou até a 8ª série (Ensino Fundamental)	06
Estudou até o 2º grau (Ensino Médio)	08
Cursou (ou cursa) Ensino Superior	01
Cursou Ensino Superior com Especialização	04
Analfabeta (ou cursa)	02
Total de entrevistadas	40

Fonte: Dados primários.

Acreditamos que o grau de escolaridade atingido pelas mulheres é um aspecto que está intimamente relacionado com a questão do matrimônio precoce, dos hábitos culturais e da estrutura econômica local. Como afirma esta esposa⁵⁰:

Teve um motivo! Os meus pais não podiam pagar os estudos. Dar os estudos. Tinha o ginásio ali em Ganchos, mas era difícil para eles deixar a gente continuar. Ainda tinha que ir a pé. Difícil pra eles. O pai sempre falava que não podia dar o estudo mesmo. Porque era difícil comprar os livros, cadernos. Quando parei na 4ª série. Eu não fazia nada! Nada! Fazia crivo, dia e noite. Ih! Trabalhava o dia inteiro e tinha que ir lá na roça plantar feijão. Acho que era melhor pro pai que a gente ficasse em casa trabalhando.

Nessa perspectiva, uma esposa⁵¹ assinala que:

Ainda hoje acredito que existe sim, bastante dificuldade pras mulheres que querem estudar! E principalmente pro marido ajudar nas coisas de casa. Porque se eu comento com alguém ainda hoje, coisa que ele sempre fez! Muitos homens ainda são machistas e dizem: Deus me livre, casa é pra mulher! Comida é pra mulher fazer! É geral. Acho que é cultural, ta enraizado. Porque a geração de homens de hoje, alguns ainda pensam assim. E vão continuar assim. Porque já vem desde antes, né. Queira ou não queira, às vezes nós alimentos isso quase até sem querer. A gente quer mudar, mas não faz o certo pra mudar. Pra mudar a cabeça do homem, até dos nossos próprios filhos, né.

⁵⁰ Esposa 02: Dona de casa e faxineira. 40 anos de idade.

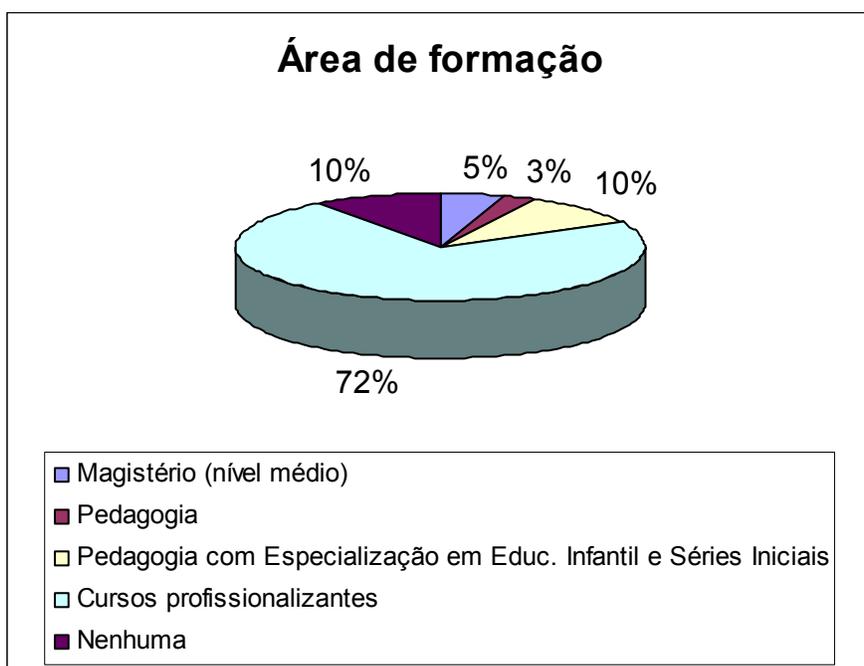
⁵¹ Esposa 12: Professora/Pedagoga/ Ocupa cargo de chefia em órgão público e é dona de casa. 41 anos de idade.

Uma outra esposa⁵² também argumenta o seguinte:

No caso da mulher que tem marido pescador muitos não deixam trabalhar, tem vários que não deixam a mulher trabalhar porque sai comentário: ah, fulana foi fazer faxina e olhou pra um homem. Fazer faculdade a noite nem pensar. Igual fazer academia que agora tem aqui. O meu marido é um que não me deixa fazer. Algumas clientes comentam aqui que a vontade delas é fazer, mas os maridos não deixam. Dizem: pra que queres fazer academia, pra olhar pro professor? E muitos julgam as mulheres dos outros só porque elas estudam, só porque elas trabalham: ah vai pro centro, já vai enganado. É bem difícil não mudou muito não aqui.

O relato desta moradora é justificado pelo número de mulheres que conseguiram completar o ensino superior. Das 40 mulheres, oito concluíram o ensino Médio (2º grau) e apenas cinco cursaram o ensino superior, mas há casos em que algumas mulheres nunca freqüentaram a escola formal.

Gráfico 08:



Fonte: Dados primários.

⁵² Esposa 05: Dona de casa, Costureira e micro-empresária. 26 anos de idade.

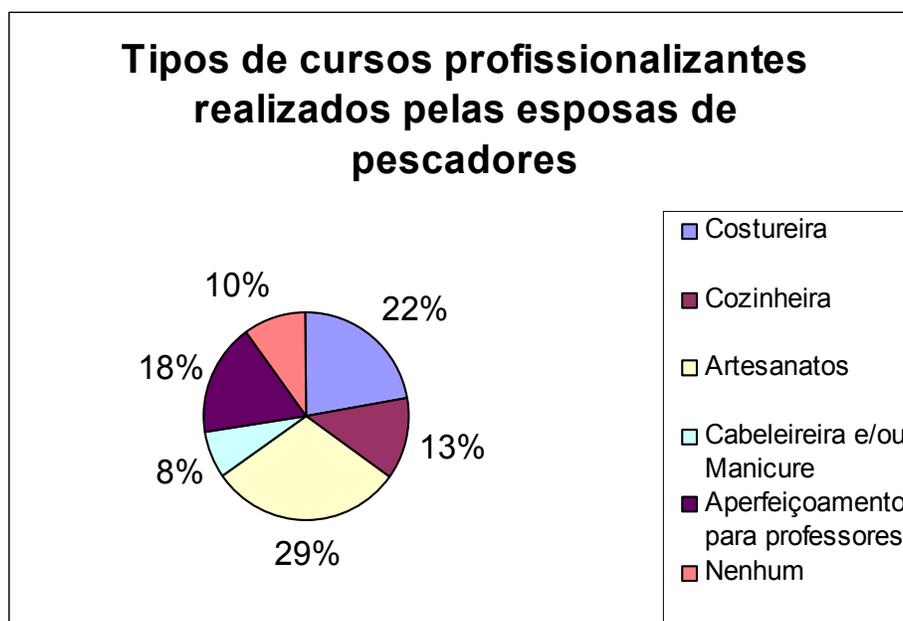
Quadro 09: **ÁREA DE FORMAÇÃO**

Curso	Número de mulheres
Magistério (nível médio)	02
Pedagogia	01
Pedagogia com Especialização em Educação Infantil e séries Iniciais	04
Cursos profissionalizantes	29
Nenhuma	04
Total de entrevistadas	40

Fonte: Dados primários.

Relacionando o grau de escolaridade atingido pelas mulheres de pescadores, com a área de formação de cada uma delas, sobressaem-se os cursos profissionalizantes, neste caso, 29 mulheres realizaram algum tipo de curso profissionalizante. Dos quais, identificamos os seguintes:

Gráfico 09:



Fonte: Dados primários.

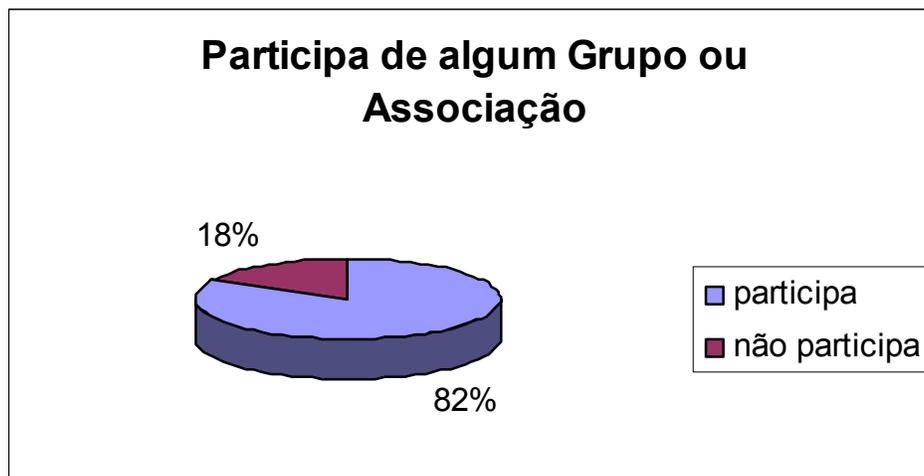
Quadro 10: TIPOS DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Tipos de cursos profissionalizantes realizados pelas mulheres de pescadores	Número de mulheres
Costureira	09
Cozinheira	05
Artesanatos	12
Cabeleireira e/ou manicure	03
Aperfeiçoamento para professores	07
Nenhum	04
Total de entrevistadas	40

Fonte: Dados primários.

O que é perceptível, nestes dados, tanto do gráfico sobre área de formação, como o de cursos profissionalizantes, que estes índices têm relação direta, um com outro. Uma vez que, das 40 mulheres entrevistadas, destaca-se que das 29 que realizaram cursos profissionalizantes, para exercer atividades como: cozinheira, costureira, artesã, cabeleireira e manicure; são as que atingiram no máximo o nível médio. Também, identificamos, entre as mulheres que cursaram o nível superior, o não envolvimento com as atividades artesanais, tampouco, com efetivas participações dessas mulheres em grupos ou associações no bairro, como podemos verificar as seguir:

Gráfico 10:



Fonte: Dados primários.

As mulheres com nível superior que seguiram uma carreira nos serviço público como professora, por exemplo, justificam que não têm tempo livre para se envolverem em grupos comunitários e tampouco aprender algum tipo de artesanato, ou seja, atribuem a não participação em grupos da comunidade, por terem o cotidiano assoberto de tarefas a cumprirem; pois além da atividade profissional exercida fora de casa, tem ao final da labuta diária, o lar para cuidar e os filhos para educar.

A mulher que é dona de casa, na maioria dos casos não recebe nenhum tipo de ajuda para fazer as tarefas do lar. A situação piora quando se trata das mulheres que trabalham fora, sendo no serviço público ou no setor hoteleiro, não difere muito a situação. A maioria delas não recebe ajuda, tampouco podem contratar uma empregada doméstica. Como afirma esta esposa:

Olha, hoje meu marido ajuda bastante. Roupa lavada, comida, varre casa, limpa o banheiro. Ele faz tudo, né. Mas isso só acontece quando ele não ta no barco. E, é poucas vezes. A cabeça dele mudou bastante, acho que por causa de eu ter me tornado professora⁵³.

É o que podemos verificar nos dados a seguir, que mostra de quem é a responsabilidade com as tarefas domésticas do ar, se recebe ajuda para a execução das atividades e a quem fica a cargo a responsabilidade de gerenciar as questões administrativas da casa, como: consertos, pagamentos de contas, cuidados relativos à educação e saúde dos filhos.

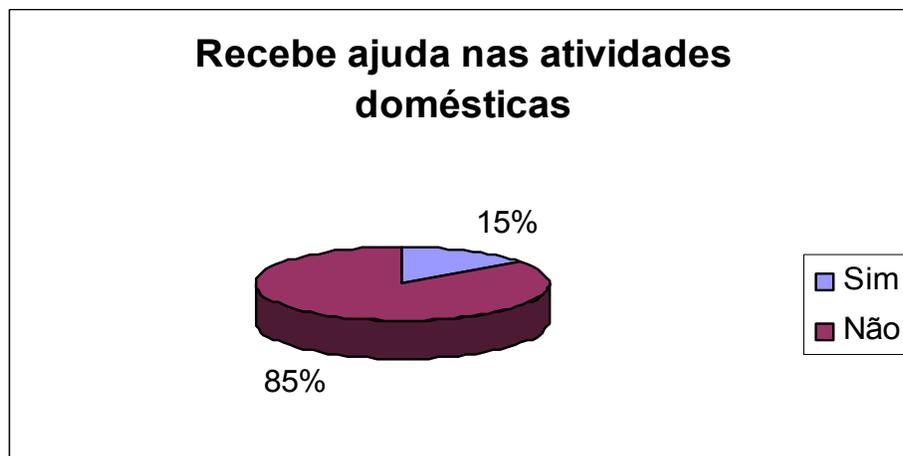
⁵³ Esposa 12: Professora/Pedagoga/ Ocupa cargo de chefia em órgão público e é dona de casa. 41 anos de idade.

Gráfico 11:



Fonte: Dados primários.

Gráfico 12:



Fonte: Dados primários.

Das 40 mulheres, apenas seis disseram receber ajuda para execução das tarefas domésticas, sendo que 'nenhuma' delas, tem como contratadas outras pessoas para esta atividade. A ajuda provém em muitos casos das próprias filhas ou parentes (mulheres), em poucos casos provêm de uma ajuda masculina.

Gráfico 13:



Fonte: Dados primários.

Em relação às responsabilidades consideradas mais burocráticas, segundo elas, os maridos mesmo quando estão em casa não gostam de se envolver com isso. Pagamento de contas e coisas dessa natureza é tudo feito por elas. Como afirma esta esposa⁵⁴, *“verdade, a mulher faz tudo. Meu marido chega e nem sabe fazer mais nada, nem pagar uma conta no banco. O pensamento dele não é na data das contas. Ele vai lá trabalha traz o dinheiro e tu faz tudo. Tem que ser administradora”*. 85% das mulheres não recebem nenhuma ajuda para realizar as tarefas dentro do lar, considerando que das 40 mulheres, todas trabalham fora de casa, em serviços públicos, ou no setor hoteleiro, ou mesmo fazendo artesanato (em seus grupos de mães) para vender para turistas.

Mas onde trabalham de fato essas mulheres e que tipo de atividades elas exercem?

⁵⁴ Esposa 05: Dona de casa, costureira e microempresária. 26 anos de idade.

Gráfico 14:



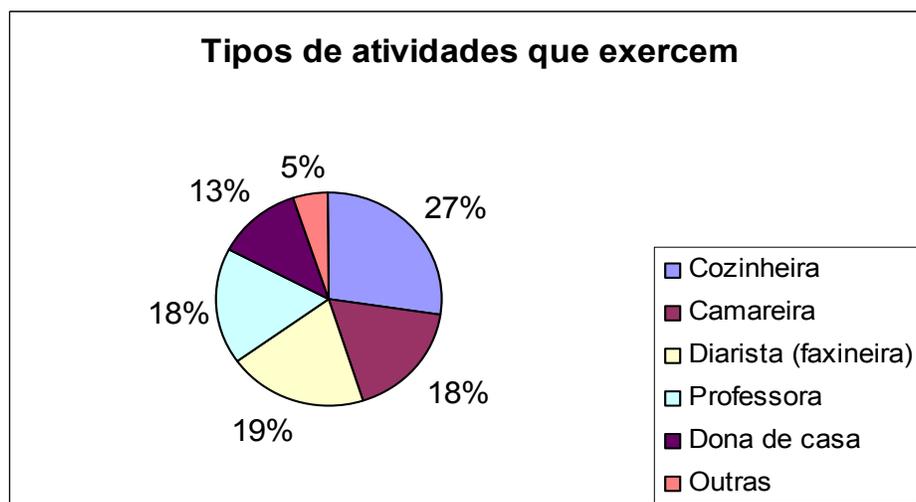
Fonte: Dados primários.

Quadro 11: **ONDE TRABALHARAM NOS ÚLTIMOS 03 ANOS**

Local	Número de mulheres
Hotéis, pousadas e restaurantes	24
Serviço público	07
Em casa	07
Empresa própria	02
Total de entrevistadas	40

Fonte: Dados primários.

Gráfico 15:



Fonte: Dados primários.

Quadro 12: TIPOS DE ATIVIDADES QUE EXERCEM

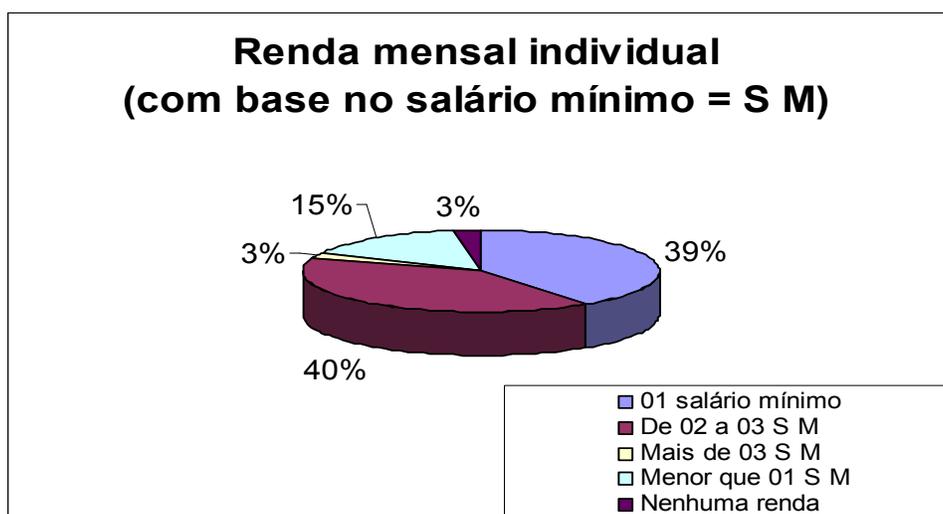
Atividade	Número de mulheres
Cozinheira	11
Camareira	07
Diarista (faxinas)	08
Professora	07
Dona de casa	05
Outras atividades	02
Total de entrevistadas	40

Fonte: Dados primários.

A maioria das mulheres trabalha em atividades ligadas ao setor terciário da economia, que, em Palmas, são principalmente fomentados pelo turismo.

Atividades como cozinheira, camareira, diarista/faxineira são oferecidas por hotéis da região e também executadas em casa de veraneio. A profissão como professora, é exercida para órgãos públicos estaduais e municipais. Sendo que no município não há nenhum colégio que pertença a rede privada. Ressaltamos que dos cargos públicos ocupados pelas mulheres de pescadores, além da profissão como professora, também há cargos de confiança, como o caso de uma esposa que é Chefe de Gabinete na prefeitura local. Apesar das atividades serem bem diversificadas a renda mensal individual dessas mulheres ainda é relativamente baixa. Como podemos verificar nos dados a seguir:

Gráfico 16:



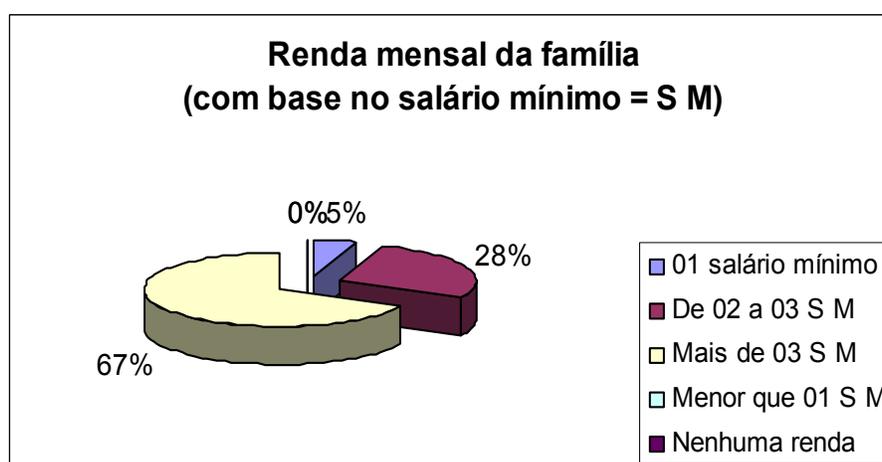
Fonte: Dados primários.

Quadro 13: **RENDA MENSAL (INDIVIDUAL)**

Renda mensal individual (com base no salário mínimo = S M⁵⁵)	Número de mulheres
01 salário mínimo	16
De 02 a 03 S M	16
Mais de 03 S M	01
Menor que 01 SM	06
Nenhuma renda	01
Total de entrevistadas	40

Fonte: Dados primários.

Gráfico 17:



Fonte: Dados primários.

Quadro 14: **RENDA MENSAL (FAMÍLIA)**

Renda mensal da família (com base no salário mínimo = S M)	Número de famílias
01 salário mínimo	02
De 02 a 03 S M	11
Mais de 03 S M	27
Menor que 01 SM	00
Nenhuma renda	00
Total de entrevistadas	40

Fonte: Dados primários.

Das 40 entrevistadas, 16 recebem em torno de um salário mínimo e apenas 01 recebe acima de três salários mínimos; 16 delas recebem em média de dois a

⁵⁵ Com base no valor de R\$ 380,00 - salário mínimo, ano de 2007. Dados disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/salmin/salmin00.xml>

três salários. Recordando que das 40 mulheres, apenas sete ocupam cargos públicos – com remuneração acima da média praticada no município e nestas, incluem-se as 16 mencionadas, que recebem em torno de dois a três salários mínimos.

As outras deste grupo de 16 são donas de casa que na maioria das vezes, englobam além desta tarefa, a de ser também, faxineira/diarista, artesã, cozinheira e manicure. Executam todas estas atividades, para conseguir aumentar o orçamento da casa. O que acaba, por vezes, acarretando num desgaste físico. Como podemos verificar no relato desta esposa:

Eu sei fazer de tudo um pouquinho. Gosto de costurar, fazer unha. Mas o que eu mais gosto, o que eu mais amo –meu Deus... Meu marido até ia pagar o curso pra mim: é cozinhar. Na época custava caro. Era um curso de gastronomia, ia gastar 600 reais por mês. Mas eu tenho um filho de 15 anos que também vai precisar fazer uma faculdade. Tive que desistir dá idéia. Minha paixão é cozinhar. O mais importante de tudo que eu faço são as coisas que eu aprendo. Considero o mais importante o meu trabalho de cozinheira. Fui muito elogiada e conheci muitas pessoas. Eu fazia comida para 600 pessoas. Nessa época eu trabalhava de tudo um pouco. Meu marido tava ganhando pouco na pesca. Mas agora eu gostaria que minha saúde mudasse. Fiquei doente trabalhando. Hoje não tenho mais condições de trabalhar. Fiquei com problema na coluna trabalhei bastante tempo na faxina.

Observam-se evidências objetivas da precarização do trabalho no contexto dessas mulheres. Os relatos evidenciam a gama de responsabilidades que ficam sob a incumbência das mulheres de pescadores.

Fatores estes que estão intimamente relacionados e/ou são o próprio reflexo da reestruturação econômica local. Uma vez que a vila concentrava, no passado, relações mercantilistas, mas mesclava-se com um modo de vida, também pautado na agricultura de subsistência e na pesca artesanal. Onde o cotidiano das mulheres não ultrapassava do ofício de ser dona de casa, aprender artesanatos, ajudar na roça e preparar-se para o matrimônio – momento em que aprender um ofício, não significava necessariamente ir para a escola.

Ainda hoje, a geração das mulheres de pescadores não deixa de encontrar dificuldades na caminhada pela escolarização. Mas já ‘conseguiram derrubar alguns muros de preconceito, de machismo e de hábitos culturais que, muitas vezes, estavam impregnados, nelas próprias.

umas se percebem neste processo, e colocam o advento das mudanças na economia do lugar, como principal fomentador das mudanças no trabalho e nas relações de gênero. Outras se vêem no processo, são protagonistas nele, mas curiosamente, àquilo o que elas mais temem: o machismo, o casamento prematuro e a limitação da representação feminina ficar apenas no âmbito doméstico – curiosamente, sem perceber perpetuam e alimentam alguns hábitos – no sentido de pensar que as tarefas do lar têm que ser exclusivamente feminina. Como podemos observar no argumento desta moradora⁵⁶, ao ser indagada sobre o que desejaria para o futuro de sua filha.

Que seja uma baita de uma dona de casa. Que ela seja uma boa dona de casa, **bem limpinha**⁵⁷. Mulher de pescador não, de jeito nenhum. Porque sofre muito. Que seja uma pessoa respeitosa. Quero que ela seja uma pessoa honesta. Eu tenho bastante orgulho de mim. Ela que sabe qual o destino dela. O que ela quiser. Mas pra mim, ela tem que ser uma dona de casa. É tão bonito a mulher saber fazer tudo. Cuidar da casa.

Impossível não refletir, sobre o paradoxo e a contradição que se abre diante do discurso desta mulher. Contraditoriamente ela própria deflagra a difícil tarefa de ser mãe e dona de casa, sendo esposa de pescador. Porém, ‘alimenta’ o desejo de sua filha não vir a ser uma esposa de pescador no futuro. Mas, à medida que quer garantias de que sua filha seja uma mulher ‘bem limpinha’, neste mesmo sonho maternal perpetua a vontade ‘romântica’ de que sua filha eternize uma ‘qualidade’ – atribuída por este grupo social – que associa dignidade, em cumprimento dos afazeres do lar.

⁵⁶ Esposa 03: Dona de casa, diarista, cozinheira e artesã. 33 anos de idade.

⁵⁷ Grifo nosso.

Muitas mulheres atribuíram a não escolarização, ao fato de ter que se dedicar ao matrimônio e aos ofícios do lar. E colocaram com angústia o fato de não poder ter estudado – da vontade de ter outra profissão, além do lar. Como disse essa esposa:

Ser dona de casa é chato! Mas ser doceira eu gosto. [...] O trabalho de casa, pra mim não presta. É cansativo é estressante. Agente termina de fazer uma coisa, já vem outra. Lavar roupa, lavar louça, passa roupa, faz comida. Meu Deus é um sufoco! E passa o dia assim, limpando e depois tem que fazer tudo de novo. Ninguém reconhece⁵⁸.

Mas, ao mesmo tempo são estes paradoxos que envolvem o querer e o romper com os costumes que estão postos, perpetuam os hábitos e dão longevidade para as ‘diferenças’ configuradas na divisão sexual do trabalho em Palmas e são processadas historicamente nas relações de gênero.

⁵⁸ Esposa 02: Dona de casa e faxineira. 40 anos de idade.

4.2 O trabalho e os reflexos da reestruturação econômica para as mulheres de pescadores de Palmas: o crescimento do setor terciário e a atividade turística em perspectiva

A sociedade contemporânea vivencia a junção de dois fenômenos que se complementam: a globalização e a terceira revolução⁵⁹ científico-tecnológica. “Podemos afirmar que o turismo, por sua vez, está diretamente relacionado com eles, na medida em que o seu crescimento está associado com o fenômeno da globalização”⁶⁰, explicam Dias; Aguiar (2002, p. 11). A relação do turismo com o avanço dos meios de comunicação e de deslocamentos de pessoas (em viagens) corroboram esta informação. Os mesmos autores confirmam que, “o turismo ao mesmo tempo em que sofre influência da globalização, contribui para a sua expansão e consolidação, facilitando a comunicação, aumentando o intercâmbio de idéias e de pessoas por todo o mundo” (p. 11).

Segundo Dias; Aguiar (2002, p. 14), o turismo tornou-se um grande gerador de postos de trabalho, “chegando no ano de 1999, a produzir 192 milhões de empregos diretos⁶¹ e um número incalculável de atividades correlatas”.

Em escala mundial, Ouriques (2005, p. 127), assinala que promotores do turismo “alardeiam que se trata da maior fonte de empregos do mundo e a Organização Mundial do Trabalho (OMT) estima que estejam ocupados nas

⁵⁹ Segundo Lucídio; Palangana (2000), “As transformações decorrentes da chamada terceira revolução industrial passaram a impor novas exigências ao trabalhador [em relação à escola e o seu papel na qualificação do trabalhador, neste interim] Muito tempo se passou até que medidas efetivas fossem tomadas no sentido do reconhecimento da necessidade de educação/escolarização para todos”.

⁶⁰ “Que tem seus marcos iniciais no século XV, e que o seu desenvolvimento sempre acompanhou o avanço de novas tecnologias, sofrendo um vigoroso impulso na primeira Revolução industrial na Inglaterra do século XVIII e outro, na segunda Revolução industrial, em fins do século XIX e início do século XX, nos Estados Unidos e Europa. No momento atual, o incremento das viagens está interligado com estes dois fenômenos” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 11).

⁶¹ “Os empregos gerados pelo turismo podem ser vistos como diretos, isto é, os que colocam o empregado frente a frente com o turista, como é o caso de restaurantes, agências de viagem, entre outros. Já os empregos indiretos são os que não aparecem na forma explícita, mas estão igualmente contribuindo para o funcionamento da indústria do turismo” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 163).

atividades de viagens e turismo aproximadamente 200 milhões de trabalhadores, perfazendo um total de 7% da força de trabalho global”.

No Brasil, embora o país tenha avançado nas estatísticas apresentadas pela OMT⁶², até o ano de 1999 passou de 43º lugar para o 29º entre os destinos mais procurados por turistas estrangeiros, é internamente que os fluxos são mais intensos. Neste sentido, Dias; Aguiar (2002, p. 19) explicam que no ano de 1999, segundo dados da Associação Brasileira de Agências de viagem (ABAV), “o movimento que mais cresceu é o de pacotes turísticos nacionais, quando comparados com os pacotes internacionais, com uma margem de 60% domésticos⁶³ versus 40% internacionais”.

O fato é que o turismo ao se expandir enquanto atividades econômicas, proporcionando a abertura de novos postos de trabalho, também contribui para a fomentação de impactos relacionados a questões sociais, ambientais e até mesmo culturais – fenômenos estes que integram aspectos que podem ser analisados como positivos ou negativos, pois isto vai depender do referencial a ser investigado.

Em termos locais, “as destinações entre a comunidade receptora e os turistas provocam modificações em todos os atores que participam deste processo, algumas perceptíveis e intencionadas e outras não desejadas nem vislumbradas, mas que ocorrem de qualquer maneira” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 144).

No que concerne ao objeto de estudo (neste caso a Vila de Palmas) na opinião das mulheres de pescadores, as atividades advindas do turismo, ao passo que geraram oportunidades de trabalho, também desencadearam bruscas mudanças na paisagem natural e no modo de vida local. Como podemos perceber nas palavras desta moradora⁶⁴, “o turismo ajudou na economia! Ah sim! Olha, a questão até do emprego para o pessoal daqui é um aspecto positivo”. Outra moradora⁶⁵ afirma que “antes não tinha nada. Agora que abriu mais oportunidades

⁶² Dados disponíveis em: www.world-tourism.org – Acessado em 01/02/2007.

⁶³ Domésticos, neste caso, é a nomenclatura dada pelos para designar a atividade turística dentro do território nacional.

⁶⁴ Esposa 01: Professora/Pedagoga.

⁶⁵ Esposa 07: Professora/Pedagoga. 29 anos de idade.

esses comércios. Esses hotéis geraram bastante emprego para as mulheres. Hoje tem mais trabalho do que no passado”.

No entanto, há percepções por parte de alguns moradores de que o turismo além de beneficiar muitos aspectos da vida econômica, também cria barreiras para outras dimensões que envolvem a preocupação com a diversificação das atividades, o meio ambiente e à qualidade de vida. Como destaca esta moradora⁶⁶:

Hoje tem a faxina que muitas vem até de fora fazer aqui na temporada de verão. Tem o hotel fazenda... [tem trabalho] De cozinheira, copeira, camareira. Professora... Com certeza também tem o trabalho público, mas é pouco o que a prefeitura oferece. Por isso que tem tanto pai de família na pesca, ainda – porque não tem uma empresa, uma fábrica. Falta isso aqui ainda, dentro do nosso município. Palmas não é mais como era antigamente. Nem tem mais mangue com camarão. Sem falar que pra gente aqui, que está mais tempo aqui, vê que o turismo também trouxe insegurança com relação aos roubos e podemos ver agora com mais clareza, quem é rico e quem é pobre aqui.

Deste paradoxo, que envolve perceber os benefícios e as conseqüências danosas que pode trazer a atividade turística, se não planejada, temos que nos reportar para a reflexão de que apesar de este fenômeno, na maioria das vezes, encontrar-se estruturado em áreas periféricas do globo, em pequenas comunidades, é da perspectiva macroeconômica que trazem seus ‘modelos’ (projetos) para serem executados. Muitos deles não condizentes com o modo de vida dos moradores locais – daí surgem conflitos e problemas sociais econômicos e/ou culturais. Assim como pode trazer benefícios, o turismo, para Dias; Aguiar (2002, p. 151) quando mal planejado pode, pode causar problemas, entre os quais:

Uma alteração profunda na comunidade local, pela perda do seu orgulho e identidade cultural, o que ocorre quando busca tornar-se mais aceitável para os visitantes, adotando os hábitos e costumes destes; um aumento na velocidade e escala em que ocorrem os conflitos culturais e as mudanças daí decorrentes; de modo geral, isso acontece quando se modificam os papéis sociais dos jovens e das mulheres.

⁶⁶ Esposa 04: Professora/Pedagoga. 33 anos de idade.

Acrescentam-se, também, as questões ambientais que, numa perspectiva de exploração da paisagem, o capital imobiliário literalmente extrai do ambiente natural local (em alguns casos ainda sem alteração humana) para vender estes elementos como atrativos – provocando alterações nas paisagens e impactos ambientais, algumas vezes, incorrigíveis, no âmbito dos recursos naturais existentes.

De forma geral, para esta sociedade globalizada, os contatos interculturais são inevitáveis e tenderão a crescer. Visto que este fenômeno incide ainda com mais ênfase, em locais que disponibilizam atrativamente mais infra-estrutura para receber os turistas e que ofereçam as mais belas paisagens naturais a serem exploradas. Nesse sentido, Ouriques alerta para o fato de que (1998, p. 75-78),

No mundo da apropriação privada, o capital sempre se utiliza das melhores formas de relevo. A orla marítima, as encostas de morros de frente para o mar, os recantos mais inusitados. A mercadoria paisagem parece ser o principal elemento do turismo, porque, como comumente se fala, ‘sem natureza não há turismo’. As mercadorias do turismo, isto é, o sol, o mar, as areias e outros elementos da natureza inorgânica vão representar um preço, sem relação alguma com a produção do valor. Mas tornam-se objetos de apropriação, uma apropriação sem propriedade, uma apropriação fantasiosa que, no entanto, é aceita socialmente. Daí os elementos paisagísticos, no inconsciente coletivo, terem a miraculosa característica de criarem valor.

Neste ínterim, há a questão da apropriação deste fenômeno também, por parte dos moradores locais. É de praxe, os investidores, apresentarem o turismo e os empreendimentos para os moradores das pequenas comunidades – como é o caso de Palmas – como algo positivo, no sentido de ser um forte gerador de ‘empregos’.

O que é dúbio nesta retórica de possibilidades e impossibilidades de ‘emprego’ e ou ‘trabalho’. Vemos aqui o *emprego* com vínculo e com as estabilidades que o mesmo pode ofertar⁶⁷. Na verdade, o que prevalece neste

⁶⁷ “A maioria das pessoas associa as palavras trabalho e emprego como se fossem a mesma coisa, não são. Apesar de estarem ligadas, essas palavras possuem significados diferentes. O

meio, são na maioria dos casos, trabalhos sazonais e sem vínculo empregatício. Atividades que surgem em função do fluxo de turistas, apenas em alta temporada, durante o verão.

Outro aspecto são as estruturas hoteleiras que oferecem o vínculo empregatício, mas estas, comportam apenas uma pequena parcela da população local, nas atividades permanentes. Outra parcela fica a mercê do fluxo de turistas, durante e fora da temporada de verão, nas atividades disponibilizadas no setor terciário⁶⁸.

Daí decorre a forte inserção das mulheres na economia, desenvolvendo atividades ditas 'femininas'. A maioria delas ocupa cargos que estão relacionados à limpeza e organização das casas e cômodos dos hotéis – geralmente serviços braçais e pouco remunerados.

A crescente participação feminina no mercado de trabalho entrelaça-se com o desenvolvimento do setor de serviços. Para Casaca (2005, p. 55) "Tal sucede porque muitas das atividades ali integradas [...] são tidas como femininas". Em Palmas é notável esta forte expressão feminina nesses tipos de atividades. Tendo em vista a autonomia desencadeada muitas vezes pela necessidade não só de firmar a possibilidade de independência financeira e realização pessoal, mas em muitos casos, por ser necessário um reforço na renda familiar, posto que a pesca industrial não vive mais tempos de abundância e também tem seus períodos de sazonalidade.

trabalho é mais antigo que o emprego, o trabalho existe desde o momento que o homem começou a transformar a natureza e o ambiente ao seu redor, desde o momento que o homem começou a fazer utensílios e ferramentas. Por outro lado, o emprego é algo recente na história da humanidade. O emprego é um conceito que surgiu por volta da Revolução Industrial, é uma relação entre homens que vendem sua força de trabalho por algum valor, alguma remuneração, e homens que compram essa força de trabalho pagando algo em troca, algo como um salário. *Trabalho*: é o esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades físicas e mentais. *Emprego*: É a relação, estável, e mais ou menos duradoura, que existe entre quem organiza o trabalho e quem realiza o trabalho. É uma espécie de contrato no qual o possuidor dos meios de produção paga pelo trabalho de outros, que não são possuidores do meio de produção" (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

⁶⁸ Neste sentido, há um projeto de pesquisa sobre as redes hoteleiras de Santa Catarina onde predominava a terceirização de serviços via cooperativas de trabalho, intitulado: "Flexibilização das Relações de Trabalho, Qualidade de Vida do Trabalhador e Emprego: estudo exploratório na indústria hoteleira de Santa Catarina" (GUIMARÃES; SECCHI, 1999), desenvolvido no Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho – NINEIT/UFSC.

No caso de Palmas, há o exemplo das mulheres que trabalham como faxineiras e ficam a espera destes trabalhos através dos (as) proprietários de imobiliárias que terceirizam⁶⁹ estas atividades. Como esclarece esta moradora⁷⁰: *“graças a esposa do dono da imobiliária, que organiza a gente, a gente sempre tem faxinas pra fazer, até no inverno”*. Este depoimento caracteriza uma expropriação por parte das imobiliárias à exploração desta força de trabalho. As mulheres, por sua vez, aparentemente não percebem a dimensão da exploração e precarização das condições de trabalho que são postas. No depoimento a seguir, a mesma moradora, que ao ser questionada a respeito do que pensava sobre a atividade de faxineira/diarista ser agenciada e terceirizada por imobiliárias, confirma esta hipótese. Expressando também em sua fala, resignação e conformismo diante da situação:

É bem melhor assim. Porque a maioria e nós nem estudou e as vezes não sabia falar direito com os turistas, daí a gente perdia serviços bons. Apesar de que a gente ganha mais ou menos uns 60 reais pra dividir às vezes em duas pessoas, quando a casa é grande. A gente sabe que a moça da imobiliária ganha também esse valor sozinha só pra falar pela gente. Mas agora não dá mais pra voltar atrás. Já é assim.

No que tange a força de trabalho feminina, em Palmas, a terceirização da economia é marcadamente delineada pela inserção das atividades ligadas ao setor hoteleiro. Sendo caracterizada, ao nível local, pela representatividade de trabalhadoras que não conseguiram, na maioria das vezes, completar a educação básica. Já, os cargos públicos são ocupados, na maioria dos casos, por mulheres que atingiram um grau de escolarização maior, chegando a completar a graduação e até mesmo, a pós-graduação.

⁶⁹ “A terceirização é um fenômeno relativamente recente, vinculando-se à chamada produção flexível [...] A despeito das divergências, o fato é que, atualmente, a terceirização constitui um dos principais recursos de flexibilização da produção e do trabalho, sendo utilizada por empresas de diversos setores da atividade econômica para tarefas com distintos níveis de especialização. Sua difusão configura complexas e variadas tramas produtivas, envolvendo desde empresas globais até microempresas locais, cooperativas de trabalho e agências de trabalhadores temporários” (CATTANI; HOLZMANN, 2006, p. 311-313).

⁷⁰ Esposa 03: Dona de casa, diarista, cozinheira e artesã. 33 anos de idade.

Contudo, se analisarmos este fenômeno, na perspectiva global, a presença da mulher no mercado de trabalho não é novidade, pois ela contribui para a produção de bens e serviços em qualquer tipo de sociedade, segundo Ramos (2006, p. 70). Entretanto, em alguns grupos sociais a participação da mulher, assim como sua representatividade, é subjugada a fazer parte de um contexto que envolve preconceito e dominação masculina, principalmente no que se refere à participação no trabalho e reconhecimento pelas atividades exercidas.

Mas, no que se refere às comunidades pesqueiras, Amorim (2005, p. 164) observou em sua pesquisa que:

Assim como ocorre na maioria das organizações baseadas no modo de produção capitalista, a mulher é deixada de lado das atividades consideradas como mais importantes [...] com elas também ficam as atividades que requerem maior paciência, destreza e habilidade [...] aos homens são atribuídas as atividades mais pesadas, que exigem maior força muscular.

Entretanto, em determinados grupos sociais, a maior escolarização feminina tem mudado alguns aspectos econômicos e culturais na vida de uma parcela das mulheres. Porém não é determinante tratando-se da questão salarial. Neste sentido, Alves (2005) explica que:

Quando se analisam os números no mercado de trabalho, separando os rendimentos por gênero, podemos perceber essa inserção desigual da mulher pela exploração a que são submetidas, pois é corriqueiro que o salário por elas recebidos sejam inferiores aos salários masculinos, considerando os mesmos postos de trabalho, escolaridade e números de horas trabalhadas.

Nesta perspectiva, Olinto; Oliveira (2004, p. 03) corroboram esta informação argumentando que, “a naturalização do trabalho da mulher e seu papel primeiro na esfera privada da família acaba dificultando a sua participação no espaço público do trabalho em igualdade de condições com os homens”. Este problema decorre e ao mesmo tempo é configurado pelas alterações processadas nas relações de trabalho.

Nesta ótica, alertamos que este fenômeno também se configura nas comunidades pesqueiras e as mulheres dos pescadores da comunidade de Palmas vivenciaram, e vivenciam, de forma bem marcante este processo. Pelo fato de seus esposos trabalharem na pesca industrial e permanecendo, por vezes, até dois meses longe de casa, tornaram-se elas as chefes da família; assumindo não só a educação da prole, como também, administrando os gastos financeiros da casa e a manutenção organizacional da instituição familiar. Passaram a estudar e aumentar o grau de escolaridade, para ingressar no mercado de trabalho. Como relata esta esposa⁷¹

Sempre, sempre tive que cuidar de tudo. Dar educação pra minha filha sozinha, porque meu marido ficava muito tempo fora, no barco. Cuidava da casa. Agora que ele se aposentou pensei que ia mudar. O que mudou é que a aposentadoria dele é pouca. Agora além de fazer tudo em casa, vou também fazer faxina fora pra ajudar aqui. Chego em casa morta de cansada e ta tudo pra eu fazer. Tu acredita que até hoje ele não vai pagar uma conta no banco, se acostumou assim.

Apesar de todos os meandros que envolvem a responsabilidade feminina nos lares de pescadores na Vila de Palmas, o relato acima, além da questão da não participação masculina no âmbito familiar em relação aos afazeres domésticos, expõe a situação em que se encontra a mulher em termos de exploração/dupla jornada. Caracterizando a precarização de seu trabalho, posto que realiza esta atividade várias vezes em seu cotidiano, e não somente em seu próprio lar.

No decorrer das entrevistas constatamos que o trabalho doméstico entra na lista de todas as atividades exercidas pelas mulheres de pescadores, referenciado como o vilão de todas as atividades. Isto porque, na maioria dos casos, a mulher (considerando as com pouca escolarização) já realiza todas as atividades que integram este tipo de trabalho dentro de sua própria casa e quando se vê diante da oportunidade de exercer um trabalho fora do espaço doméstico, este acaba sendo o mesmo tipo de trabalho que realiza em sua casa, no lar de outra pessoa.

⁷¹ Esposa 02: Dona de casa e faxineira. 40 anos de idade.

E se este novo trabalho não for em outro lar, mas em um hotel, em um restaurante, por exemplo, onde estas mulheres também conseguem trabalho mesmo assim, ocuparão postos de trabalho, cujo afazeres são estritamente domésticos. Tais como: cozinhar, limpar quartos, lavar roupas, entre outros.

Nesse sentido, esta esposa⁷² relata a existência da duplicidade de tarefas e explica: “hoje a mulher que trabalha e que estuda ela é muito mais respeitada. Mais valorizada. A gente é bem mais respeitada e valorizada. Mas além da casa agora a gente tem mais trabalho fora”.

O que decorre é que estas processualidades em relação ao trabalho feminino, no contexto que envolve a realização das atividades cotidianamente, envolvem também a duplicidade da realização dessas tarefas, por parte das mulheres, como explica Antunes (2002, p. 108)

Ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo [...] Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria.

Refletir como se dá este processo, envolve investigar e saber o que elas pensam a respeito das experiências vividas e avaliar de que forma a busca pela escolarização refletiu em mudanças, que são ou não, perceptíveis para algumas delas – uma vez que ao traçar o caminho escolar a ser percorrido, provocarão elas, alterações nas relações de trabalho e gênero, justapostas às exigências da própria reestruturação econômica local.

⁷² Esposa 04: Professora/Pedagoga. 33 anos de idade.

4.3 O processo de escolarização das mulheres de pescadores: algumas considerações em relação à profissionalização

Na década de 1970, as trabalhadoras brasileiras eram na sua maioria jovens, solteiras e pouco escolarizadas. Na década de 1980, as mulheres com idade acima de 25 anos, chefes e cônjuges, com níveis mais elevados de instrução e com nível de renda não muito baixo, foram as que mais aumentaram sua participação no trabalho remunerado (IBGE, 2000). Nos anos 1990, década caracterizada pela intensa abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia, continuou a tendência de crescente incorporação da mulher na força de trabalho⁷³.

Várias mudanças no perfil das trabalhadoras acompanharam esse aumento de participação. Uma delas diz respeito ao perfil etário, uma vez que as mulheres entram mais cedo no mercado de trabalho; ao estado civil, onde há a inserção significativa de mulheres casadas e à escolaridade, que aumentou.

Contudo, as possibilidades que a mulher tem de responder às demandas do mercado estão intensamente condicionadas pela posição que ela ocupa na unidade familiar e pelo nível de escolarização que ela atinge. Nesta perspectiva Bruschini (1985, p. 17, 18), esclarece:

Caso, por exemplo, ela seja casada e tenha filhos pequenos, pode ser que permaneça no lar, onde sua presença é mais necessária, se os recursos familiares não forem suficientes para arcar com as despesas de apoio doméstico remunerado. Por outro lado, esses recursos freqüentemente são tão precários que os rendimentos obtidos pela mulher passam a ser vitais para a sobrevivência da família. Nesse caso, a mulher será forçada a sair de casa para trabalhar, qualquer que seja o arranjo improvisado para o cuidado das crianças. Fatores individuais e familiares, portanto, também exercem papel fundamental na determinação do ingresso da mulher no trabalho fora de casa.

⁷³ Contudo, incrementa-se, nessa última década, o desemprego feminino, indicando que o aumento de postos de trabalho para mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) feminina.

O fato de a mulher mais instruída ter maiores chances/oportunidades de ingressar no mercado de trabalho não afeta, significativamente, o padrão geral de participação feminina, por ser relativamente reduzido o número de trabalhadoras com escolaridade superior.

Apesar dos dados constatarem disso, como já verificamos nesta pesquisa, a escolarização mais avançada para as mulheres, hoje não garante ascensão profissional. Mas, se de antemão, algumas mulheres já tem conhecimento dessa problemática, o que justifica então, sua persistência na busca pela escolarização? Suplicy (1986, p. 250-259), levanta algumas hipóteses ao apontar os seguintes aspectos relacionados às transformações sociais e os novos padrões culturais:

Com a profissionalização e emancipação da mulher, o trabalho do lar virou sinônimo de coisa menor. Se antes esse trabalho suado só era percebido quando não bem feito, agora é um vexame estar restrita a ele. Como recuperar e valorizar este trabalho de forma a não torná-lo uma obrigação feminina? Pois talvez a desvalorização venha exatamente por ser uma tarefa de mulher e sem remuneração [...] Poderia ser um engano imaginar que indo estudar ou trabalhar esse vazio seria preenchido. Talvez durante algum tempo uma nova atividade, conhecimentos, preenchessem, aparentemente, uma insatisfação interna. Mas seria melhor, antes, pensar sobre essa insatisfação, esse vazio. Ele está no trabalho do lar, no cuidado dos filhos ou nela mesma? Se estiver nela mesma, ir trabalhar, será de pouca ajuda. Isso não quer dizer que o trabalho de dona-de-casa e mãe não possa ser realmente insatisfatório para muitas mulheres. Insatisfatório no sentido de que se percebem com um potencial não utilizado.

No caso das mulheres de pescadores da Vila de Palmas, houve por parte de muitas delas a iniciativa de buscar uma escolarização e as justificativas e argumentações para esta iniciativa foram diversas como relata esta esposa⁷⁴:

Eu achava que tinha que estudar mais. Por vontade própria. Tinha que ter mais conhecimento. Sempre pensei em estudar. Antes de ser professora dizia, eu queria fazer jornalismo. Mas minha mãe dizia: vai dar aula, vai dar aula! Aí comecei a dar aulas. Eu não tinha vontade de ser professora, mas acabei me realizando. Hoje eu não mudaria.

⁷⁴ Esposa 12: Professora/Pedagoga/ Ocupa cargo de chefia em órgão público e é dona de casa. 41 anos de idade.

Outra esposa que também cursou graduação em pedagogia e especializou-se em séries iniciais, coloca o seguinte:

Hoje tem bastantes professoras habilitadas. Muitas estudaram! Até porque é uma forma de arranjar emprego até mais fácil. Minha profissão é importante porque hoje até o nosso Presidente passou pelos bancos escolares. Em vida acrescentou muito. Em tudo! Hoje eu vejo que é só através do diálogo que a gente consegue alguma coisa. Hoje eu paro para ouvir, eu compreendo mais. Eu tenho mais atenção. Para os filhos e com o marido também, coisas que às vezes a gente deixava de lado, até por falta de tempo. A gente se tornou mais adulto. Mais compreensivo. Financeiramente a minha formação contribuiu bem pouco. Quer dizer, não é aquilo que se espera. Até a gente pensava que seria um pouco mais. Mas tudo bem! Mas em termos de trabalho contribuiu muito, melhorei como ser humano⁷⁵.

Porém, outras argumentaram vários motivos para não ter estudado. Entre eles: as dificuldades econômicas de sua época e os hábitos locais.

As questões culturais, envolvendo o modo de vida, evidenciado nas palavras da maioria das entrevistadas, ratificou além da eminente existência da dificuldade econômica, o 'casamento' como principal obstáculo para a não escolarização feminina. Como narram algumas delas, sobre suas próprias experiências e sobre como vêem estes aspectos em seu grupo social:

Quando eu casei daí meu marido falou: agora não precisa mais estudar, pára de trabalhar porque não precisa mais. Eu disse: o que? Não! Eu vou continuar trabalhando, se quiseres continuar casado comigo, tu fica! Mas que vou continuar trabalhando eu vou! Meu marido me deu força para estudar. Daí ele passou a me apoiar. Ele dizia vai: vai dar tudo certo. Ele dizia que comentavam no barco: ih, a tua mulher indo estudar em Tijuca... Mas ele nunca trouxe isso como problema pra dentro de casa⁷⁶.

Nessas falas o que se observa é a reflexão das mulheres sobre a busca do magistério, os motivos, o desalento com a remuneração. A constatação de que a escolarização trouxe uma condição de melhoria em relação a *status* profissional e

⁷⁵ Esposa 01: Professora/Pedagoga e Dona de casa. 41 anos de idade.

⁷⁶ Esposa 12: Professora/Pedagoga/ Ocupa cargo de chefia em órgão público e é dona de casa. 41 anos de idade.

de reconhecimento diante das pessoas da comunidade, apesar da baixa remuneração. E principalmente na perspectiva de ter adquirido conhecimento e amplitude crítica diante de sua própria cidadania.

Muitas delas atribuíram a escolha da formação em magistério aos encaminhamentos que eram dados no contexto familiar e, em virtude disso, as dificuldades encontradas eram muitas, como relata esta esposa:

Quando eu era criança o preconceito aqui era muito grande. As pessoas encaravam as coisas de uma maneira muito estranha. O homem era o maioral, ele podia fazer o que bem entendesse. A comunidade ia contra a mulher. Mesmo na minha adolescência eu já observava isso. As mulheres eram muito humilhadas. Era um tempo muito difícil. Comparando com a vida no passado as mulheres de hoje em dia, aqui, têm uma vida de rosas! Eu fiz magistério, porque desde criança eu sempre quis ser professora. Passei muita dificuldade e preconceito, ainda solteira. Depois de casada, meu marido não queria que eu trabalhasse. Chorei muito porque já tinha o meu magistério e não ia poder dar aula. Mas enfrentei, porque eu sabia que ele me proibia, porque ele se sentia mal diante dos outros. Os outros pescadores diziam pra ele no barco: tu és um chifrudo, tua mulher trabalha fora, sai sozinha enquanto tu tas aqui no mar. Depois que casei ele tirou toda minha liberdade, mas foi devido à família dele. Me proibia de trabalhar, de ir à praia. Eu não podia nem cortar meu cabelo, sem ele deixar. Maquiagem, nem pensar. Tudo isso ele dizia que era porque os outros iam falar mal de mim. Mas a parte mais triste disso tudo é que, naquela época, Deus me livre ser uma mulher separada. Daí eu agüentei tudo. Às vezes quando eu enfrentava e ia dar aula, ele depois batia em mim. Era muito difícil ser uma mulher de pescador.

As relações de gênero configuradas no passado e principalmente a relação de dominação do homem em relação à mulher ficam mais esclarecidas no depoimento dessa esposa e a mesma esposa afirma ter consciência que em comparação ao passado, hoje muitos aspectos mudaram na comunidade:

Hoje sei que algumas coisas mudaram, mas até hoje, sei de casos de mulheres que ainda são agredidas fisicamente, porque querem estudar e trabalhar. Os homens, principalmente os pescadores, eles associam isso à traição. Acho que no fundo mexe com a história de eles se acharem fracos. Que não podem sustentar uma casa. Coisa de machista. Hoje estão mais liberais. Pra mim o início de toda a mudança foi o turismo. Foi muito bom o turismo, nesse ponto abriu um pouco a cabeça dos pescadores, acho de todo mundo aqui. As mulheres ficaram mais corajosas. Acontece que os turistas são mais modernos na maneira de

ser e isso é bom para as pessoas daqui verem que muitas coisas, que os homens fazem pra mulher, está errada⁷⁷.

Observamos que a moradora atribui ao turismo, uma função determinante do 'desenvolvimento' local e, principalmente, das mudanças comportamentais e culturais na comunidade. Esta analogia que a entrevista faz em relação às alterações comportamentais dos homens e às mudanças culturais na comunidade, corroboram com a tese de que a reestruturação processada na economia, advinda do turismo, provocou alterações não somente na configuração do trabalho, mas suscitou mudanças nas relações de gênero antes estabelecidas neste grupo social.

Outro aspecto importante a ser mencionado é que, entre todas as mulheres que cursaram ensino superior, identificadas na pesquisa (sete), apenas uma delas concluiu a graduação antes de se casar. A grande maioria precisou do consentimento de seu cônjuge para voltar a estudar, como relata esta esposa:

Quando casei já tinha o 2º grau, não tinha faculdade. Casei... Trabalhei um tempo com o 2º grau e depois e comecei a faculdade em 1990. Sempre foi o meu sonho! Eu queria fazer uma faculdade, queria ter nível superior. Eu precisava. Eu acho que eu não ia me realizar se eu ficasse só com o 2º grau. Eu queria! Queria ser professora. Inspirei-me um pouco na minha irmã. E eu queria algo mais. Apesar dos outros falarem e fofocarem sobre as mulheres que saíam para estudar fora, meu marido foi forte e me incentivou⁷⁸.

Neste processo o consentimento do esposo era decisivo diante das condições culturais impostas pela comunidade local, como é possível verificar neste depoimento a seguir:

Quando não tava no barco, meu marido me ajuda em casa. Mas sempre achou, como os outros pescadores, que a mulher tinha que ficar só dentro de casa. Sempre achavam que a mulher era só pra viver pra casa e para o marido. Ficava difamada. Pra tu vê, na minha época, se uma moça não casasse virgem, no outro dia ela era devolvida pros pais.

⁷⁷ Esposa 22: Professora/Magistério e Dona de casa. 56 anos de idade.

⁷⁸ Esposa 01: Professora/Pedagoga e dona de casa. 41 anos de idade.

Então, nunca houve oportunidade pra mulher. Hoje, sim! Eu nunca trabalhei! Eu sou trinta e três anos casada e nunca pude trabalhar fora. Só agora, que ele aceitou eu trabalhar fora, mas foi porque nossa filha precisou estudar, pagar faculdade, daí precisou da minha ajuda também. A mulher antigamente casava e só podia ficar dentro de casa, cuidando das coisas e, para descansar, ela fazia artesanato. Era proibida de sair sem o marido. Só ia pra missa⁷⁹.

O preconceito arraigado na comunidade em relação a mulher ainda é forte, diante de todas as mudanças que reestruturaram não só aspectos da economia local, mas conseqüentemente modificaram hábitos e pensamentos; contudo ainda há resistências no que diz respeito a mulher. Apesar dela assumir grandes responsabilidades no lar, como afirma esta esposa:

Mas Leila, ainda hoje as pessoas falam! Ainda é difícil pra mulher de pescador. Hoje em dia, se tem um bingo, por exemplo, e o marido tá pescando no Rio Grande do Sul ou em Santos, ela não pode ir. Deus me livre, dá um falatório, sempre! Por isso que eu não consegui estudar, era impossível assim. Quando criança eu tinha que ajudar na roça e depois de casada o marido não deixava. Só fiz a 4ª série agora a pouco tempo, pra poder entender os cursinhos de manicure e de confeitaria. Hoje muita coisa mudou. Mas ainda tudo que acontece de responsabilidade dentro de casa é culpa da mãe. A mãe sempre foi mulher, mãe e pai, tudo dentro de casa. Sobra tudo pra mulher⁸⁰.

Outro aspecto suscitado na fala dessa esposa foi alertar para o fato de que em alguns casos, ou famílias, os hábitos de submissão da mulher diante do homem e do total direito de concessão masculina (subentendido pelas famílias) diante dos projetos de vida de sua esposa, não mudou nas gerações atuais. Os homens mais jovens, recém casados, perpetuam tais hábitos como afirma a mesma esposa:

Tu acredita que as gerações não mudam? A minha filha tem um namorado que proíbe ela de ir na academia. Queria se meter nos estudos dela, mas eu não deixei, credo, Deus me livre, ela não estudar. Pra minha filha eu não quero isso. Agora, eu, por exemplo, tenho que trabalhar fora, mas ainda continuo com as coisas de casa pra fazer.

⁷⁹ Esposa 02: Dona de casa, Confeitaria. 40 anos de idade.

⁸⁰ Esposa 27: Manicure, Confeitaria e Dona de casa. 51 anos de idade.

Porque a mulher de pescador sofre muito. Ela é o homem e é a mulher. Ela vive sozinha. Se ta casada 30 anos, ela vive com o marido 5 anos.

Estes depoimentos evidenciam a dimensão das dificuldades encontradas por estas mulheres, no caminho percorrido pela busca da escolarização. Apesar da emoção impregnada nas entrelinhas dessas declarações o que demarca a tênue linha que separa ou separou muitas mulheres, mulheres de pescadores, da vida escolar, envolve mais do que uma análise diante dos aspectos culturais e sócio-econômicos que são postos nas entrevistas. Envolve o 'direito' legal de simplesmente ser, de poder ir e vir, e o livre arbítrio de poder decidir por si próprias. Contudo, não é de nosso objetivo entrar aqui no âmbito legal, jurídico ou psicológico dessa problemática.

O que pretendemos aqui é despertar a reflexão para as dissonâncias encontradas nas falas de algumas entrevistadas. Ora, colocam a trajetória de vida e os aspectos relacionados ao matrimônio precoce e a autoridade masculina nesse contexto, como principal barreira no seu livre arbítrio de escolher, ter ou não ter, uma profissão, poder ou não poder freqüentar a educação formal. Às vezes, até se permitem esquecer das dificuldades relacionadas ao matrimônio, aos maus tratos físicos e psicológicos (denunciados nas falas de algumas mulheres) – elementos que constituem as relações de trabalho e gênero, configuradas na Vila de Palmas, que fazem parte do cotidiano, não somente das mulheres mais velhas, mas estão presentes nas novas gerações. Como podemos elucidar no depoimento desta esposa, consideravelmente jovem:

Meu casamento acho que pra começar é difícil a gente brigar, sou bem feliz. Já aconteceu de ele me bater, mas quando ele vai pro mar eu fico chorando. Ele liga várias vezes da rádio costeira. É difícil ficar longe. Eu queria mais tempo pra gente ficar junto. Ele é perfeito como esposo. Mas às vezes, tenho que ceder. No caso assim, não é todo lugar que eu vou. Porque não tenho como ir, porque ele não quer que eu vá. Falar em passado meu nem pensar. Ele não gosta de saber que um dia fui casada com outro. Ele não gosta de pensar que fui separada. Ele não me apóia se eu quiser voltar a estudar. Ele acha que mulher casada não precisa. Ele diz que não. Aqui já teve supletivo, mas ele disse queres ir, então fica sozinha. O dia que eu puder ir, tu vai junto comigo. Por isso, se eu tivesse uma filha ia incentivar ela primeiramente a estudar. Diria pra ela não casar nova igual eu casei. Fazer a vida dela, ser independente

financeiramente. Porque ser mulher de pescador é vida dura difícil. Quando ele vai, leva meu coração junto⁸¹.

Entretanto, esta problemática não deve ser generalizada para todo o contexto das famílias de pescadores de Palmas. Mas, verificamos que em alguns casos, a questão do autoritarismo masculino subjetivo no lar, está na crença das próprias mulheres que mesmo (o marido) longe de casa e deixando os encargos da administração das finanças do lar e da educação dos filhos na incumbência da esposa – esteja a que distância estiver – é assegurada a ele uma autoridade em relação às escolhas de sua esposa. No entanto, isto não é perceptível nos lares onde as mulheres percorreram uma formação escolar e os respectivos esposos apoiaram cada etapa desta trajetória.

Fica evidenciado que a escolarização destas mulheres influenciou, nas relações conjugais, nas percepções do cônjuge diante desta escolarização, no respeito e na cumplicidade dentro do matrimônio. Como esclarece esta esposa⁸², *“meu marido sempre me apoiou! Me ajudou bastante. Até me deu dinheiro para pagar inscrição na época de vestibular. Nunca tive problemas com ele sobre isso. Talvez até porque ele não teve oportunidade de estudar e ele sofre muito com isso”*. Estes podem ser aspectos positivos em relação ao apoio e à mudança de postura de alguns pescadores em relação à escolarização de suas mulheres. Entretanto, verifica-se que certa forma as mulheres introjetaram as relações desiguais entre homem-mulher e acreditam que foi uma ‘concessão’ do marido, o direito dela estudar e evidentemente, outras nuances contribuíram para configurar as alterações nas relações de trabalho e gênero em Palmas.

Essa mesma esposa ao comparar estes aspectos supramencionados, em relação às transformações econômicas e culturais configurado na Vila, lembra o seguinte:

Alguns contam que elas iam pra a roça trabalhar, plantavam, levavam os filhos junto. Antes o estudo para a mulher era os afazeres do lar. A mulher era preparada para o casamento. Para ser dona de casa e casar cedo. Hoje a mulher que ficava mais em casa, ela já começou a sair, a

⁸¹ Esposa 05: Dona de casa, Costureira e microempresária. 26 anos de idade.

⁸² Esposa 01: Professora/Pedagoga e Dona de casa. 41 anos de idade.

procurar trabalho fora. Algumas voltaram a estudar! Veio com o progresso dos hotéis por causa do turismo, daí o pessoal começou com outros tipos de trabalho. Daí as mulheres começaram a também fazer faxina na casa dos turistas. Principalmente no verão, o pessoal começou a trabalhar fora, as mulheradas saíram de casa para o trabalho. Hoje a mulher é mais liberal. Ela tornou-se mais liberal! Ela com a comunidade e com ela mesma. Ela se libertou um pouco. Essa questão assim oh: ai, eu não posso fazer isso porque sou casada. Eu não posso estudar a noite porque eu sou casada! Acabou.

Esta mesma esposa menciona em sua fala sobre o controle masculino configurado neste grupo social e a situação de enfrentamento e persistência de algumas delas:

Me questionaram muito isso e questionavam me lembro quando eu comecei a estudar a noite, a fazer faculdade, muitos questionavam o meu marido no barco. Diziam: Deixasse a tua mulher estudar a noite? Estudar? Isso hoje já mudou bastante. Ele sofreu algumas pressões no barco. Até mexiam com ele: imagine, tua mulher vai estudar a noite, longe! De repente a gente até a gente abriu um leque para outras! Daí eles perceberam que realmente necessitava estudar. Hoje a maioria que não tinha o 2º grau está fazendo supletivo. O CEJA que deu muito essa oportunidade delas voltarem a estudar. Teve CEJA aqui e foi onde a maioria fez o supletivo. Hoje eu vejo até assim oh: melhorou até no casamento! Vamos dizer assim, a mulher hoje ela se vê assim: não deu certo o casamento eu não vou aturar! Eu já tenho meios para sobreviver sem o marido. Eu posso estudar! Eu posso trabalhar! E antes a mulher ficava submissa. Tinha que ficar ali, aceitar, sofrer e ficar calada.

Observa-se que as mudanças processadas nas relações de gênero e nas novas constituições das atividades de trabalho nesta Vila, além de manterem uma estrita relação com a mudança de homens e mulheres, nesse contexto, estão também relacionadas às alterações processadas na estrutura econômica da Vila. Como confirma esta esposa:

Foi por causa do turismo que tudo mudou. Tivemos mais trabalho e nossos maridos aprenderam a nos respeitar um pouco mais. Vejo que as turistas que vieram para cá de fio dental e sem maridos ajudaram nisso. É engraçado, mas é verdade. Eles aprenderam a ficar mais liberais⁸³.

⁸³ Esposa 01: Professora/Pedagoga e Dona de casa. 41 anos de idade.

Atribuindo as mudanças econômicas, culturais e até mesmo a escolarização, às contribuições advindas do setor turístico.

Compreende-se então que tais fenômenos engendram uma relação de integração e de simbiose, se assim podemos dizer; pois ao passo que as mulheres buscam uma escolarização, argumentando à necessidade de adequação à inserção nas novas atividades relacionadas ao mercado de trabalho local. O próprio mercado de trabalho local é fomentado pela força de trabalho que em sua grande maioria não escolarizou.

Paradoxalmente, dentre as mulheres que conquistaram o nível superior, nenhuma delas ocupa algum cargo no setor turístico. Todas trabalham no serviço público e cursaram a graduação em Pedagogia. O que suscita algumas relações parcialmente esclarecidas pelas próprias mulheres entrevistadas.

Uma das mulheres⁸⁴, justificativa a escolha da área pedagógica por todas as mulheres que decidem voltar a estudar, explicando, *“eu, por exemplo, fiz pedagogia. Educação infantil e séries iniciais e pós-graduação. Pra mim foi por que é um curso mais barato de se fazer e também era perto. Em tijucas e já tinha uma turma fazendo e me facilitou. Acho que todas fizeram por causa disso”*.

Já outra esposa⁸⁵ levanta uma outra hipótese além dessa relacionada à tradição familiar e cultural, *“acredito que a maioria de nós se tornou professora porque isso já vem de antigamente, das nossas famílias. Uma mulher só poderia ter outra profissão, se fosse pra ser professorinha. Daí não ficava mal falada e não incomodava a família”*.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE e do Censo da Educação Superior⁸⁶, enquanto “na sociedade brasileira as mulheres representam 51,3% da população, nos *campi* elas tiveram participação de 55,9% do total de 4.453.156 matrículas registradas em 2005”. Os dados do Censo da Educação Superior também revelam que, em 2005, “entre os 10 maiores cursos de graduação existentes no país, as mulheres eram maioria em cinco deles,

⁸⁴ Esposa 04: Professora/Pedagoga. 33 anos de idade.

⁸⁵ Esposa 01: Professora/Pedagoga e Dona de casa. 41 anos de idade.

⁸⁶ Disponível em: www.inep.gov.br/informativo/2007/ed_150.htm

sobretudo em Pedagogia e Letras, em que detinham, respectivamente, 91,3% e 80% do total de matrículas⁸⁷”.

Estes dados confirmam as informações coletadas nesta pesquisa. Seja no âmbito nacional ou local, os motivos que impulsionam e/ou limitam as mulheres fazerem suas escolhas, em maioria, pela área pedagógica é decorrente de uma relação entre dois aspectos: o financeiro e o cultural. Em muitos depoimentos, as entrevistadas declararam as dificuldades econômicas encontradas pela família, ainda na infância e na adolescência. Outro aspecto muito marcado (ratificado) nas falas das mulheres foi a questão cultural. Os paradigmas, os valores filosóficos, morais e religiosos que se processam nos hábitos do grupo social, do qual elas fazem parte, foram colocados por elas, como fatores limitantes na busca pela escolarização.

⁸⁷ Observa-se que estas profissões são tipicamente femininas. A despeito desse fato, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP revelam que houve, nos últimos anos, um aumento significativo da inserção feminina nos cursos técnicos e superiores nas áreas de ciências exatas, espaço de predominância masculina. É o que pode ser constatado na comparação dos dados de 1991 e 2002 do Censo da Educação Superior realizado pelo INEP/MEC): em 12 anos, o número de alunas nas engenharias cresceu de 25,5 mil para 42,8 mil – um aumento de 67,8%. No mesmo período, a quantidade de homens nesses cursos ampliou 38,7%. Com essa diferença, a representatividade feminina em relação ao total de matrículas subiu de 17,4% para 20,3%. Fica evidente que ainda há muito espaço para as mulheres conquistarem no futuro.

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força de trabalho feminina, embora crescente no país, é menos expressiva que é profissionalmente marginal em relação à força de trabalho masculina. Apesar de a mulher ser maioria na população do país⁸⁸, sua participação no mercado de trabalho é de apenas 35,5%⁸⁹. Além disso, a grande maioria das mulheres que participam do mercado de trabalho exerce apenas atividades de média e baixa qualificação profissional, fator que está relacionado, genericamente, também ao nível de escolarização.

O estudo das relações de gênero em uma comunidade agrícola-pesqueira, que passou por uma transformação econômica, onde a divisão sexual do trabalho (dentro e fora do lar) apresenta nuances relacionadas à tradição cultural local – neste caso, de colonização açoriana – proporcionou uma riqueza de detalhes obtidos através do trabalho de campo para esta pesquisa. Outra problemática refere-se à questão da tripla jornada de trabalho. Se, por um lado, as mulheres assumiram funções importantes na esfera profissional e alcançaram posições sociais de respeito, por outro lado, na vida familiar, quase tudo continua como antes. As tarefas domésticas ainda recaem exclusivamente sobre as costas da esposa-mãe que, além de trabalhar fora para pagar as despesas da casa, tem de arcar com a responsabilidade de cuidar dos filhos, preparar a comida, lavar, passar, limpar; elas têm uma vida diária bastante assoberbada de trabalho, para ajudar a garantir a sobrevivência da família. São donas de casa que cumprem dupla jornada de trabalho e na maioria dos casos pesquisados, apenas transpõem para fora de seu lar as tarefas já executadas dentro de casa, para seu novo

⁸⁸ “Seis milhões de mulheres a mais: A proporção entre a população masculina e feminina vêm diminuindo paulatinamente no Brasil. Em 1980, haviam 98,7 homens para cada 100 mulheres, proporção que caiu para 97% em 2000 e será de 95% em 2050” (IBGE, 2004).

⁸⁹ Conforme dados do IBGE (2004).

trabalho. Na verdade, é tripla jornada porque também se dedicam a retomar os estudos no ensino formal e/ou profissionalizante.

O caráter patriarcal machista da sociedade brasileira está na base da marginalização profissional da mulher, pois segundo fonte do IBGE ⁹⁰, além de receberem baixa remuneração e de exercerem a dupla jornada de trabalho, em determinados grupos sociais, as mulheres são vítimas de preconceitos, por exemplo, o da chamada "inferioridade" do sexo feminino em relação ao masculino, apesar de não ser manifestado abertamente ou da possibilidade de exercerem determinadas funções com "características femininas".

Todos os aspectos supramencionados estão configurados no âmbito nacional, mas fazem parte do micro-universo manifestado na cultura local, no cotidiano e na história processada pelos moradores da Vila de Palmas, uma vez que a globalização da economia e a revolução informacional levou a lugares periféricos do globo (como é o caso de Palmas) novas formas de comunicação e deslocamentos – antes não integradas ao cotidiano dos moradores locais – como é o caso da Internet, de helipontos (em hotéis), por exemplo.

Em relação aos processos que nortearam as alterações na estrutura econômica da Vila de Palmas, consideramos o fato de que, até meados 1970 (momento em que o litoral catarinense começa a ser foco de migração e mais acentuada ocupação para veraneio/turismo), apresentava uma economia alicerçada na pequena produção mercantil e processava, neste ínterim, relações de trabalho e comércio também pautados na agricultura de subsistência e na pesca artesanal. Porém, estas características sofreram mudanças, conforme alterações no próprio uso da terra e nos recursos obtidos que foram deixando de ser significantes para os moradores locais.

Foi possível diagnosticar, através do estudo sobre a história de ocupação da Vila, que os respectivos moradores (nativos) passaram, e ainda passam, por um processo de mudança de identidade cultural e isto ficou perceptível nos emocionados depoimentos disponibilizados por eles. Isto decorre das

⁹⁰ Em Estatísticas Históricas do Brasil. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico

transformações que, num processo cumulativo de mudanças, no próprio sistema capitalista – que contribui para as transformações no mundo do trabalho e rege a produção e a existência da vida humana – vêm provocando alterações nas várias esferas, em nível macro e micro na constituição histórica dos grupos sociais.

Não foi somente a decadência da pesca artesanal e a extinção da agricultura de subsistência que estruturou a condição socioeconômica atual, pois, a inserção do turismo como nova atividade econômica, não só dinamizou a economia local, como também deflagrou novas relações de trabalho e gênero, bem como, novas relações sociais na Vila de Palmas.

Considerando que poucos nativos remanescentes ainda persistem na prática do arrastão (durante o inverno) e a agricultura desapareceu por completo, hoje, se fizermos um passeio pela região, poderemos até dizer, acertadamente, que os dias atuais em nada lembram o passado na lavoura e na pesca artesanal. Em Palmas, para os moradores mais antigos, a ligação com a terra, hoje, tem outro sentido – delineado pela especulação imobiliária.

Atualmente a maioria dos homens está trabalhando na indústria pesqueira, nos barcos em alto mar. Aos que não se adaptaram a atividade como pescador profissional (na pesca industrial) restou como alternativa, o trabalho na construção civil, na vigilância (em empresas de segurança), como caseiros, em serviços gerais, entre outras atividades geralmente relacionadas ao setor hoteleiro.

A mudança na estrutura econômica de Palmas foi decorrente de um processo que envolveu, aos poucos, a dissolução dos métodos do fazer artesanal – que apesar de mostrar já no passado, mesclas de relações mercantilistas nos intercâmbios de troca e compra de mercadorias estavam, porém, alicerçados na agricultura de subsistência e na pesca – para concorrer com a total mercantilização da economia que teve como resposta a monetarização da economia local. Esta subsidiada por uma reestruturação econômica que se nutriu dos recursos naturais disponibilizados e configurados na paisagem de Palmas – que neste caso, em particular, veio a ser a atividade turística.

A partir da inserção dos homens na pesca industrial, os papéis de ‘chefe’ de família inverteram-se. Pelo fato de terem os esposos que se ausentarem de casa

em função do trabalho, permanecendo por vezes até dois meses longe do lar, as mulheres ficaram responsáveis pela educação da prole, a administrando da casa e a manutenção organizacional da instituição familiar. Entretanto, esta condição da mulher, de 'chefe' de família, é uma condição de liderança situacional, provisória, em função do afastamento do esposo.

Neste processo, algumas das mulheres de pescadores, não limitaram seus cotidianos somente aos afazeres do lar e iniciaram uma caminhada em busca da escolarização. Hoje, das 40 mulheres de pescadores identificadas em Palmas, ainda que, apenas sete delas tenham concluído o ensino superior, as outras mulheres que concluíram o ensino fundamental, médio ou mesmo as que nunca passaram por nenhum processo na educação formal, todas elas realizaram algum tipo de curso profissionalizante, sendo os cursos mais procurados, os de cozinheira, costureira e outros que envolvem técnicas de artesanato – atividades consideradas tipicamente femininas.

O turismo intensificou a variedade de trabalhos em Palmas, a maioria deles estabelecidos no âmbito dos serviços gerais/domésticos. Postos de trabalho que estão sendo ocupados, em sua grande maioria, pela força de trabalho feminina. Nesse contexto, identificou-se o fenômeno da terceirização da economia em Palmas, como algo que, ao mesmo tempo que contribui para o surgimento de novas oportunidades de trabalho na região, configura um processo de precarização para as mulheres que exercem tais atividades.

O turismo aparece como um novo espaço de oferta de trabalho, principalmente para as mulheres, e naquelas atividades que já executam no âmbito familiar. Ou seja, oportuniza uma continuidade do trabalho doméstico em um "lócus" diferenciado.

Nesse sentido, as constatações advindas dessa pesquisa corroboram com estudos similares realizados em comunidades pesqueiras, como a pesquisa de Amorim (2005), sobre o trabalho feminino na maricultura, e a de Lago (1983) em uma comunidade da Ilha de Santa Catarina (Praia de Canasvieiras) cujos habitantes viviam da lavoura e da pesca num passado recente, passando por um intenso processo de urbanização, transformando-se rapidamente em balneário.

Constatamos, outrossim, com este estudo, que houve mudanças nas relações de trabalho na Vila de Palmas, em decorrência da reestruturação econômica local. Esta reestruturação envolveu um processo de alteração da base econômica antes vinculada à subsistência e à pequena produção mercantil, e que, em meados de 1980, passou a alterar-se em função do crescimento urbano local e do turismo, impulsionando o surgimento de novas atividades econômicas, relacionadas à construção civil, à hotelaria e gastronomia.

Outro aspecto investigado foi o modo como estavam configuradas as relações de gênero e a divisão sexual de trabalho no passado e o modo como estão dispostas atualmente. O processo de reestruturação econômica local, alicerçada no turismo, resultou numa alteração das relações no âmbito familiar, especialmente no que concerne à participação e à representatividade da figura feminina nesse contexto. No entanto, a conquista processada por uma parcela dessas mulheres, não significou, para esta comunidade, uma democratização das relações de trabalho e de gênero, uma vez que das 40 mulheres entrevistadas apenas uma declarou não ser coagida pela figura masculina (seu esposo) no que diz respeito às suas escolhas relacionadas ao trabalho fora de casa ou aos estudos.

Cabe ressaltar que essas mulheres no decorrer dessa busca e de suas conseqüentes conquistas individuais provocaram significativas alterações no modo de vida local. Pois, com suas investidas no mundo do trabalho e em sua própria educação/formação profissional colocaram novas expectativas para as gerações futuras, traçando suas trajetórias de vida e afirmando o seu espaço público.

Todavia, no que tange à capacidade crítica de avaliar as alterações nas relações de gênero a partir das transformações econômicas e da educação, a maioria das mulheres não tem consciência crítica de que a dominação masculina se mantém, uma vez que se observou em suas falas, uma certa “naturalização” da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, compartilhamos com as constatações do estudo de Amorim (2005, p. 165) quando destaca que “no imaginário social firmam-se crenças que prescrevem às mulheres os trabalhos de menor visibilidade social”.

Nesta perspectiva de análise, Fonseca (2000, p. 22), destaca que, “o que legitima a dominação é a visão ‘naturalizada’ no que diz respeito à posição ocupada por homens e mulheres”. É entendido, portanto, “como componente fortemente marcado/marcante pelo/do poder simbólico, que para além de estruturar as próprias identidades subjetivas de homens e mulheres, revela-se como classificador e divisor do próprio mundo social” (FONSECA, 2000, p. 21). Em Palmas, os cuidados das mulheres com os afazeres domésticos e a processualidade dessas tarefas para além do espaço do próprio lar, preconiza e fortalece a crença social (na concepção deste grupo social) dos ‘papéis’ que a mulher ‘deve e pode exercer’.

Retomando, pois, as questões iniciais da pesquisa, constatou-se que a reestruturação econômica local passou a exigir dos moradores uma demanda por qualificação profissional⁹¹, o que, conseqüentemente, delineou uma nova configuração no trabalho e nas relações de gênero estruturadas em Palmas, visto que a própria divisão sexual do trabalho que antes estava restringia às mulheres a participação nos afazeres domésticos e cuidados com a prole passou a ser mais ampla. A partir desta reestruturação econômica uma parcela⁹² das mulheres desenhou uma trajetória de busca pela educação formal, seja nos serviços no setor público ou privado inserindo-se no mercado de trabalho.

A condição de precarização das atividades exercidas por estas mulheres – foi outra questão suscitada no decorrer desta pesquisa – obviamente dar-se-á pela condição de expropriação que o próprio sistema do capital faz no âmbito de outras atividades de trabalho. No entanto, para as mulheres de pescadores o que veio a caracterizar esta condição de precarização é o fato de que as atividades exercidas nos postos de trabalho, fora de casa, são em sua maioria⁹³, as mesmas atividades exercidas em seu lar, tais como: cozinheira, faxineira, camareira, entre outras.

⁹¹ Daí insere-se a análise sobre a condição de inserção da mulher neste processo, posto que, declarado nas entrevistas, a própria condição feminina, é subjugada pela dominação masculina, neste grupo social.

⁹² Das 40 entrevistadas, apenas duas nunca estudaram/não estão alfabetizadas.

⁹³ Das 40 entrevistadas, apenas 07 ocupam cargos em serviços públicos. Todas as outras exercem atividades relacionadas a setor hoteleiro.

Nesse caso a pesquisa revelou que para esse grupo de mulheres houve uma simples transposição do trabalho doméstico para o trabalho exercido fora de casa.

Queremos dinamizar aqui, uma reflexão acerca da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho e no âmbito dos níveis de escolarização obtidos, que, entretanto, é ofuscada pela brutal precarização das suas condições de trabalho. No decorrer desse estudo trouxemos dados de que, no mundo inteiro, elas recebem os piores salários e são protagonistas de contratos parciais e temporários. É fato que a divisão social e sexual do trabalho, na configuração assumida pelo capitalismo contemporâneo, intensifica fortemente a exploração do trabalho, fazendo-o, entretanto, de modo ainda mais acentuado em relação ao mundo do trabalho feminino.

A pesquisa de campo revelou que se, por um lado, as mulheres assumiram funções importantes na esfera profissional e alcançaram melhores posições sociais, por outro lado, na vida esfera familiar, praticamente não houve mudanças. As tarefas domésticas ainda recaem exclusivamente sob a responsabilidade da esposa-mãe a qual, além de trabalhar fora de casa para manter o pagamento das despesas do lar, tem de arcar com a responsabilidade de cuidar dos filhos e da administração do lar (preparar a comida, lavar, passar, limpar). São donas de casa que cumprem tripla jornada de trabalho, e na maioria dos casos pesquisados, fora do lar desempenham as mesmas atividades domésticas⁹⁴.

Contra-pondo-se a essas dificuldades, as mulheres ainda perseveraram na busca pela escolarização, objetivando um futuro mais promissor com a possível aquisição de um grau de escolaridade de nível superior. Algumas declarações das mulheres entrevistadas foram sobremaneira marcantes e denotavam ampla convicção acerca do papel que a educação representou nas suas vidas:

Se eu não tivesse feito a graduação eu seria uma dona de casa. Eu ia ficar uma 'anta' dentro de casa, só nesse mundinho. E, assim não! Abri novos caminhos, conheci muitas outras coisas. Queria que minha filha

⁹⁴ Na verdade, é tripla a jornada de trabalho, porque também se dedicam a retomar os estudos no ensino formal e/ou profissionalizante no intento de conseguirem uma melhor inserção profissional no mercado de trabalho.

entendesse que é muito, muito importante estudar, ter uma profissão. Diria pra ela pensar bastante antes de agir! Não se precipitar em nada ⁹⁵.

Mas, nessa busca pela escolarização, constata-se que a mulher integra-se ao mercado de trabalho sob as mais variadas condições, efetivando a lógica do mercado, confirmando que o capitalismo, ao mesmo tempo em que cria condições para a emancipação feminina, acentua a sua exploração ao estabelecer uma relação aparentemente "harmônica" entre a mulher e o trabalho, criando formas diferenciadas de extração do trabalho excedente. Quando se toma o trabalho em seu sentido ontológico, se pode ver que ele possibilita um salto efetivo no longo processo da emancipação feminina. E, na medida em que a mulher se torna assalariada, ela tem também a possibilidade de lutar pela conquista da sua emancipação, pois se torna parte integrante do conjunto da classe trabalhadora.

Quanto ao trabalho feminino vimos que, pela teoria marxista do valor, ele é inteiramente autônomo, desvinculado da sociedade e mais uma vez muito parecido economicamente com o ar que respiramos. Essencial, fundamental, vital, mas inteiramente sem valor, sem preço. Esta é a base econômica que sustenta a autonomia feminina e seu distanciamento do mundo áspero do trabalho social e das relações sociais que vigoram. A mulher expressa, assim, de forma autônoma, uma verdade, uma experiência e uma gama de necessidades que embora não diretamente vinculadas à realidade produtiva são componentes que devem ser incorporados à política e nela serão essenciais.

Certa dos cuidados que um pesquisador deve ter ao analisar o discurso e as subjetividades impregnadas nas entrevistas – enquanto nativa e pesquisadora – chamo a atenção para uma reflexão sobre o que elas mesmas pensam sobre suas vidas e suas decisões. Se pudessem fariam um caminho diferente? Será que elas próprias, inconscientemente ou naturalmente, incorporaram a supremacia masculina em suas vidas? O fato de, no decorrer de suas trajetórias, terem sempre ficado sob a tutela de alguém – na infância, dos pais; e na fase adulta, do esposo – condicionou esta situação hegemônica masculina nessa comunidade?

⁹⁵ Esposa 07: Professora/Pedagoga. 29 anos de idade.

A fala que vem a seguir nos confirma a naturalização dessas mulheres, em relação à dominância masculina, neste grupo social e a forma com que algumas delas inconscientemente transferem estas crenças para as gerações futuras, ao passo que o discurso (contraditório) de antemão não nos represente isso:

Se eu pudesse escrevia minha história diferente. mas não sei se conseguiria, porque lá na minha época, as condições e as pessoas seriam as mesmas. hoje vivo a vida de uma mulher de pescador, que pra mim é uma vida muito triste. a gente fica muito sozinha. mulher de pescador é o pai e a mãe. ela é responsável por tudo. não quero esse destino pra minha filha. Mas acho que sou feliz⁹⁶.

Deve-se aqui relativizar, na medida em que há uma “abertura de horizontes” para esse processo de conscientização. Algumas delas ao relatar sobre as dificuldades no casamento, no que representa ser mulher neste grupo social onde está integrada, declararam que mesmo gostam de suas vidas, mas que gostariam que para suas filhas, as “coisas fossem diferentes”.

Esta informação corrobora com a reflexão proposta por Meszáros (2005, p. 45) sobre “a educação formal” e as perspectivas condicionadas por quem a conquista, acreditando que se tornará essencial no processo de busca pela escolarização, equivocando-se. Isto porque, segundo o autor, é a educação formal “a força ideologicamente primária que consolida o capital”. Por isso, conclui Meszáros (p. 45), “também não é capaz, por si só, de fornecer uma alternativa emancipadora radical”.

De tal modo que as conclusões desta pesquisa vão de encontro às premissas de que pela educação (escolarização) as pessoas se emancipam e assumem consciência crítica, pois nem sempre isso acontece. No caso das mulheres entrevistadas, o que desvela este aspecto é a condição de submissão, evidenciada em seus depoimentos, ainda que, esta condição seja muitas vezes imperceptível a elas. Assim, quando uma das entrevistadas refere-se ao seu esposo dizendo: *Me ajudou bastante. Até me deu dinheiro para pagar inscrição na*

⁹⁶ Esposa 02: Dona de casa e faxineira. 40 anos de idade.

*época de vestibular e não me proibiu de estudar*⁹⁷, o que ela considera um privilégio “concedido” por seu esposo, está intimamente relacionado com a esfera da liberdade, da emancipação humana, da autonomia decisória.

Este debate transcende a perspectiva teórico-empírica do presente estudo, que nesse aspecto não pretende abarcar a reflexão filosófica e sociocultural que merece o tema. Por outro lado, suscita uma reflexão para a retórica de que, na contemporaneidade, a mulher conquistou liberdade de expressão, pois os depoimentos obtidos revelam que ainda permanece uma “liberdade relativa” para este grupo de mulheres, associada a um domínio de ordem moral, sutilmente imposto nesse grupo social.

Diante das constatações desse estudo, na condição de pesquisadora e, ao mesmo tempo, identificando-me como mulher nativa, integrante da comunidade da Vila de Palmas, filha de pescador e de uma professora; avalio a relevância desta pesquisa em minha vida acadêmica, pois neste sentido, proporcionou-me um maior entendimento acerca de uma interpretação científica a respeito das implicações da diversificação das atividades econômicas no trabalho e nas relações de gênero neste lugar.

E, a despeito das limitações do presente estudo, face ao delineamento e delimitação do tema, salientamos que esta pesquisa pode suscitar novos estudos críticos sobre o papel da educação na perspectiva de análise das relações de gênero, bem como, deixamos como proposta, a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas que envolvam a tríade: gênero/trabalho/subjetividade das mulheres de pescadores. Ou ainda, temas relacionados à participação das mulheres nas decisões políticas, nas relações de poder, justapostas às questões culturais presentes na vida dessa comunidade. Um outro estudo que poderá ser conduzido, diz respeito à inserção no mercado de trabalho, qualificação profissional e precarização do trabalho feminino na atividade turística, em comunidades pesqueiras.

⁹⁷ Esposa 01: Professora/Pedagoga e Dona de casa. 41 anos de idade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **Especialização flexível e Gêneros: debates atuais.** (Artigo)São Paulo em Perspectiva, V.8: 52-57, jan/mar, ano de 1994.

ALVES, Júnior Almir. **Governador Celso Ramos: ocupação histórica.** Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, 2002/02.

ALVES, Giovanni. **O mundo do trabalho no Brasil.** Revista Autor. Artigo publicado em 2005. Disponível em: www.revistaautor.com.br – Acesso em 23 de jun. de 2006.

ALVES, Rogério Alvim. **Discriminação no trabalho.** Disponível em: www.brazilnewspacer.ca/edicoes/2005_capa.htm. Acessado em 02 de fevereiro de 2007.

AMORIM, Luciana Martins. **Mulheres na Economia Solidária: Reflexos da Reestruturação Produtiva** – o caso das maricultoras associadas à Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina. Dissertação [Mestrado em Administração] – Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, UFSC, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

BERNARDES, Roberto. **Trabalho: a centralidade de uma categoria analítica.** Revista: São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade: São Paulo. Vol.08, jan/mar, 1994.

BIANCHETTI, Lucídio; PALANGANA, Isilda Campaner. **Sobre a Relação Histórica entre Escola e Sistema Produtivo: Desafios Qualificacionais.** Boletim Técnico do SENAC- Florianópolis, volume 26, nº 02/ maio-agosto de 2000.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho feminino no Brasil:** avaliação dos anos oitenta e perspectivas para o futuro. In: A mulher no mundo do trabalho. São Paulo: Ildes/FES, dez. 1995.

_____; Conselho Estadual da Condição Feminina (SP). **Mulher e trabalho:** uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. **O progresso das mulheres no Brasil.** Disponível em: www.mulheresnobreasil.org.br/pdf/PMB_Cap3.pdf - acessado em: 01 de fevereiro de 2007.

CAMPOS, Nazareno J. de; MACHADO, Ewerton Vieira; SILVA, Célia Maria e. **A (Re) produção do espaço litorâneo catarinense.** In: Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

CAMPOS, Nazareno J. de. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

CANHA, Clarisse. **A mulher açoriana nas pescas.** 2004. Disponível em: www.womenfisheries.net - Acesso em 20 jun. 2006.

CASACA, Sara Falcão. **Flexibilidade, emprego e relações de gênero: a situação de Portugal no contexto da União Européia.** In: Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades. KOVÁCS. Lona (Org.), 2005.

_____. **Flexibilidade, precariedade e relações de gênero nos novos setores dos serviços.** In: **O Mosaico do Trabalho na sociedade contemporânea: perspectivas e inovações.** PICCININI; HOLZMANN; KOVÁCS; GUIMARÃES (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 2. ed São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antonio David. & HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia.** UFRGS Editora, 2006.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições.** Campinas: Alínea, 2002.

FIGUEIREDO, Nebia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científica.** São Caetano do Sul (SP): Difusão Editora, 2004.

FISCHER, Maria Clara Bueno. ZIEBELL, Clair Ribeiro. In: PIKANÇO, Iraci. TIRIBA, Lia (Org.). **Saberes da experiência e o protagonismo das mulheres: construindo e desconstruindo relações entre esferas da população e da reprodução.** Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

FONSECA, Tania Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho.** Petrópolis Vozes, 2000.

GUIMARÃES, Valeska Nahas. et al. **Gênero e trabalho no limiar do século xxi: inserção profissional da mulher no contexto da reconfiguração no mundo do trabalho/** Estudo interdisciplinar e interinstitucional nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul: Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho (NINEIT/UFSC) e Grupo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho (GINEIT/UFRGS), Projeto: Ano 2006.

_____. **Reestruturação produtiva e formas alternativas de gestão: reflexões sobre o contexto brasileiro.** Projeto de Cooperação CAPES/GRICES/UFSC/SOCIUS/ISEG/UTL/NINEIT. Programa de Pós-Graduação em Administração. Working Paper apresentado em Portugal nov/2003.

_____; SECCHI, Leonardo. **Flexibilização das relações de trabalho, qualidade de vida do trabalhador e emprego: estudo exploratório na indústria hoteleira de Santa Catarina.** Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho- NINEIT/UFSC, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História.** 4ª publicação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Editora ERA: São Paulo, v. 35, nº 02, mar./abril de 1995, p. 57-63).

GROSSI, M; MIGUEL, S. **A trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre mulher no Brasil.** Mimeo, 1990.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, c. 349p. ISBN 8515006790 : (broch.) 1992.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho.** Artigo publicado em 1993. http://www.adufpbjp.com.br/publica/conceitos/7/art_01.pdf – Acessado em 21 de janeiro de 2007.

HOLZMANN, Lorena. **Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas.** Sociologias no.4 Porto Alegre Jul/Dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo> – Acesso em 16 jun. 2006.

_____. **Divisão sexual do trabalho.** In: CATTANI, Antônio David (Org.). Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

IANNI, Otávio. **O mundo do trabalho**. Revista: São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade: São Paulo. Vol.08, jan/mar, 1994.

_____. **A crise de paradigmas na Sociologia**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais/ANPOCS*, N^o. 13, Ano 5, jun, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. www.ibge.gov.br

Instituto Nacional de estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Participação da sociedade na Educação Superior por sexo: Brasil 2005. Participação das mulheres no ensino superior**. Disponível em: www.inep.gov.br/informativo/2007/ed_150.htm - acessado em: 09 de março de 2007.

JOANA, Maria Pedro. **Mulheres – Século XIX**. (Artigo) Anais: Fazendo Gênero. Seminário de estudos sobre a mulher. UFSC, 1996.

KOVÁCS, Ilona (Org). **Flexibilidade de emprego**. Riscos e oportunidades. Celta Editora: Oeiras, Portugal, 2005.

LAGE, Janaina. **Mulheres estudam mais, mas ganham 30% menos que homens** Folha On-line, 24 de fev. de 2005. www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u93713.shtml – Acessado em janeiro de 2007.

LAGO, Mara Coelho de Souza; Universidade Federal de Santa Catarina. **Memória de uma comunidade que se transforma**: de localidade agrícola-pesqueira a balneário. 1983. 144f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina**: a transformação dos espaços geográficos. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.

LENZI, Cristiano Luis; LEIS, Hector. **Do progresso ao "modelo catarinense": rupturas e continuidades na visão do desenvolvimento**. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. 2004.

LISBOA, Teresa Kleba. **Um olhar por baixo do tapete: mulheres terceirizadas**. Revista Mulher e Trabalho. FEE. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2004/artigo> - Acesso em 18 jun. 2006.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. volume I. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I-Feuerbach)**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993

MÉSZAROS, Istvan. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MICHELAT, G. **Sobre a utilização de entrevistas não diretivas**. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo : Polis, p. 191-202, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

NASCIMENTO, Leila Procópio do. **Palmas: De Vila agrícola-pesqueira a balneário turístico**. Trabalho de Conclusão de Curso [TCC] – Departamento de Geociências – UFSC, 2007.

_____. BUNN, Denise Aparecida. FACCINI, Patrícia R; Aguiar, Michele Z. Machado & PORTO FILHO, Érico. **Percepção sobre a qualidade de vida dos moradores da Vila de Palmas, município de Governador Celso Ramos - SC**. Publicado nos Anais da XXIV Semana de Geografia da UFSC (SEMAGEo) 2003. Disponível em: www.cfh.ufsc.br/~gcn/semageo%2025/index.htm

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, MARIA ALICE. **Educação, saber e produção em Marx e Engels**. Editora Cortez, 2ª ed, 1993.

NÚCLEO TEMÁTICO DE GÊNERO. **Gênero: de onde vens, para onde vais?** Revista: Gênero/Ecola Sul/ CUT: Escola Sul. Caderno não datado (sd).

OLINTO, Gilda; OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. **A inserção no trabalho segundo a condição na família: dados da PNAD 2001 para o Brasil urbano**. Porto Alegre, Revista Mulher e Trabalho, 2004, volume 04. Disponível em: www.fee.org.br – Acessado em 11 de janeiro de 2007.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A Produção do turismo** : fetichismo e dependência. Campinas: Alínea, 2005.

_____. **Turismo em Florianópolis : uma crítica a "indústria pós-moderna"**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, T. B. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

PICCININI, Carolina; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; RÜBENICH, Nilson Varella. **Formal, flexível ou informal? Reflexões sobre o trabalho no Brasil**. In: **O Mosaico do Trabalho na sociedade contemporânea: perspectivas e inovações**. PICCININI; HOLZMANN; KOVÁCS; GUIMARÃES (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PELUSO, Vitor Antônio Jr. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

RAMOS, Ivoneti da Silva. **Mulheres no terceiro setor da economia: o mito da emancipação feminina**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Economia. Florianópolis, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl São Paulo: Atlas, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. - Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **Emprego domestico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

SANTOS, Robinson dos. **Considerações sobre a educação na perspectiva marxiana**. Revista Espaço acadêmico, no 44, jan de 2005. www.espacoacademico.com.br/044/44pc_santos.htm

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 309p ISBN 8586501239 (encad), 2002.

_____. **A mulher trabalhadora.** In: DUBY, Georges. PERROT, Michelle. História das mulheres do ocidente. V. 4: o século XIX. São Paulo: EBRADIL, 1990.

SEGNINI, Liliana R. Petrilli. **Mulheres no trabalho bancário:** difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do novo homem e da nova mulher:** relações de gênero e subjetividades no devir MST - 1979/2000. CFH – PPGH. Florianópolis, 2003.

_____. **Gênero e sexualidade nos livros didáticos de História: Algumas questões sobre produções de subjetividades.** Anais do VII Seminário Fazendo Gênero – UFSC, 2006.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC: Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

SILVA, Susana Veleza da. **Os estudos de gênero no Brasil: Algumas considerações.** Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona Nº 262, 15 de noviembre de 2000. Disponível: www.ub.es/geocrit/b3w-262.htm - Acessado em 13 de fevereiro de 2007.

SOUZA, Antônia Egídia de. Universidade Federal de Santa Catarina. **Gênero no contexto da reestruturação produtiva: algumas dimensões esquecidas.** Florianópolis, 159 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, 2000.

SUPLICY, Marta. **Reflexões sobre o cotidiano.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

TEIXEIRA, Francisco Jose Soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceara, 1996.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda.** 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

SITES CONSULTADOS

<http://www.misereor.org/Genero.7825.0.html?&L=3> – Acessado em 23 de janeiro de 2007.

Estatísticas Históricas do Brasil. Disponível em:
www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico - Acessado em 27 de janeiro de 2007.

www.world-tourism.org – Acessado em 01 de fevereiro de 2007.

Anexos

Anexo nº 01

Roteiro para entrevista de caráter exploratório preliminar

1] Qual seu nome? (Opcional)

2] Idade? _____

3] Estado civil? _____

4] Quantos filhos você tem? _____

5] Em que cidade onde você nasceu? Estado?

6] Você estudou até que série? _____

7] Qual a área de formação (se houver)? _____

8] Fez algum curso profissionalizante? _____ Qual? _____

9] Onde você trabalhou nos últimos três anos? _____

9.1] O que fez (qual atividade)? _____

10] Mensalmente você recebe por seu trabalho (em média)

- () 1 salário mínimo
- () 2 a 3 salários mínimos
- () mais de 3 salários mínimos
- () Menor que 1 salário mínimo

11] A renda mensal familiar fica entre:

- () 1 salário mínimo
- () 2 a 3 salários mínimos
- () mais de 3 salários mínimos
- () menor que 1 salário mínimo

Anexo nº 02

Roteiro de entrevista semi-estruturada para mulheres de pescadores

1] Qual seu nome? (Opcional)

2] Idade? _____ Estado civil? _____

3] Em que cidade onde você nasceu? Estado? _____

4] Você tem filhos? _____ Quantos? _____

5] Com que idade se casou? _____

6] Você estudou até que série? _____

7] Ainda estuda? _____ O que? _____ Onde? _____

8] Você trabalha? _____ O que faz? _____

Além desta atividade mencionada, tem algum outro trabalho que realiza? Qual?

9] Você é remunerada pelo trabalho realizado? () SIM. () NÃO.

10] Qual o destino de sua renda?

() O dinheiro vai para os gastos de casa

() Uso o dinheiro par meus gastos pessoais

() Outro. Qual? _____

11] Quem realiza as atividades domesticas na sua casa?

12] Você possui ajuda para as tarefas de casa?

() SIM. Quem ajuda? _____

() NÃO. Faço todas as tarefas sozinhas.

13] Você é responsável por quais dessas tarefas abaixo?

() Fazer comprar no supermercado

() Pagar contas no Banco

- Levar o/a filhos (s) para a escola
- Participar de eventos e/ou reuniões escolares de seus filhos
- Administrar outras compras para a casa e pagamentos de outras contas além das bancárias
- Outras atividades. Quais? _____

14] Participa de algum grupo ou associação? _____

- Igreja
- Associação de bairro
- Grupo de mulheres
- Grupo de mães
- Grupo de artesanato
- Cooperativa
- Outras atividades. Quais? _____

15] Você faz algum tipo de artesanato? _____

Arrecada alguma renda com esta(s) atividade(s)? _____

Outras atividades. Quais? _____

16] Mensalmente você recebe por seu trabalho (em média)

- 1 salário mínimo
- 2 a 3 salários mínimos
- mais de 3 salários mínimos
- Menor que 1 salário mínimo

17] Qual a renda mensal familiar?

- 1 salário mínimo
- 2 a 3 salários mínimos
- mais de 3 salários mínimos
- Menor que 1 salário mínimo

18] Seu esposo (a) companheiro (a) trabalha? _____

- Na pesca artesanal
- Na pesca industrial
- É maricultor

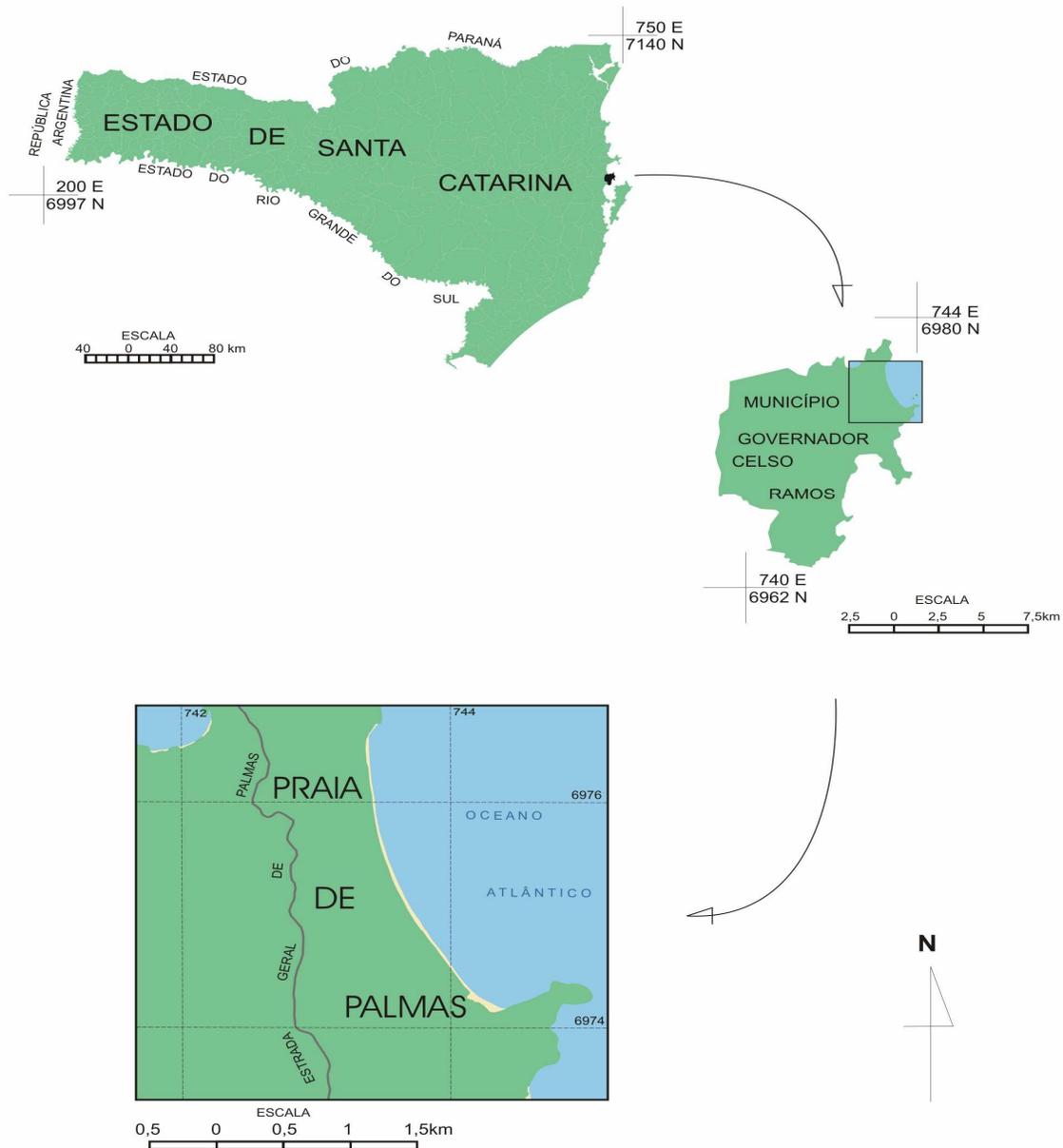
Alguns elementos para subsidiar a entrevista:

- Em época de “defeso” seu esposo (companheiro) trabalha em outra atividade? _____ Qual (is) _____

- Quando seu esposo está em casa ele participa nas tarefas do lar?
- Na sua comunidade – você acha que existe distinção/separação entre homens e mulheres para realização dos trabalhos/atividades profissionais? Como isto se manifesta?
- Aqui em Palmas – Você lembra como era o trabalho das mulheres no passado? E o que permanece igual para a mulher? O que mudou? Em relação a isto o que você acha que deveria mudar, ou deve permanecer como está?
- No passado (meados de 1980) você lembra quais eram as atividades/trabalhos oferecidos aqui na comunidade? Em que locais?
- Hoje, que tipos de atividades/trabalhos são oferecidos aqui na comunidade? Em que locais?
- Comente sobre seu trabalho? Você gosta do que faz? Gostaria que algo mudasse?
- Para você, qual a importância do seu trabalho?
- Você completou seus estudos (ensino fundamental/médio ou superior)? Quais foram os motivos que levaram você a desistir (ou continuar) seus estudos/escolarização?
- Você acha que a mulher que estuda é mais respeitada aqui na comunidade?
- O que você gostaria que tivesse em Palmas que pudesse ajudar na melhoria da qualidade de vida das mulheres que moram aqui?
- Se você tem filha (s), neta (s), sobrinha (s)... Que mensagem (palavras) você gostaria de dizer a ela (s) em relação a vida e ao futuro?
- Há alguma coisa que não lhe foi questionado e você gostaria de falar?

Anexo 03

PALMAS: MAPA DE LOCALIZAÇÃO



Mapa conteúdo de Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia, do Curso de Geografia. Acadêmica Leila Procópio do Nascimento. Interpretação e Produção: Leila Procópio do Nascimento, Carlos Augusto Feller e Rafael Ferreira. 18 de dezembro de 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Geociências
Curso de Geografia

Fonte: Mapa Político do Estado de Santa Catarina, 1997 & Mapa Político do Estado de Santa Catarina 2002, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL.

Vão Aerofotogramétrico do ano 1978 Fotografia nº 24318 na escala 1: 25000.
Folha SG-22-Z-D-II-4 Carta BIGUAÇU 1: 50000 IBGE.